



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof^ª Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof^ª Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
 Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
 Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof^ª Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^ª Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
 Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
 Prof^ª Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof^ª Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
 Prof^ª Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
 Prof^ª Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
 Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
 Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
 Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
 Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
 Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
 Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
 Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
 Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
 Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
 Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
 Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
 Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
 Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
 Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
 Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
 Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
 Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
 Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
 Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
 Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
 Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
 Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
 Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
 Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof. Me. Gustavo Krahel – Universidade do Oeste de Santa Catarina
 Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
 Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
 Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
 Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Prof^a Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
 Prof^a Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
 Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
 Prof^a Dr^a Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
 Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
 Prof^a Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
 Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
 Prof^a Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
 Prof^a Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof^a Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof^a Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
P737	Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-121-0 DOI 10.22533/at.ed.210212605 1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título. CDD 901
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra organizada pela Atena Editora para 2021, focando nas teorias e metodologias da pesquisa historiográfica em várias regiões do Brasil. O livro “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História”, volume 5, começa com artigos da região norte e nordeste do Brasil trazendo abordagens acerca das paisagens fluviais do rio Cocó, em Fortaleza, o educandário de Manaus-AM e também estudos sobre o tambor da mata no Maranhão.

Nesta obra você também encontra para leitura capítulos a respeito das relações raciais no ensino de história, um capítulo dedicado à revista Nova escola, dentre outros. Para além dos temas de ensino e metodologias, há também capítulos dedicados à pesquisa historiográfica com diversas fontes, seja por meio de periódicos, de memórias individuais e/ou coletivas, sobre os mais diversos temas: ditadura civil militar, estudos sobre a morte e utilização de mídias alternativas.

Em um momento de cortes de bolsas de pesquisas e de descrédito em relação à ciência brasileira, torna-se cada vez mais importante defender obras que divulguem pesquisas de qualidade desenvolvidas em várias regiões do Brasil. Muitos capítulos aqui publicados são frutos de longos anos de árduas pesquisas, muitas vezes financiadas por órgãos de fomento.

Espero que além de contribuir com pesquisas em andamento nas universidades, esta obra possa também ser incentivo para historiadoras e historiadores, que sejam pontos de diálogo e de construção do conhecimento histórico.

Boa leitura,

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TRANSMUTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO COCÓ	
Germana de Lima Girão Andrade	
Simone Menezes Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.2102126051	
CAPÍTULO 2	11
HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA EM MANAUS DE 1942 A 1950	
Adriana Brito Barata Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.2102126052	
CAPÍTULO 3	22
TERECÔ, TAMBOR DA MATA, MATA ZOMBANA: LITERATURA ANTROPOLÓGICA E AGENCIAMENTO NAS TRAMAS DA ENCANTARIA MARANHENSE	
Victor Hugo Basilio Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.2102126053	
CAPÍTULO 4	34
RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA	
Edenar Souza Monteiro	
Maria de Lourdes Fanaia Castrillon	
DOI 10.22533/at.ed.2102126054	
CAPÍTULO 5	45
AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE TEMAS SENSÍVEIS NO SUPORTE VIRTUAL DA REVISTA NOVA ESCOLA	
Márcia Elisa Teté Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.2102126055	
CAPÍTULO 6	57
A ARTE EM AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1941-1960)	
Natally Vieira Dias	
Bruna Nunes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2102126056	
CAPÍTULO 7	68
AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO	
Cláudia Sousa Oriente de Faria	
DOI 10.22533/at.ed.2102126057	
CAPÍTULO 8	80
A ESPERANÇA REPUBLICANA: ARTISTAS, OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM PERNAMBUCO (1875-1904)	
Flávia Ribeiro Braga	
DOI 10.22533/at.ed.2102126058	

CAPÍTULO 9.....	95
A DOCTRINA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ E O DIREITO DE CONVERTER E SER CONVERTIDO	
Adelmo José da Silva Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2102126059	
CAPÍTULO 10.....	108
USOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)	
Júlia Bolognini Klassmann	
DOI 10.22533/at.ed.21021260510	
CAPÍTULO 11.....	119
PROFESSORA ELZA VIANNA: A PRIMEIRA DOCENTE NEGRA DE NATIVIDADE-RJ	
Márcia Aparecida de Souza	
Henrique Cunha Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.21021260511	
CAPÍTULO 12.....	128
VIDA PÓS-MORTE NO CORPO SEM VIDA: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS	
Eduardo Mangolim Brandani da Silva	
Christian Fausto Moraes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.21021260512	
CAPÍTULO 13.....	147
A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ESFERA PÚBLICA	
Naiara Cristina Gonçalves Rocha Passos	
Andrea Ferraz Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.21021260513	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	156
ÍNDICE REMISSIVO.....	157

CAPÍTULO 1

AS TRANSMUTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO COCÓ

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Germana de Lima Girão Andrade

Mestre em Urbanismo - ULHT

Docente Unifametro

Fortaleza – Ceará

<http://lattes.cnpq.br/7133987112621537>

Simone Menezes Mendes

Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Design

– UFC

Docente Unifametro

Fortaleza - Ceará

<http://lattes.cnpq.br/8204533820432060>

RESUMO: Assim como muitos rios que transpassam ambientes urbanos, o Rio Cocó em Fortaleza tem sofrido modificações. Além das esperadas mudanças naturais, decorrentes da passagem do tempo, o recorte territorial estudado neste artigo, que corresponde à região historicamente utilizada para a extração de sal e onde se localiza hoje um trecho do Parque Urbano do Rio Cocó, passou principalmente por transformações decorrentes das ações antrópicas e de iniciativa do poder público. Dessa forma, com o objetivo de compreender as alterações na paisagem e os respectivos impactos sobre o ambiente urbano, foram analisados os aspectos paisagísticos e ecossistêmicos, examinando especificamente o recurso hídrico e a mata ciliar. Utilizando o recorte temporal desde antes do período de atividade das salinas até os dias

atuais, o presente artigo busca verificar como as ações de urbanização no entorno dessa importante reserva natural da capital cearense interferiram na saúde ambiental da região.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Rio Cocó; Desenho urbano.

THE TRANSMUTATIONS OF THE COCÓ RIVER'S LANDSCAPE

ABSTRACT: Like many rivers that pass through urban environments, the Cocó River in Fortaleza has undergone modifications. Besides the expected natural changes, resulting from the passage of time, the territorial area studied in this article, which corresponds to the region historically used for salt extraction and where today is located a stretch of the Urban Park of the Cocó River, has undergone mainly transformations resulting from anthropic actions and public power initiatives. Thus, in order to understand the changes in the landscape and their respective impacts on the urban environment, the landscape and ecosystemic aspects were analyzed, specifically examining the water resource and the riparian forest. Using the time frame from before the period of activity of the saltpans to the present day, this article seeks to verify how the actions of urbanization around this important nature reserve of the capital of Ceará interfered with the environmental health of the region.

KEYWORDS: Landscape; Cocó River; Urban design.

1 | INTRODUÇÃO

“O Rio Cocó é um dos principais recursos hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e configura-se como um rio urbano. Sua nascente fica situada na Serra de Aratanha, no município de Pacatuba, e sua bacia compreende as áreas dos municípios de Aquiraz, Maranguape, Pacatuba e Fortaleza, possuindo área de aproximadamente 485 km², com um comprimento total (do rio principal) de cerca de 50 km”. (ALMEIDA; MENDONÇA; MATOS, 2017).

Na atualidade e mesmo em tempos de ocupação inicial da cidade, quando ainda se chamava Vila de Fortaleza, o Rio Cocó sempre foi importante, apesar da exploração das terras ter acontecido a partir do litoral para o interior. Tal fato permitiu que o rio se preservasse por mais tempo, cumprindo seu importante papel para o ecossistema natural. Na cartografia da Villa de Fortaleza, levantamento de Silva Paulet, de 1818, já se percebe uma estrada ao longo desse recurso hídrico (estrada do Lagamar do Cocó), porém, como estava localizado fora da zona urbana de então, a região era parcamente explorada e não há registro exato de sua forma.

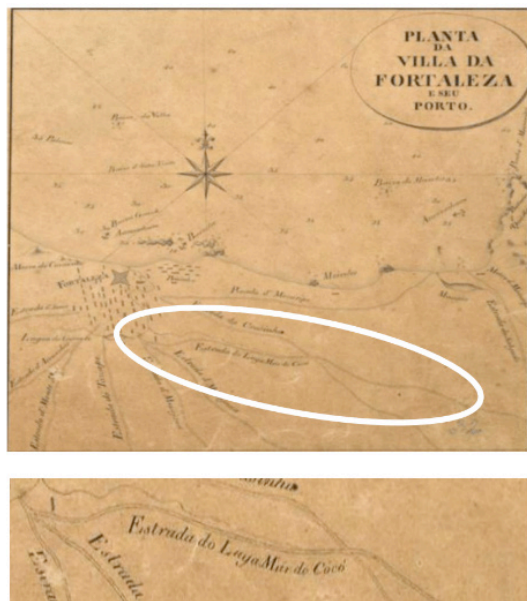


Figura 01: Trecho da Planta da Villa de Fortaleza, de autoria do engenheiro Silva Paulet (1818).

Fonte: arquivos históricos da SEUMA

Preliminarmente ao estudo da paisagem do rio Cocó, faz-se necessário que examine-se o conceito de paisagem, na ótica de autores que contribuíram para o assunto em questão.

De acordo com Garrett Eckbo, paisagem é a capacidade de sensações e todo e qualquer envolvimento do ser humano com o mundo. É infinita, sendo apenas recortada pelo campo visual de cada um e dentro desse limite estão inseridos os elementos físicos e as relações sociais. (BARTALINI, 2013)

Os conceitos de paisagem são estudados por diversas áreas, sendo a Geografia, uma das áreas que contribui fortemente, e segundo o geógrafo Milton Santos, paisagem é parte do território que nosso campo visual consegue alcançar e suas formas são a condição existencial. (SANTOS, 2008, apud BARTALINI, 2013).

Em Filosofia da Paisagem, George Simmel explica que paisagem não é uma simples captação de elementos pela visão, mas da apreensão por parte da consciência de uma unidade, um novo conjunto do que a visão é capaz de captar. Dentro desse processo da captação da paisagem, são intrínsecas as relações existentes entre o sujeito e o objeto.

Reforçando o mesmo conceito, a arquiteta paisagista Manuela Raposo Magalhães explica que pode-se entender a paisagem como o Sistema Paisagem, que por sua vez é composto pelos sub-sistemas ecologia, cultura e semiótica. (MAGALHÃES, 2001, 2007)

Magnoli relaciona a paisagem como o resultado das relações sociais e naturais (1982) e Macêdo define paisagem como um sistema “... na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale a uma alteração morfológica parcial ou total” (MACEDO, 1999 apud QUEIROGA, BENFATTI, 2007).

A paisagem é um sistema de objetos, numa porção do espaço, em interação num sistema de ações com os seres vivos, sensorialmente captadas por ele, representando também significados simbólicos e representações. (QUEIROGA, BENFATTI, 2007). Simmel cita e nomeia esse processo de caráter espiritual como “*Stimmung*”. (BARTALINI, 2013).

Tuan (1980) aborda as relações sensoriais de apreensão e percepção da paisagem, positivas ou negativas. Segundo o autor, Topofilia é um termo utilizado para associar “(...) o elo afetivo entre pessoa e lugar ou ambiente físico”.

Dentro do contexto das paisagens das cidades, das paisagens dos rios urbanos, convém entendermos também o conceito de “paisagem urbana”, como o resultado direto da interferência das atividades antrópicas sobre o ambiente natural, o reflexo da inserção do homem no mundo (DARDEL, apud BARTALINI, 2013). À partir de premissas ecológicas e estéticas, observando como os elementos da paisagem urbana podem afetar as pessoas, CULLEN (1983 apud AGDA, 2016) desenvolveu conceitos e técnicas voltadas para a análise da morfologia urbana, como forma de recuperação da paisagem urbana, tornando seu todo coerente e visualmente organizado.

A Arquitetura e a Psicologia Ambiental estudam intensamente as relações sensoriais resultantes das percepções das paisagens, e como as relações pessoa-ambiente podem interferir positiva ou negativamente em ambos.

Compreender o significado de paisagem capacita para a percepção da sua

existência, sua relevância no sentido prático e psicológico, habilita a analisá-la *in loco* e através de fotos e mapas, permitindo uma melhor avaliação de suas transfigurações.

Dessa forma, o presente artigo se dedica a analisar as modificações do Rio Cocó e da paisagem urbana de entorno, com a finalidade de documentar as transformações de trajetória, de usos, e da vegetação, colaborando assim com os esforços para a preservação desse ecossistema ecológico.

2 | METODOLOGIA

Foram examinadas e comparados diversos mapas do acervo cartográfico histórico da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), além de imagens de satélite disponíveis no site Google Earth, buscando a evolução das formas e registros da configuração da trajetória do rio. O acervo fotográfico disponível na rede mundial de computadores, especialmente do acervo histórico do pesquisador Nirez também foi utilizado para ratificar as informações aqui disponibilizadas. Além disso, várias visitas técnicas foram realizadas ao local, incluindo percursos fluviais através do Rio Cocó, para observação e levantamento de dados e constituição de acervo fotográfico.

O recorte territorial objeto do presente artigo, foi estabelecido no trecho do Rio Cocó que corresponde à área das antigas Salinas e sítios nas proximidades onde atualmente se encontra o *Shopping Center* Iguatemi, analisando as transformações naturais e antrópicas em um recorte temporal que abrange o ano da publicação da cartografia do Serviço Geográfico do Exército (1945) até os dias atuais.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Salinas faziam parte da propriedade de Antônio Diogo, um sítio de grande extensão, que abrangia a área desde o encontro do Rio Cocó com a linha ferroviária (onde atualmente localiza-se a Av. Almirante Henrique Sabóia), até a foz do recurso hídrico ao norte.



Figura 02: Ruínas dos equipamentos da antiga salina Antônio Diogo.

Fonte: Acervo pessoal das autoras

Analisando a paisagem atual em comparação com a cartografia histórica, pode-se perceber que o desenho do leito do Rio Cocó foi drasticamente alterado, seja pela ação da natureza, que acontece de forma mais lenta, ou pela ação do homem. De acordo com Leal¹ (2009), o curso do Rio Cocó há 40.000 anos corria para uma foz num paleopercurso localizada na Enseada do Mucuripe, diversa do local atual. Com o passar de longos anos e com a movimentação dos ventos e assoreamentos, foi desviado para a foz em Sabiaguaba, que originalmente não desembocava no ponto em que conhecemos, sendo também alterada pelas areias eólicas deslocadas das dunas móveis.

A movimentação das areias eólicas não só alteram a posição da foz, como também alteram sua calha, que fica mais assoreada, fazendo com que, a cada ano que passa, o mar penetre cada vez menos no rio, modificando assim a salinidade, além de todo o ecossistema do mangue, e fazendo com que espécies vegetais e animais se adaptem ou deixem de existir naquele determinado local. (LEAL, 2009)

Ademais, em seu estudo sobre a degradação do Rio Cocó, VIANA (2003) relata que a paisagem sofreu severas modificações por ações antrópicas:

Na década de 70 foi realizada uma dragagem no leito do rio Cocó, desde as proximidades da sua foz até as imediações da parte na BR-116, com a finalidade de dar maior acesso aos barcos carregados de sal, bem como para impedir os constantes alagamentos que ocorriam no local, provocados pelo rio. Essa drenagem resultou em alterações na calha do rio. Este, que antes apresentava um curso bastante sinuoso, meândrico, atualmente encontra-se sob a forma de um canal retilíneo.

Observando o percurso atual do Rio Cocó no trecho analisado neste estudo, no

1 Reginaldo Lima Verde Leal é geógrafo e Doutor em Geociências.

mapa de zoneamento ambiental do Plano Diretor Participativo de 2009 (PDP) da Prefeitura de Municipal de Fortaleza e comparando com a cartografia de 1945, percebe-se que a intervenção antrópica foi forte e invasiva, descaracterizando as formas originais daquele recurso hídrico. Em poucas décadas, um rio demasiadamente ameandado se tornou navegável e retilíneo, como os traços antrópicos costumam conformar.



Figura 03 (esq.) Planta de Fortaleza de 1945 e Figura 04 (dir.) Mapa do PDP (2009).

Fonte: Arquivos SEUMA

De acordo com Carmo (2020), o entorno onde foi instalado o *Shopping Center*, se regenerou ambientalmente no intervalo entre a desativação das Salinas², e o início da obra de construção do referido empreendimento (inaugurado em 1982), ficando a revitalização ambiental da área ao encargo do empreendedor.

Em função da percepção governamental da importância do ecossistema do mangue, o Parque do Cocó teve sua área estabelecida através do fortalecimento de legislações ambientais entre 1970 e 1980, e a paisagem iniciou a partir desse momento uma lenta recuperação. A partir de 1977 iniciaram-se as ações para desapropriação das margens do Rio Cocó e finalmente em 2017 foi assinado o Decreto Estadual nº32.248/2017 de regulamentação do Parque do Rio Cocó com definição de seus limites.

Ao longo das últimas décadas após o encerramento das atividades das salinas, a paisagem natural do rio e a vegetação ciliar se regeneraram fortemente, ainda que uma série de intervenções antrópicas ainda atualmente prejudiquem esse desenvolvimento. (DO CARMO, 2020)

² A desativação das Salinas aconteceu em decorrência do enfraquecimento das atividades econômicas na década de 1970.



Figura 05: Salinas do sitio Antônio Diogo em atividade.



Figura 06:Vegetação em regeneração



Figura 07:Vegetação em regeneração

Fonte:<http://www.fortalezanobre.com.br/2009/11/shopping-center-iguatemi.html>. Acesso em: 18/12/2019.

A composição vegetativa da paisagem passou por modificações, se adaptando aos diversos usos, como pode-se observar nas Figuras nº 05, 06 e 07. Com o decorrer dos anos, verificou-se um processo de sucessão ecológica, passando de forragens, espécies rasteiras e gramíneas, até árvores de grande porte.

Segundo Lustosa (Diário do Nordeste, 2010), após a desativação das Salinas, os efluentes dos esgotos sanitários domésticos passaram a ser diretamente lançados no Rio Cocó, uma vez que não existe na região quaisquer estações de tratamento ou rede coletora, o que favoreceu a fertilização do mangue e a regeneração daquele ecossistema costeiro.

Com a recuperação da vegetação do mangue, Viana (2003) enumera a presença de espécies típicas como: mangue siriúba ou preto (*Avicennia schaueriana* e *A. germinans*), com maior predomínio; o mangue branco ou manso (*laguncularia racemosa*) e o mangue ratinho (*Conocarpus erecta*), com alturas variando entre 10 a 18m, além de raros exemplares de *Rhizophora Mangle* (mangue sapateiro ou vermelho). (VIANA; 2003)

A paisagem vegetativa original do ecossistema do mangue atualmente não é a predominante. O que tem caracterizado a paisagem é a existência de espécies que, além de não fazerem parte do ecossistema do mangue, também não são nativas. E em alguns casos, não são nem mesmo exóticas adaptadas, mas espécies invasoras, que sufocam o mangue e provocam malefícios.

As espécies não nativas e/ou invasoras que podem ser percebidas na paisagem do Rio Cocó, são: o Mata-fome (*Pithecellobium dulce*), a Castanhola (*Terminalia catappa*), açazeiros (*Euterpe oleracea*), espécies nativas da região amazônica, Leucenas (*Leucaena*

leucocephala), o algodão-da-praia (*Hibiscus tiliaceus*) e no leito do rio, encontramos os aguapés (*Eichhornia crassipes*). Estes últimos, são plantas aquáticas, invasoras, com a função de limpeza das águas que diante da falta de controle, se reproduzem, podendo fechar completamente o leito do rio, impedindo assim a entrada de luz na calha e prejudicando o funcionamento de todo o ecossistema aquático.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de esgotar o assunto, a análise procedida faz perceber a gravidade do problema, que é maior do que a população imagina, acentuada pela insistência governamental na construção de obras de engenharia invasivas (como assoreamentos, dragagens, transposições.), que tem o potencial de intensificar os problemas ambientais, ao invés de investir em sistemas de despoluição e renaturalização do rio urbano.

O estudo faz perceber que tais intervenções são desfavoráveis ao meio ambiente e não somente acontecem na atualidade, mas ao longo do processo de expansão da cidade de Fortaleza.

A importância do Rio Cocó e seu ecossistema foi reconhecida através do marco legal que transformou um trecho deste recurso hídrico em parque urbano, em pulmão da cidade e em afeto do fortalezense.

Apesar de historicamente o recurso hídrico ter padecido com a implantação de uma atividade agressiva como a extração de sal, ter tido sua calha descaracterizada e retificada, assiste-se uma evidente luta das espécies vegetais nativas por espaço, contra espécies invasoras e potencialmente perigosas para sua existência e é notável perceber a resiliência do ambiente natural e a força adaptativa da natureza, que ao longo das últimas quatro décadas conseguiu reverter uma parte dos prejuízos ambientais.

Conclui-se, ao analisar este pequeno recorte de um ecossistema natural importante para o equilíbrio e qualidade do ambiente urbano da capital cearense, que a comunidade e o Poder Público poderiam seguir o exemplo das civilizações antigas, que, diante da percepção da importância dos rios, os exploravam de forma respeitosa, elegendo-os como principal elemento norteador dos traçados da cidade e o sustentáculo de suas comunidades.

REFERÊNCIAS

AGDA, Andrea. **A boa forma da paisagem - estética e ecologia nos parques urbanos**. Salvador, Brasil. In: XI Colóquio quapa sel – quadro do paisagismo no Brasil - UFBA. XI, 2016.

ALMEIDA, B.; MENDONÇA, K.; MATOS, F. **Valoração e percepção ambiental: estudo de caso no baixo curso do rio Cocó, Fortaleza, Ceará, Brasil**. In: Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, v.8, n.2, p.299-306, 2017.

BARTALINI, Vladimir. **A paisagem em arquitetura e urbanismo: remontar às “nascentes” como opção metodológica.** São Paulo, Brasil. In: Paisagem e ambiente: ensaios, n. 32, pag. 67 – 82, 2013.

DO CARMO, Maria. **Antigas Salinas Urbanas e sua Oportunidade para promover Cidades Verdes: O Caso do Parque Estadual do rio Cocó em Fortaleza, Ceará, Brasil.** Cuadernos de Investigación Urbanística, n. 129, p. 89-104, 2020. Disponível em: <<http://polired.upm.es/index.php/ciur/article/view/4407>>. Acesso em: 11 de Out. 2020

LEAL, José Reginaldo Lima Verde. **Mudança de curso do Rio Cocó no paleolítico superior.** Fortaleza, Brasil. In: RIC - Revista do Instituto do Ceará, 2014.

LEAL, José Reginaldo Lima Verde. **Estudo da Evolução do Rio Cocó para a Determinação de sua Capacidade de Suporte e Proposta de Recuperação.** Tese de Doutorado - UFPE, Pernambuco, 2009

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Paisagem - perspectiva da arquitectura paisagista.** Instituto Superior de Agronomia e Instituto Superior Técnico. Lisboa, Portugal. In: Philosophica, n.29, pag. 103 – 113, 2007. Disponível em: <<http://centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/29/8.pdf>>. Acesso em: 10 de Jan. 2020

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. **Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico.** São Paulo, Brasil. In: Paisagem Ambiente: ensaios, n. 24, pag. 81 – 88, 2007.

REDAÇÃO DIÁRIO DO NORDESTE. **Salinas se confunde com Cocó.** Diário do Nordeste, Fortaleza, 02 de Junho de 2010. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/salinas-se-confunde-com-coco-1.256292>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SPIRN, Anne W. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade.** São Paulo: Edusp, 1995.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

VIANA, M. C. **Estudo da Degradação no Manguezal do Rio Cocó – Fortaleza/CE.** Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 4/5, p. 55-65, 2002/2003.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA EM MANAUS DE 1942 A 1950

Data de aceite: 24/05/2021

Adriana Brito Barata Cabral

Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

RESUMO: Em Manaus a partir de 1930 foram intensificadas as retiradas de crianças, filhos e filhas de pais doentes de lepra, hoje hanseníase. Estas eram retiradas do seio familiar e levadas para viver em pequenos abrigos como o Menino Jesus, a Casa São José e a Creche Alice Sales. Essas crianças eram retiradas de seus pais porque era presente o perigo de contágio. Chegando o ano de 1940, temos na cidade a construção do preventório com melhor estrutura para fazer esse acolhimento. Temos por ação conjunta entre e a iniciativa privada da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, Governo do Estado do Amazonas, União e Município a construção e inauguração do Educandário Gustavo Capanema. Este artigo trabalha sobre essa história de combate a lepra em Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: Educandário; Lepra, Manaus

ABSTRACT: In Manaus from 1930 onwards, has been intensified the removal of children, sons and daughters from sick leprosy parents, now hanseniasis. They were taken from family care and led to live in small shelters such as Menino Jesus, the Casa São José and nursery Alice Sales. These children were taken from their

parents because the danger of contagion was near. In 1940, we had in the city the construction of a preventive building with the best structure to make this reception. We have through conjunct action between the private initiative of the Amazonian Society of assistance to Lázaro and Defense against Leprosy, Amazonas State Government and Municipality the construction and inauguration of the School house Gustavo Capanema. This article works on that story to fight leprosy in Manaus.

KEYWORDS: School House; Leprosy; Manaus.

O artigo se propõe a analisar o histórico da construção do Educandário Gustavo Capanema em Manaus, dentro do contexto das políticas de combate a lepra na cidade, pois crianças nascidas de casais leprosos eram retiradas do convívio familiar imediatamente após o nascimento, porque havia o perigo do contágio. Essa retirada fazia parte das estratégias da campanha contra a lepra no Brasil e estava embasada nos preceitos médicos e no apoio filantrópico. Um dos pilares da campanha profilática era a construção de instituições preventórias. O educandário Gustavo Capanema foi a instituição para o acolhimento dos filhos sadios de pais leprosos em Manaus e a grande obra filantrópica da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Manaus.

O preventório compõe o chamado modelo tripé (leprosário, dispensário e preventório) de

combate à lepra implantado em vários Estados do Brasil onde existiram doentes de lepra. Para situar o leitor, *os leprosários* eram locais onde pessoas diagnosticadas com a lepra eram isoladas compulsoriamente, ou seja, uma vez com o diagnóstico positivo da doença, os infectados eram levados a morar no leprosário. Em Manaus tínhamos dois leprosários: o Belisário Penna (popularmente conhecido como Leprosaria de Paricatuba) e a Colônia Antônio Aleixo. O *dispensário* era o Osvaldo Cruz e era responsável por monitorar os comunicantes dos doentes de lepra e o *preventório* era onde os filhos sadios dos doentes eram isolados.

A lepra é uma doença carregada por estigmas, principalmente pelo medo de contágio, pois, em sua forma mais avançada da doença, aparecem as deformidades físicas que uma pessoa acometida pela doença pode ter. Segundo a historiadora Yara Nogueira Monteiro em seu artigo “Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase”¹, a preocupação com os filhos sadios dos doentes de lepra “se evidenciou no Brasil principalmente a partir de fins da década de vinte, quando apareceram os primeiros Preventórios.”

Particularmente em Manaus, as crianças nascidas de pais leprosos, a partir de 1930, foram levadas para abrigos que ficavam em diferentes partes da cidade como a “Casa São José” e o “Abrigo Menino Jesus”, essas instituições foram por mim trabalhadas brevemente na pesquisa sobre a política de combate a lepra em Manaus dissertação UFAM 2010: “De lazareto a Leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)”². Escrevo “trabalhadas “brevemente” porque foi pesquisado mais profundamente a ação médica na luta pela construção da leprosaria Vila Belisário Pena, visto que o governo do Estado passava pela grande crise da borracha amazônica de 1915, que perdurou no Estado por alguns anos e dificultou a construção do leprosário. Esta leprosaria foi oficialmente inaugurada em 1930. Por isso conforme documentação encontrada da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, pude perceber a ação de assistência executada na cidade para ajudar no combate a lepra. O preventório seria um local melhor estruturado para acolher os filhos sadios retirados dos doentes.

1 | OS PREVENTÓRIOS: BREVE HISTÓRICO

Segundo Yara Monteiro, os primeiros preventórios surgiram com os impérios coloniais como: “Havaí, Índia e Filipinas.”³ E no Brasil, após discussões e reuniões médicas acalouradas, os embates principais ficavam entre as correntes segregacionistas que pregavam a retirada do convívio dos pais em oposição àquela que achava melhor o convívio da criança com os pais, evitando medidas traumáticas da retirada. Ganhou

1 MONTEIRO, Yara Nogueira. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. Saúde e Sociedade, 7. 1998. P. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n1/02.pdf>

2 CABRAL, Adriana Brito Barata. De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942). Dissertação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. 2010.

3 MONTEIRO, Yara Nogueira. Op.cit. P. 7.

a corrente que era favorável à segregação, ou seja, a criança seria retirada dos pais e levadas a conviver no preventório.

Se procurarmos no dicionário o significado de preventório é definido como estabelecimento onde são tratadas preventivamente pessoas predispostas a certas doenças. Ou “internato para crianças, filhos de leprosos ou tuberculosos separados dos pais para evitar contágio.”⁴ Então preventório é para prevenir do perigo de ser contaminado pelo *mycobacterium leprae*.

Sobre essa prática de retirar os filhos sadios Leila Regina Scalia Gomide, em sua dissertação, afirma que “efetivando o que havia sido determinado científica e filosoficamente à respeito da descendência dos leprosos, ficou instituída a prática preventorial”⁵ e, ao se iniciar os anos 1930, houve uma organização de serviços para combater a lepra no Brasil onde atuou “Estado, Municípios e associações privadas”⁶, no que ficou conhecido por cruzada contra a lepra.

O primeiro preventório brasileiro foi o Asilo Santa Terezinha que data de 1927 e ficava em São Paulo. Segundo Gomide, “abrigou 233 filhos de lázaros.”⁷ No relatório Histórico da Cooperação Privada no Combate a Lepra no Brasil⁸, temos informações sobre o Preventório Santa Terezinha, dirigido por Margarida Galvão, foi uma obra pedida pelos próprios doentes de lepra que se preocupavam com seus filhos e, por isso, pediram um local que os acolhesse. Então:

D. Margarida Galvão começou a sua vasta obra auxiliando material e moralmente ao doente interno. Fundou a Comissão Diretora da Associação Therezinha do Menino Jesus, em 1922, com o objetivo de criar um Asilo de preservação, destinado exclusivamente aos filhos sadios dos leprosos, subordinado a uma organização especial de acordo com as prescrições científicas e inspirado na caridade cristã.

O Preventório paulista estava localizado em Carapicuíba, a 30 quilômetros da cidade de São Paulo. E tinha capacidade para abrigar 300 crianças. Segundo o relatório em 1937, abrigou 243 menores. E foi, de certa forma, uma inspiração para que se efetivassem as construções de preventórios em outras áreas da federação brasileira, pois compôs a Campanha de Combate a Lepra iniciada com ênfase no governo varguista. No capítulo II do relatório Histórico de Cooperação Privada no Combate a Lepra no Brasil, temos, a campanha “realizada em setembro de 1933, pela Federação, que congregou todos os Estados, em união de esforços e com o mesmo ponto de vista, dando assim início à grande

4 Dicionário online. Disponível: <https://www.dicio.com.br/preventorio/> acessado em 02.05.2020.

5 GOMIDE, Leila Regina Scalia. “Órfãos de pais vivos” a lepra e as instituições preventoriais no Brasil: estigmas, preconceitos e segregação. Universidade de São Paulo, 1991. P, 115.

6 GOMIDE, Idem. P, 115.

7 GOMIDE, Idem. P, 117.

8 Histórico da Cooperação Privada no Combate à Lepra no Brasil. Relatório Apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública, pela 1ª vice-presidente e presidente em exercício, da federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Sra. América Xavier da Silveira. Julho de 1938. Papelaria Passos. Rio de Janeiro. P, 49-50.

Campanha Nacional em defesa da raça humana”.⁹

Consta no *Regulamento dos Preventórios para filhos de Lázaros instalados no Brasil*, uma definição para os preventórios. Estes eram instituições:

“destinadas a acolher, manter, educar e instruir menores sadios, filhos e conviventes de doentes de lepra, desde que não tenham parentes idôneos que queiram assumir esse encargo e que disponham de recursos para educá-los e mantê-los sobre vigilância das autoridades sanitárias competentes”¹⁰.

Isolar nos preventórios era necessário desde o dia em que a criança chegasse ao mundo. Com o seu nascimento, eles eram retirados imediatamente e levados para os preventórios. A retirada estava também encrustada dos ideais eugênicos muito evidentes no início republicano, segundo Maria Clementina Cunha (Apud GOMIDE, 1991: 101) “evitar o abastardamento da raça, determinando a via pela qual se perpetua a geração de indivíduos sãos, robustos e belos.” Esse ideal eugênico nada tem haver com doentes ou doença. Por isso ter os preventórios nos locais onde tinham doentes de lepra tornava-se importante para evitar o contágio. Importante ressaltar que os preventórios também funcionaram como escolas, pois deveriam levar em consideração todos os estágios da criança, incluindo a alfabetização e a escolarização. Yara Monteiro também chama a atenção para o desenvolvimento físico e religioso da criança interna.

2 | EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA: A GRANDE OBRA DA SOCIEDADE AMAZONENSE DE ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPRO

No Amazonas tivemos para a construção do preventório o auxílio de mulheres que compuseram a Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Cito então duas presidentes da sociedade manauara: Esther Ribeiro e Isabel Soares Nogueira, as quais são citadas tanto presidente da sociedade amazonense quanto diretoras do Educandário Gustavo Capanema. Essas mulheres eram da elite de Manaus seja por nascimento ou casamento, atuavam muitas vezes em “irmandades congregadas a Igreja Católica”¹¹ e por isso, os valores da fé e da caridade estavam presentes em seus trabalhos.

Antes da inauguração do preventório Gustavo Capanema havia a retirada de crianças ficando na Casa São José e no Abrigo Menino Jesus, locais mantidos pela Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra que enviavam além de mantimentos: “fazendas, roupinhas feitas, artigos escolares, sabonetes pastas, óleo para cabelo, guloseimas.”¹² Porém, era irremediável que tais locais não tinham como

9 Histórico da Cooperação...Idem. P, 71.

10 Regulamento dos Preventórios para filhos de Lázaros instalados no Brasil. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 13 de março de 1943.p.2.

11 Para maior aprofundamento sobre o assunto das mulheres congregadas em irmandades da Igreja católica temos o livro da historiadora Elisângela Maciel. Igreja de Manaus porção da Igreja Universal: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926). Manaus: Editora Valer, 2014.

12 Diário Oficial. Segunda-feira, 7 de abril de 1941. P,7.

abarcando a crescente quantidade de crianças que iam nascendo e sendo retiradas dos pais doentes. Era preciso um local mais amplo e moderno, com uma estrutura mais organizada para acolher as crianças. Por isso o empenho da Sociedade de assistência para realizar a grande obra que foi o Educandário Gustavo Capanema.

As senhorinhas utilizavam jornais, quermesses e listas de arrecadação de donativos para efetivar a construção do preventório. Eram favorecidas também pelo uso da divulgação de suas práticas filantrópicas na rádio difusora que anunciava os pedidos de contribuição e eventuais prestações de conta da sociedade até os municípios mais longínquos de Manaus. Chegavam a fazer divulgação de seus balancetes de entrada e saída de recursos pelo Diário Oficial do Estado para demonstrar a utilização dos recursos nas manutenções de leprosários, creches, abrigos e preventório. Por isso o grupo mostrava-se coeso e não esmorecia em suas jornadas de filantrópicas.

No relatório da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra apresentado em 1939 por Esther Ribeiro, presidente da sociedade, percebe-se o sentimento, dever e cuidado para com os doentes de lepra e seus filhos, quando afirma que o trabalho deve ser sem “distinção de nacionalidade, cor, ou crença religiosa.”¹³

O terreno localizado na Colônia Oliveira Machado para a instalação do preventório foi doado pelo Interventor Federal Dr. Álvaro Maia que se mostrava prestativo com as ações realizadas pela sociedade. Contou também com a contribuição monetária de diversos senhores e senhoras da sociedade manauara e do Presidente Getúlio Vargas que, através do trabalho de Eunice Weaver, presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra desde 1935 e patrona da Sociedade Amazonense, intermediava as doações para a construção do preventório amazonense. São palavras da própria Eunice Weaver: “O Amazonas tem contado, já alguns anos com uma sociedade das mais fortes e eficiente do país. [...] O preventório do Amazonas, magnificamente organizado, é uma obra modelar por muitas razões, inclusive pela cuidadosa assistência médica e educacional dada às crianças”¹⁴

13 Relatório apresentado ao presidente e mais membros do Conselho Deliberativo da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, pela sua presidente D. Esther Ribeiro. Imprensa Pública. Manaus. 1940. P, 6.

14 Relatório das Atividades da Federação das Sociedades de Assistência aos lázaros durante o período de 26.01. 1942 a 24.01.1944. Rio de Janeiro, 1944. P, 12.



Figura 1: Fonte: Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Relatório da Diretoria. Ano de 1943. Publicado em 1944. P, 10.

O preventório Gustavo Capanema, gestado para ser o local de acolhimento das crianças retiradas dos pais doentes de lepra após o seu nascimento, deveria seguir os modernos preceitos de higiene e teria espaço e dependências para dar uma vida e educação escolar para as crianças. Na Imagem acima, temos algumas crianças internas do Educandário Gustavo Capanema em Manaus.

Obra grandiosa, porque a Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros de Defesa contra a Lepra, desde sua “fundação em 1923,”¹⁵ auxiliava o poder público manauara assim como os médicos no combate a lepra com a compra de roupas, mantimentos, redes, pequenos utensílios, reparos e construção de pavilhões no Leprosário Vila Belisário Pena nos anos 1930¹⁶. Chegados os anos 1940 a ênfase era a construção, inauguração e manutenção do preventório.

A partir dos relatórios pode-se verificar o nome de vários homens e mulheres que compõe a sociedade civil de Manaus que contribuem mensalmente para a construção e manutenção das obras da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Alguns nomes de mulheres que arrecadavam dinheiro através de listas: Esther Ribeiro, Rosa Cordeiro de Magalhães, Amazilis Cavalcante Maia, Ophelia Seixas

15 As Damas Protetoras do Leprosário fundada em 1923, após um apelo noticiado no jornal “A imprensa”. Era composta por senhoras da elite manauara que tinham um objetivo: auxiliar o poder público e os médicos no combate a lepra em Manaus. Em 1932, esse grupo de mulheres atuantes passou a se chamar Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros e em 1933 após o presidente Getúlio Vargas declarar as sociedades existentes no país como utilidade pública Decreto Lei da Interventoria Federal nº 253, de julho de 1939 a sociedade passou a chamar-se Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a lepra. Nesse ano de 1939, a sociedade Amazonense já estava filiada a Federação de Assistência aos Lázaros e Defesa contra Lepra com sede no Rio de Janeiro. Observe que pelas datas da fundação 1923, a sociedade amazonense esteve presente nas duas fases da Federação das Sociedades num primeiro momento a direção de Alice Tibiriçá e a partir de 1935 com a direção de Eunice Weaver. O que faz a nossa sociedade amazonense acompanhar os andamentos do ritmo das sociedades de São Paulo e Rio de Janeiro.

16 CABRAL, Adriana Brito Barata. Capítulo III – Vila Belisário Penna: a cidade da dor. (páginas 122-172).

Pereira, Isabel Soares Nogueira, Zulmira Uchôa Bitencourt, Maria de Miranda Leão, Nathalia Uchôa, Milburges Bezerra de Araújo. Contribuíram com mensalidades “cito apenas algumas empresas”: J.G. Araújo, Armando Lima e Cia, Banco Nacional Ultramarino, Diário Oficial, Associações Comerciais, Fábrica Minerva de Carvalho e Irmão, Casa 22 Paulista, J. Soares e Cia, Lojas Maçônicas. A partir desse grupo de pessoas e empresas podemos observar que havia um empenho em proteger os demais componentes da sociedade do perigo da doença e ao mesmo tempo salvaguardar os doentes de lepra que viviam na cidade assim como seus filhos. E a cada ano novos doadores vão sendo adicionados à lista de contribuições da instituição.

O Educandário Gustavo Capanema foi construído com a ação conjunta entre Governo do Estado do Amazonas, União, município e iniciativa privada da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Inaugurado oficialmente em fevereiro de 1942. Na dissertação de Vicente Saul Santos há uma indicação sobre o nome dado ao educandário ser uma homenagem ao Ministro da Saúde e Educação do governo varguista,

Em fevereiro de 1940, a Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra comunicou a Capanema que batizaria o educandário de Manaus com seu nome, em homenagem ao apoio que vinha dando às ações contra a doença no estado do Amazonas.¹⁷

Situado na Colônia Oliveira Machado a 5 quilômetros do centro da cidade, segundo a historiadora Leila Regina Scalia Gomide, chegou a abrigar 220 internos. O educandário foi projetado para permitir seu funcionamento antes mesmo da conclusão final, pois foi feito por partes. Segundo o “Relatório da Diretoria apresentado ao conselho deliberativo no ano de 1940”¹⁸, a primeira etapa física compreendia:

a administração, creche, diretoria, secretaria, lactário, gabinete médico, gabinete dentário, sala de banhos, refeitório, copa, cozinha, e comunidades das irmãs, passagem coberta, refeitório, copa, cozinha, dispensa e o pavilhão da lavanderia foi concluída e entregue em 2 de agosto deste ano, em sessão presidida pela vice-presidente em exercício, D. Isabel Soares Nogueira.

A segunda etapa composta por: “refeitório, passagem coberta, duas salas de aulas, corredor de circulação, rouparia, quarto e 2 dormitórios com os respectivos sanitários e banheiros.”¹⁹. Pelo relatório observa-se que a cada término das etapas vai aos poucos começando a utilização das dependências do preventório.

O preventório após a inauguração oficial, contou com o serviço médico leprologista Dr. Menandro Tapajós e do pediatra Francisco Donizetti Gondim que cuidavam e faziam registros sobre a saúde dos internos no educandário, incluindo a indicação de consultas médicas com outros especialistas caso o interno precisasse do auxílio médico.

17 SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Entidades Filantrópicas e políticas públicas no combate à lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945). Fiocruz, Rio de Janeiro. 2006. Não consta a numeração da página.

18 Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Relatório da Diretoria apresentado ao Conselho Deliberativo. Ano de 1940. Imprensa Pública. Manaus 1941. P, 25.

19 Sociedade Amazonense. Idem. P, 25.

No relatório de 1943, temos a informação que o Pavilhão de Recreio, foi denominado de “19 de abril” em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, que faz aniversário nessa data. E nas dependências do Educandário Gustavo Capanema, tem 63 crianças internas, sendo “36 do sexo feminino e 27 sexo do masculino.”²⁰ Funciona toda a estrutura desde o berçário até a educação primária.

Em abril de 1941, conforme o Diário Oficial²¹ foi publicado o *Regulamento dos preventórios para filhos sadios de Lázaros* instalados no Brasil pensado pelos médicos Dr. Ernani Agrícola, Dr. H. C Sousa Araújo, Sr. Antônio Pereira Leal e Eunice Weaver presidente da Federação das Sociedades e Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.

Constam nesse regulamento as regras gerais para admissão nos Preventórios. Inciso segundo, a saber:

- a) Os nascidos nos leprosários;
- b) Os que se acharem em focos que ofereçam maior perigo de contágio;
- c) Os mais necessitados, por falta absoluta de recursos ou assistência;
- d) Os de mais tenra idade;
- e) Os que não possam ser submetidos a vigilância adequada.

Tendo esses requisitos de entrada eram inscritos no livro geral de matrícula institucional. Havia também limites ou situações especiais para admissão no preventório como, por exemplo, a idade máxima de homens até 15 anos e mulheres até 18 anos. Essas maneiras de entrada no preventório só poderiam ser mudadas somente por entendimento da direção do preventório ou motivos de ordem administrativa, desde que fossem aprovados pela autoridade sanitária competente. Toda movimentação de entrada e saída de internos é referida nos relatórios semestrais e anuais da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra.

Quanto aos quesitos exigidos para saída ou baixa no preventório, eram: falecimento, a contaminação por lepra, o limite de idade, casamento, existência de parentes que pudessem cuidar e educar a criança interna ou indisciplina grave. Essas formas da “saída” só poderiam ser com o aval da autoridade sanitária. O limite de idade máxima para ficar no preventório era: homens aos 18 anos e mulheres aos 21 anos.

O preventório teve um corpo técnico formado por médico clínico pediatra, médico dermatologista-leprólogo, dentista, enfermeira nutricionista, educador e agrônomo ou capataz rural e estes ajudariam nas atividades do preventório. Cabia ao médico clínico-pediatra examinar os doentes e fazer o acompanhamento da saúde.

Como afirmamos anteriormente, os preventórios, além de abrigar os filhos sadios,

20 Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Relatório da Diretoria, apresentado ao Presidente e mais membros do Conselho Deliberativo da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, pela presidente. D. Isabel Soares Nogueira. Ano de 1943. Oficina Gráfica do D. E. I. P – Manaus – Amazonas. 1944. P, 12.

21 Diário Oficial, Sábado, 12 de abril de 1941. P, 3.

também deveria dar-lhes uma educação escolar. Por isso no próprio regulamento é tratado quais serviços educacionais tinha dentro do preventório. Artigo 20:

- a) jardim de infância;
- b) primário, de acordo como programa oficial;
- c) escola doméstica, em todas as duas múltiplas atividades;
- d) pequenas lavouras e trabalhos de campo;
- e) artes e ofícios.

Caso alguma criança interna se destacasse nas letras artes ou ciência, a direção arcaria com as despesas dos estudos para aprofundamento do conhecimento do interno. No preventório haveria o curso de cultura física, educação moral e cívica, para incentivar o culto a pátria e bandeira nacional (Art. 22). Todos os programas e horários das aulas foram previamente apresentados à direção para o registro e devida aprovação. Após a aprovação era colocado em prática dentro do preventório.

Um ponto interessante que cabe aqui ser ressaltado é que no regulamento não consta a preocupação com uma educação profissional para os internos do Educandário Gustavo Capanema, porém aos poucos será pensado e implementado pois era preciso dar essa formação profissional já que o interno sairia somente com a maioridade, tanto homem quanto mulher.

No relatório da diretoria de 1954 da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra temos a informação que o educandário funcionou com “aulas de música, datilografia, trabalhos manuais e sapataria”²². Havia também nas dependências do educandário um clube agrícola, onde os internos praticavam a plantação de verduras e árvores frutíferas. As hortaliças retiradas das plantações faziam parte das refeições servidas dentro do educandário. Ao todo consta nesse ano como internos, 214 crianças e jovens.

Os trabalhos continuam sendo desenvolvidos e o Educandário Gustavo Capanema e em 1954 era uma instituição modelar que prestava auxílio aos filhos sadios dos leprosos e cuidava também de sua escolarização em todos os níveis. Ainda recebia ajuda da filantropia, do governo do Estado do Amazonas e dos municípios. Foi desativado como educandário em 1979 com o sistema de desativação do modelo tripé. Mas suas dependências continuam funcionando normalmente atendendo crianças como Escola Municipal de Manaus. Porém é uma instituição com muita história para contar.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manaus não estava distante das ações filantrópicas efetivas no Brasil através das

²² Relatório da Diretoria. Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra. Apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, pela sua presidente D. Isabel Soares Nogueira. Ano de 1954. Tipografia Reis. Manaus- Brasil. P, 8.

atividades da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e levadas com maior expoente no governo varguista. Ao contrário, a caridade e a filantropia eram levadas a sério desde a fundação das Damas Protetoras do Leprosário nos anos de 1923 e com o passar dos anos apenas foi ganhando novos membros e fortificando a ação profilática. Exemplos disso foi o auxílio aos filhos sadios de pais leprosos que eram mantidos pela instituição desde a Casa São José e Abrigo Menino Jesus, locais que ampararam os primeiros filhos retirados ao nascer.

Conforme a campanha contra lepra ganha força temos o empenho da Sociedade Amazonense de Assistência aos lázaros e Defesa contra a Lepra efetivando a construção e manutenção do preventório Educandário Gustavo Capanema. Contribuíram sobremaneira para a realização do prédio do educandário a sociedade privada através das arrecadações que conseguia mensalmente, o próprio Presidente da República Getúlio Vargas e o Interventor Federal do Amazonas Dr. Álvaro Maia.

Uma vez inaugurado em 1942 tornou-se um modelo de instituição em Manaus, chegando a abrigar mais de 200 crianças, dando-lhes formação escolar em suas diversas modalidades desde a infância até o término do colegial, tempos depois encarregou-se da educação profissional de seus internos. O preventório foi desativado oficialmente em 1979 e em Manaus o Educandário Gustavo Capanema transformou-se em escola da rede municipal de ensino.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Histórico da Cooperação Privada no Combate à Lepra no Brasil. Relatório Apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública, pela 1ª vice-presidente e presidente em exercício, da federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Sra. América Xavier da Silveira. Julho de 1938. Papelaria Passos. Rio de Janeiro.

Relatório apresentado ao presidente e mais membros do Conselho Deliberativo da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, pela sua presidente D. Esther Ribeiro. Imprensa Pública. Manaus. 1940.

Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Relatório da Diretoria apresentado ao Conselho Deliberativo. Ano de 1940. Imprensa Pública. Manaus 1941.

Relatório – Sociedade Amazonense de Assistência aos lázaros e Defesa contra a Lepra. Imprensa Pública. Manaus. 1942.

Regulamento dos Preventórios para filhos de Lázaros instalados no Brasil. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 13 de março de 1943

Relatório das Atividades da Federação das Sociedades de Assistência aos lázaros durante o período de 26.01. 1942 a 24.01.1944. Rio de Janeiro, 1944.

Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Relatório da Diretoria, apresentado ao Presidente e mais membros do Conselho Deliberativo da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, pela presidente. D. Isabel Soares Nogueira. Ano de 1943. Oficina Gráfica do D. E. I. P – Manaus – Amazonas. 1944.

Relatório da Diretoria. Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, pela sua presidente D. Isabel Soares Nogueira. Ano de 1954. Tipografia Reis. Manaus- Brasil

Diário Oficial do Amazonas. Sábado, 12 de Abril de 1941.

Referências:

CABRAL, Adriana Brito Barata. De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942). Dissertação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. 2010.

DIAS, Edineia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto. – Manaus 1980-1920. 2ª Edição. Manaus: Livraria Valer, 2007

GOMIDE, Leila Regina Scalia. “Órfãos de pais vivos” A lepra e as instituições preventórias no Brasil: estigmas, preconceitos e segregação. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1991.

LIMA, Zilda Maria Menezes. Uma enfermidade à flor da pele: a Lepra em Fortaleza (1920-1937). Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009. Coleção Outras Histórias nº59.

MACIEL, Laurinda Rosa. Em defesa dos sãos perde o lázaro a liberdade: uma história das políticas públicas de combate a lepra no Brasil (1941-1962). Niterói: UFF (Doutorado em História), 2007.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. Saúde e Sociedade, 7. 1998. P. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n1/02.pdf>

PESAVENTO, Sandra Jatary. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Entidades Filantrópicas e políticas públicas no combate à lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945). Fiocruz, Rio de Janeiro. 2006.

SOARES, Elisângela Socorro Maciel. Igreja de Manaus: porção da Igreja Universa: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926). Manaus: Editora Valer, 2014.

CAPÍTULO 3

TERECÔ, TAMBOR DA MATA, MATA ZOMBANA: LITERATURA ANTROPOLÓGICA E AGENCIAMENTO NAS TRAMAS DA ENCANTARIA MARANHENSE

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Victor Hugo Basilio Nunes

Programa de Pós-graduação em História -
Universidade Federal de Goiás
Goiânia - Goiás
<http://lattes.cnpq.br/6029709711009681>

RESUMO: As inserções das matrizes africana e indígena na história do Brasil vêm sendo pensada de maneiras distintas em diferentes tempos históricos, os postulados que norteiam tais reflexões nos informam das transformações sociais decorrentes das várias formas de conflito racial inseridos na dinâmica social. As novas possibilidades que esta temática alcança na produção acadêmica esta intimamente ligada às transformações sociais ocorridas no Brasil. Neste sentido, os estudos sobre religiões afro-brasileiras se inscrevem neste contexto como indicador de uma demanda social que aponta para revisões históricas sobre o papel dos negros e indígenas na formação social brasileira. Neste artigo discutiremos como o terecô, nome dado a encantaria de Codó-MA, vem sendo representado no campo dos estudos sobre as religiões afro-brasileiras. A construção do tema para a antropologia e o interesse do grande público demonstram as representações que se criaram sobre os poderes sobrenaturais daquela região que sem dúvida é local de forte tradição religiosa afro-brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Terecô, encantaria maranhense, agenciamento.

TERECÔ, TAMBOR DA MATA, MATA
ZOMBANA: ANTHROPOLOGICAL
LITERATURE AND AGENCY IN THE
WEAVE OF ENCANTARIA MARANHENSE

ABSTRACT: The insertions of the African and indigenous matrices in the history of Brazil have been thought of in different ways in different historical times, the postulates that guide such reflections inform us of the social transformations resulting from the various forms of racial conflict inserted in the social dynamics. The new possibilities that this theme achieves in academic production is closely linked to the social transformations that have occurred in Brazil. In the sense, studies on afro-brazilian religions are inscribed in this context as an indicator of a social demand that points to historical reviews on the role of blacks and indigenous people in Brazilian social formation. In this article we will discuss how terecô, the name given to the *encantaria* of Codó-MA, has been represented in the field of studies on afro-brazilian religions. The construction of the theme for anthropology and the interest of the general public demonstrate the representations that were created about the supernatural powers of that region, which is undoubtedly a place of strong afro-brazilian religious tradition.

KEYWORDS: Terecô, *encantaria maranhense*, agency.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade Codó está localizada no leste

maranhense, possui território de 4.361, 344km² população estimada em 123.116 pessoas é classificada como bioma cerrado.¹ O início do povoamento de Codó ocorre em 1780 através de colonizadores portugueses e escravos africanos que passaram a desenvolver a agricultura. No século dezenove a produção de algodão ganha destaque naquela região, Codó é elevado à condição de cidade em 16 de abril de 1896, se destaca no processo de industrialização do Maranhão com a instalação da Companhia Manufatureira e Agrícola em 1892 que funcionou até 1962.

Localmente a região é chamada de Mata de Cocais devido à predominância da palmeira do coco babaçu. Tem como principais municípios Bacabal, Codó e Caxias, na região da Mata de Cocais uma religião surgiu, o terecô, essa religião tem como epicentro do seu surgimento o povoado de Santo Antônio dos Pretos que pertence ao município de Codó. Uma característica marcante dessa tradição é o culto aos encantados no qual se destacam os encantados da família de Légua Boji Bua, que viveram e se encantaram na região. A cidade de Codó pode ser compreendida como o grande centro difusor do terecô.

Mata zombana, tambor da mata, terecô foram os principais nomes que encontramos e que ao fim tratam da mesma forma de tradição religiosa afro-brasileira, que surge na Mata dos Cocais com destaque para a região de Codó. De acordo com relatos orais era praticado nas matas, sem local definido para evitar a perseguição policial. Nos anos 1930 com a chegada da Mãe de Santo Maria Piauí a Codó passa a sofrer influência da umbanda (FERRETTI, 2000) e ganha projeção internacional com a fama alcançada por Mestre Bitá do Barão se consolidando no imaginário nacional como terra de feiticeiros.

2 | LITERATURA ANTROPOLÓGICA SOBRE O TERCÔ: EM BUSCA DA PUREZA RITUAL

Iniciaremos nossa análise com a literatura antropológica produzida sobre o terecô. A trajetória dos estudos realizados sobre o terecô começa com o antropólogo Octávio da Costa Eduardo que esteve, entre 1943 e 1944, em Santo Antônio dos Pretos povoado situado na zona rural do município de Codó. Costa Eduardo (1966) produziu um estudo em comparação entre a área rural, Santo Antônio dos Pretos, e a área urbana, no caso São Luís, no que se refere às tradições afro-brasileiras. Em sua obra: “The Negro in Northern Brazil: a Study in Acculturation” (1966), defende a tese de que os rituais complexos foram descaracterizados no meio rural, afirma não ser possível reconhecer divindades africanas no que ele chama de “crenças rurais” e que no lugar de divindades africanas estão os encantados.

Rural belief. African deities, in recognizable form, are all but entirely absent in the religion of the rural Negroes in Maranhão, but in their place are African-like spirits called *encantados*, believed to “possess” certain persons during ritualistic dances. (COSTA EDUARDO, 1966 p. 57)

1 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/historico> Acessado em: 18/01/2021.

O autor desqualifica o caráter sagrado do ritual sustentado na afirmação de ausência de cerimônias de iniciação, na ausência de um líder e no uso de bebida alcoólica durante o ritual o que ele compreende como fator desintegrador, vejamos,

The group which participates actively in the ritual for the *encantados* forms what perhaps may be thought of as a religious organization, though it is so formal that it can scarcely be termed that. It holds monthly or bimonthly dances which are almost the only occasions for formal participation in worship. Certainly admission to this group requires no ceremonies of initiation, while drinking on the part of most "members" during a dance deprives the ritual of some of its sacred character, and acts as a disintegrating factor. The group even lacks the direction of an acknowledged priest, though there are two men who take charge of the arrangements for the dances, and have important functions during them. (COSTA EDUARDO, 1966 p. 62)

Costa Eduardo (1966) destaca a ausência de iniciação, o uso de bebida alcoólica, a ausência de líder, para ele o terecô se caracteriza como um culto rural jêje descaracterizado e desintegrado quase que condenado a desaparecer.

Posteriormente, Roger Bastide (1971), baseado nos estudos de Costa Eduardo (1966), abordou o terecô na obra: "As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a Uma Sociologia das Interpretações de Civilizações" (1971). Para Bastide (1971) os candomblés jêje-nagô são compreendidos como de cultura mais avançada dotados de pureza ritual, sendo esses os candomblés kêtú da Bahia e a Casa das Minas do Maranhão. As demais religiões afro-brasileiras estariam mais próximas da magia o que justificaria a perseguição policial destas. Outro elemento destacado por Bastide (1971) em sua análise diz como o meio rural funcionou como elemento desagregador das tradições religiosas afro-brasileiras, para o autor o surgimento de seitas africanas organizadas estava condicionado ao meio urbano. Vejamos o que o autor nos diz,

No Maranhão, Octavio da Costa Eduardo descreveu o que resta das religiões daomeanas na cidadezinha de S. Antônio. Não há igreja católica nessa vila e a sua população mais ou menos se compõe quase que só de negros analfabetos e camponeses. Suas divindades ancestrais não morreram e aí ainda não se esqueceram dos nomes Verequete e Sobô; e a essas duas divindades daomeanas é mister acrescentar um deus iorubá, Ewô, uma deusa angola, Calunga, considerada aqui como a expressão da morte, enquanto sobreviveu no Rio de Janeiro sob outro aspecto – o de rainha do mar. Mas esses deuses não descem. E pensamos que não descem porque não existe cerimônia de iniciação. Já vimos que, para os Voduns e os Orixás poderem descer, é mister preliminarmente "fixá-los" na cabeça de seus filhos; os negros de S. Antônio não o esqueceram, mas como já não mais conhecem o segredo dos ritos propiciatórios, os deuses de seus pais já não podem subsistir, exceto como imagens mentais, não como realidades viventes. Foram os encantados que os substituíram, porque o seu culto é infinitamente mais simples, não exige sacrifícios pecuniários importantes, ao mesmo tempo em que dão aos fiéis a mesma alegria da possessão o mesmo transe místico. (...) Em certas casas se encontra o mourão central, que é também especificamente africano, isto é, daomeano, em torno do qual os fiéis rodam em sentido contrário aos dos

ponteiros de um relógio. Propriamente falando, não há sacerdote, e, como já dissemos, também não há iniciação, esta substituída simplesmente por um batismo, segundo o rito católico, do espírito que desce sobre um novo cavalo. Ao contrário do que ocorre nas seitas tradicionais, o número de homens montados pelos encantados é tão grande quanto o das mulheres. Esses encantados falam pela boca de seus filhos ou filhas, dão conselhos, receitam remédios, propõem os melhores meios para resolver dificuldades da vida. Em suma, essas festas parecem corresponder a uma dupla necessidade: à do divertimento em uma povoação que não tem muitas outras e à direção, tanto material como espiritual, de uma população isolada, abandonada à sua sorte. (BASTIDE, 1971 p. 397-398)

Buscamos problematizar certa compreensão que se tem a certa da religiosidade afro-brasileira organizada a partir da relação entre as noções de pureza e mistura que no campo das religiões afro-brasileiras se traduz em maior africanidade contrapondo-se ao sincretismo. Compreendemos que esta noção de africanidade destacada por Bastide (1971) se assemelha a ideias defendidas por autores como Nina Rodrigues (1988), Arthur Ramos (1951) e Edson Carneiro (1969) sobre o candomblé Baiano ao afirmarem a superioridade da tradição kêtu em detrimento das tradições banto e indígenas. Neste sentido a abordagem feita à religiosidade afro-brasileira no Maranhão privilegiaria a tradição jêje (mina) de São Luís em detrimento das tradições do interior em especial o terecô de Codó. Como observamos na citação acima Bastide (1971) se refere ao Maranhão destacando dois terreiros de São Luís, Casa das Minas e Casa Nagô, como exemplos da herança Daomeana e Yorubana, ressaltando sua africanidade.

Compreendemos que esta abordagem se organiza através dos mesmos pressupostos que orientaram os primeiros trabalhos sobre o candomblé na Bahia fundamentados nas noções de puro/misturado, sincretizado/africanizado, atribuindo à tradição kêtu-nagô o status de candomblé puro ou modelo a ser seguido. Nossa tese central se configura como crítica a essa ideia de pureza ritual que hierarquiza tradições, cultos e terreiros. É diante da dinâmica entre terreiros de candomblé e tendas de terecô que buscamos investigar de que forma essas práticas podem nos dizer dos conflitos identitários relacionados às chamadas nações no candomblé e no terecô.

Outra antropóloga que escreveu sobre o terecô foi Mundicarmo Ferretti, ela esteve em Codó nas festas de Mestre Bitá em agosto de 1986, Maria Piauí e Santo Antônio dos Pretos em junho de 1989. Em 1994 e 1996 esteve em Codó para assistir rituais realizados no terreiro de Mãe Antoninha, em 1997 esteve com Mãe Antoninha já doente. (FERRETTI, 2000 p. 99). Sua principal obra foi “Encantaria de “Barba Soeira”: Codó, capital da magia negra?” (2000), publicada pela Comissão Maranhense de Folclore.

A tese de Mundicarmo Ferretti (2000) consiste em defender a existência do terecô tradicional que tem em Mãe Antoninha sua guardiã. Outra forte característica de seu trabalho é a tentativa de desqualificar a importância de Mestre Bitá do Barão para a cidade de Codó compreendendo que Mestre Bitá contribuiu para a descaracterização do terecô

tradicional com a introdução de elementos da umbanda na encanteria codoense.

Apesar de se falar da existência, em Codó, de antigos “feiticeiros” (não terecozeiros) e da realização, por eles, de trabalhos para o “mal”, tudo indica que a fama de realização de trabalhos na “linha negra”, com Exu, por terreiros de Codó, começou depois da década de 1950 e da abertura dos salões de Maria Piauí e Bitá do Barão. Tudo indica também que o surgimento ou incremento dessa linha em terreiros de Terecô de Codó tenha ocorrido mais por influência recebida da Macumba do Rio de Janeiro e da filiação de terecozeiros codoenses à Federações de Umbanda capital e de outros Estados do que com a propalada “banda preta” de Légua Bogi. (FERRETTI, 2000 p. 167)

Mundicarmo Ferretti (2000) repudia toda forma de conexão do terecô com o feitiço e a magia, porém reconhece que a fama atribuída aos poderes mágicos daquela região está além do simples dilema de pureza ritual levantado por ela, vejamos,

A existência no Terecô de entidades “meio brancas e meio negras” e a existência, no passado, naquele município, de afamados praticantes da “magia negra” (feiticeiros ou curadores que, por dinheiro, faziam “qualquer trabalho”), deve ter facilitado a penetração da Quimbanda e pode explicar porque, atualmente, a “linha negra” tem sido recebida ali com tanta simpatia e naturalidade pelos terecozeiros de Codó e por sua clientela. (FERRETTI, 2000 p. 142)

Apesar de reconhecer que existe um mercado de trabalhos espirituais em Codó, desconsidera o papel das atribuições do poder espiritual no agenciamento que a comunidade local realiza, principalmente, as atividades econômicas relacionadas a trabalhos espirituais que se caracteriza como uma importante atividade econômica da cidade.

É evidente o interesse da antropóloga em defender que Mãe Antoninha representa o terecô tradicional,

Antoninha, como já falamos mais de uma vez, era conhecida como a mãe de santo mais antiga e mais apegada à tradição do Terecô de Codó. Além de ser um elo importante entre o povoado de Santo Antônio e a cidade de Codó, colocava, continuamente, a questão da tradição e da modernização do Terecô. Por essa razão, despertou o nosso interesse, desde o início da pesquisa. Apesar de Dona Antoninha ter morado algum tempo em São Luís e em São Paulo, de ter feito algumas outras viagens para fora do Maranhão, de ter feito um curso de Umbanda, por correspondência, e de ter feito alguma leitura umbandista, se apresentava como seguidora da tradição religiosa afro que recebera de sua mãe de santo e apegada às suas “pedrinhas”. Definia-se como “da mata do coco, da pedra, do chão” e dizia que não aceitava Exu e Pombagira em seu salão. Abria o tambor cantando “Dom Variê” e não “Ibarabô”, guardava suas pedras em casa em um caixão de madeira, e chamava de “vodunso” as entidades espirituais recebidas no Terecô, tal como foi encontrado por Costa Eduardo no povoado de Santo Antônio dos Pretos, em 1943-1944. (FERRETTI, 2000 p. 109)

Como podemos observar a autora busca fundamentar sua tese na compreensão de que existe um terecô tradicional e que Mãe Antoninha é sua representante máxima,

se apoia na descrição de Costa Eduardo (1966) destacando o povoado de Santo Antônio dos Pretos como marca de tradicionalidade no terecô. Mãe Antoninha faleceu em 1997 e passou, ainda em vida, sua tenda de terecô, a Tenda Santa Bárbara, para o comando de Mãe Maria dos Santos. Para Mundicarmo Ferretti a escolha na sucessão desta importante tenda não foi a melhor para a manutenção do terecô tradicional e novamente ela apresenta Mestre Bitá do Barão como articulador da descaracterização do terecô. Vejamos como a antropóloga se refere a Mestre Bitá e Mãe Maria dos Santos, duas importantes lideranças religiosas de Codó,

Maria dos Santos gostava de coisas modernas e de roupas luxuosas, com brilho. Em 6 de janeiro de 1994 iniciou o toque de gravador na mão e usou roupa nylon. Em 1995, “sonhava” com uma saia de lamê verde. Em dezembro de 1996 colocou som e venda de bebidas na festa de fim de ano do terreiro e, embora tenha feito roupa bordada em Richelieu para as tobôssas, usou, na abertura da festa, nylon trabalhado industrialmente. Gostava também de preparar mesa de doces e bolo confeitado nas festas de seus guias. O estilo de Maria dos Santos parecia pautado no do Bitá, que parece ter também influenciado Dona Antoninha que, apesar de mais velha do que ele, dançou muitos anos no seu salão e tinha por ele grande admiração. Logo após o falecimento de Dona Antoninha, parecia que aquela influência ia aumentar, pois antes dele ocorrer o Bitá já estava sendo apresentado como alguém que poderia orientar e acompanhar os passos da nova mãe de santo e o filho de Maria dos Santos fora preparado por ele. Na festa do fim de ano de 1996, a Tenda Santa Bárbara não parecia tão empenhada em desenvolver o “nagô de Codó” quando em acompanhar o movimento umbandista que ver crescendo na capital e no interior do Estado do Maranhão e que ali era liderado pelo Bitá.” (FERRETTI, 2000 p. 133-134)

Nesse sentido a afirmação da tradição e negação do agenciamento em torno do feitiço e do poder naquela região se caracterizam como um discurso político socialmente construído, no qual a antropóloga impõe a sua concepção sobre o que é tradicional no terecô para desqualificar inclusive a linha sucessória de uma tradicional tenda de terecô. Ressaltamos que nos contatos que tivemos com a comunidade do terecô em Codó percebemos um profundo respeito de todos por Mãe Maria dos Santos e a compreensão de que em seu barracão se bate o terecô tradicional ou como ela gosta de chamar a mata zombana.

Dentre os trabalhos acadêmicos mais recentes se destaca a tese de doutorado em antropologia de Martina Ahlert, “Cidade relicário: uma etnografia sobre o terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão)”, defendida em 2013. Caracteriza-se como um importante trabalho etnográfico, riquíssimo em detalhes, que apresenta a territorialidade do terecô em Codó e nos traz dados importantes,

A Secretaria de Cultura e Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Codó (criada em 2009) estima que se pode encontrar, no município, um número aproximado de duzentas tendas, sejam elas de terecô, candomblé ou umbanda. A Associação de Umbanda, Candomblé e Religiões Afro-brasileiras de Codó e Região realizou um levantamento sobre a quantidade destes

locais e afirma que existem 294 tendas e 109 quartos de santo na cidade. Independente da discrepância entre os números encontrados é possível notar a grande presença destes espaços entre os 118.072 habitantes, dispostos na zona rural e urbana. (AHLERT, 2013 p. 23)

Para nos ajudar a pensar de forma ampliada as problemáticas que envolvem a relação entre feitiço e religiões afro-brasileiras tão presentes no imaginário que cerca Codó, recorremos a Yvonne Maggie que em seu livro “Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil” (1992), nos mostra que “a crença na magia e na capacidade de produzir malefícios por meios ocultos e sobrenaturais é bastante generalizada no Brasil desde os tempos coloniais” (MAGGIE, 1992 p. 22). Na obra percebemos que o feitiço passa a ser elemento de acusação que desqualificam terreiros, enquanto os terreiros vinculados às práticas mágicas, caracterizados como impuros eram mais reprimidos os que eram considerados “nagôs puros” alcançavam prestígio passando a ser considerados como religião, sendo menos perseguidos pela polícia. Maggie (1992) relativiza o feitiço na sociedade brasileira e problematiza a hierarquia operada pela ideia de feitiço nas religiões afro-brasileiras, vejamos o que ela nos diz,

Aprofundando a ideia, pode-se pensar que o Brasil é representado como uma sociedade hierárquica, relacional, porque aqui se acredita no feitiço, esse operador lógico da esfera da ação. Haveria sociedades totêmicas, que classificam grupos sociais igualitários. Como em Roberto DaMatta, a morte ou os mortos nesta sociedade, o feitiço é aqui considerado um bom contraponto para pensar a popularidade (no sentido de universalidade) da maneira de pensar relacionando. Estas conclusões levam a repensar a concepção de magia na sociedade brasileira contemporânea e o modo como ela se relaciona com as concepções de religião. A teoria da feitiçaria implica nessa ideia de um sistema de pensar, de uma forma de conhecimento diferente a ciência e da religião, sobretudo porque pode correr paralelamente a elas. O feitiço não seria sobrevivência do arcaísmo na sociedade brasileira. Está no centro mesmo da sua maneira de pensar contemporânea. (MAGGIE, 1992 p.273-274)

Como nos mostra Maggie (1992) ao pensarmos sobre a representação de Codó no imaginário nacional, como “capital da macumba”, pensamos também sobre o lugar do feitiço na sociedade brasileira. Destacamos a importância de pesquisas como a que apresentamos neste artigo para se aprofundar nos estudos sobre as religiões afro-brasileiras problematizando concepções etnocêntricas que alimentam teorias como o nagô-centrismo.

Percebemos na história das religiões afro-brasileiras no Maranhão a presença de múltiplos agenciamentos. Compreendendo como agenciamento a relação que se estabelece entre o indivíduo e a estrutura, como diálogo entre tradição e renovação, como espaço de transação e negociação, no qual se estabelece uma tensão em torno do termo tradicional, destacando o caráter processual. Estas características reforçam a abordagem que propomos, direcionada para uma visão processual em contraposição a uma visão essencialista. O agenciamento como nos mostra Hannerz (1997) supõe necessariamente

uma trajetória que é histórica e determinada por múltiplos fatores e uma origem que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem se acoplar. Ao entrarmos em contato com o universo do terecô adotamos um posicionamento de abordagem que se distancia das oposições: tradicional/descaracterizado, puro/misturado, entendemos que os binarismos devem ser deixados de lado e que o olhar lançado às religiões afro-brasileiras deve ser orientado por uma compreensão processual evitando o essencialismo.

3 | ESSENCIALISMO E AGENCIAMENTO DA MISTURA

Existem resistências em aceitar formas de hibridação porque geram insegurança nas culturas e desconstroem pretensões etnocêntricas. De todo modo, a intensificação da interculturalidade favorece intercâmbios. Canclini (2001) ao falar da hibridação defende mais tradução e traição do que tradição defende, portanto, a mistura.

Como nos mostra Oliveira (1996) devemos ter em mente que as nações no contexto das religiões afro-brasileiras se constituem a partir de múltiplos agenciamentos e que estão muito mais ligadas as reconfigurações e identificações na América do que a sua origem africana. Pode-se argumentar, por esse motivo, que o repertório de classificações étnicas na América não passa de atribuições, que terminariam por colocar-se aos mesmos como rótulos. Segundo esta perspectiva é que se problematiza a atribuição dos nomes étnicos aos grupos africanos na América, considerando que os nomes de nação no contexto das religiões afro-brasileiras ficaram conhecidos em tal região, sem se questionar a lógica que presidiu tal processo. Todavia, diversos elementos nos indicam que os nomes étnicos transformaram-se em formas auto descritivas introjectadas, individual e socialmente. Destacamos que nossa ênfase, ao problematizarmos a etnicidade na religiosidade afro-maranhense, não está na permanência das práticas, mas sim nas transformações, reconfigurações, o processual em detrimento do essencialismo. O que nos interessa não é o que permaneceu, mas sim o que se reconstruiu, a diversidade e o agenciamento das religiões afro-brasileiras produzindo um contraponto às ideias de pureza e africanização nas diferentes tradições que formam os cultos afro-brasileiros.

Para Prandi (1991) as religiões afro-brasileiras são formadas por nações. A palavra nação, neste contexto, pode ser definida como uma nação política, que se organiza entorno de práticas e ritos partilhados pelos terreiros pertencentes à determinada nação buscando sua origem na diáspora africana nas Américas. Desta forma os grupos que falavam a língua yorubá entre eles os de Oyó, Abeokutá, Ijexá e Egbá vieram constituir o candomblé denominado de nação kêtú. Kêtú era uma cidade que ficava onde hoje está a Nigéria, mas no Brasil passou a designar o culto de candomblé da nação kêtú. O que é chamado de nação jêje é a tradição religiosa formada pelos povos vindos da região do antigo Reino do Dahomé, reino africano que durou do século dezessete a dezenove. Situado no atual Benin

estabeleceu intensas relações com comerciantes de escravos, comércio alimentado com inúmeras guerras com os povos de língua yorubá. A língua dos candomblés jêje é o fon. Os candomblés da nação angola foram desenvolvidos no Brasil com a chegada de africanos vindos de Angola e Congo de língua banto.

Essa afirmação nos apresenta um tipo de sincretismo, não entre as religiões afro-brasileiras e o catolicismo, mas entre diferentes nações e divindades, o que não é comum no universo religioso afro-brasileiro, cada vez mais inclinado na busca de uma pureza de ritual. Levantamos como possível explicação ao posicionamento de manter em um terreiro diferentes nações, o agenciamento frente às transformações ocorridas no cenário da religiosidade afro-brasileira.

Neste sentido problematizamos certa compreensão que se tem a certa da religiosidade afro-brasileira maranhense organizada a partir da ideia de que a capital, São Luís, seria detentora de culto mais puro, com relação à noção de africanidade, e o interior, especialmente Codó, mais sincrético. Compreendemos que a abordagem feita à religiosidade afro-brasileira no Maranhão privilegiaria a tradição jêje (mina) de São Luís em detrimento das tradições do interior em especial o terecô de Codó.

Ressaltamos que as nações no campo da religiosidade afro-brasileira não têm uma correspondência linear no seu processo de formação no continente africano e transferência para a América. Em muitos casos, as denominações de certos grupos eram atribuídas por povos vizinhos. Em outros casos, os portos de embarque podem ter sido um dos critérios na elaboração de categorias tais como, Mina, Angola, Cabo Verde, dentre outros, que posteriormente deram origem as nações hoje observadas no Brasil em candomblés, maracatus, congadas e outras manifestações da religiosidade e cultura afro-brasileira. É bem provável que muitas dessas denominações não corresponderem necessariamente às autodenominações étnicas utilizadas pelos africanos em suas regiões de origem. É levando em conta estes elementos que devemos entender a formação de uma série de nações africanas no contexto colonial brasileiro. Luís Nicolau Parés (2007) nos mostra que,

Nagô, Anagô ou Anagonu era o etnônimo ou autodenominação de um grupo de fala iorubá que habitava a região do Egbado, na atual Nigéria, mas que emigrou e se disseminou por várias partes da atual República do Benim. Ao mesmo tempo, os habitantes do Daomé, reino que se manteve desde meados do século XVII até o final do século XIX, começaram a utilizar o termo “nagô”, que na língua fon tinha provavelmente um sentido derogatório, para designar uma pluralidade de povos iorubá-falantes sob a influência do reino de Oyo, seu vizinho e temido inimigo. Desse modo, uma autodenominação étnica, restrita a um grupo particular, passou a ser utilizada por membros alheios a essa comunidade para assinalar um grupo de povos mais amplo. A lógica dessa generalização reside no fato de esses povos compartilharem uma série de componentes culturais, como língua, hábitos e costumes. Com o tempo, esse grupo de povos de fala iorubá passou a assimilar a denominação externa imposta pelos daomeanos e, uma vez despreendida do seu sentido derogatório inicial, a utilizá-la como autodenominação. Por sua

vez, os traficantes europeus apropriaram-se do uso local que os daomeanos faziam do termo “nagô”, e este foi assim transferido ao Brasil, preservando a dimensão genérica e inclusiva estabelecida pelos daomeanos. (PARÉS, 2007 p.25)

Para compreendermos melhor este cenário é preciso explorarmos os limites e as possibilidades dos conceitos de hibridismo, sincretismo e agenciamento, que nos ajudam a compreender como as nações de candomblé se constituem como arena de disputa por prestígio nas relações entre terreiros no universo das religiões afro-brasileiras. Para Ulf Hannerz (1997) hibridez parece ser atualmente o termo genérico preferido, talvez por uma fácil mobilidade entre disciplinas. Como nos mostra o autor, apesar de seu tom biológico é um termo forte principalmente no campo dos estudos literários, em grande parte pela presença na obra de Mikhail Bakhtin (2010). É possível inferirmos que, para Bakhtin, a hibridez representava antes de tudo a coexistência de duas línguas, duas consciências linguísticas, mesmo dentro de uma única fala. Para fazer a crítica cultural do colonialismo, a hibridez passa a significar a subversão, a desestabilização da autoridade cultural colonial. Para Ferreti (2014) o hibridismo remete a uma metáfora biológica adotada no século XIX, muitas vezes na perspectiva de imprimir caráter científico ao comportamento humano. Autores como Canclini (1997) diferenciam o termo hibridismo de sincretismo, por considerarem que sincretismo está mais relacionado com religiões e hibridismo com outros aspectos da cultura. Ferreti (2014) conclui,

Que não reconhecemos a existência de grandes diferenças entre sincretismo e hibridismo, embora possam ser diferenciados [...] podemos considerar que, em sociedades como a nossa, o sincretismo pode ser considerado como fato social total, relacionado com instituições religiosas, políticas, familiares, econômicas, estéticas, culturais, que ao mesmo tempo é imposto e voluntário. A sociedade brasileira é complexa e se caracteriza pelo encontro e a mistura entre povos e culturas diversas, e este encontro é enriquecedor. Assim a mistura e o sincretismo constituem elemento central em nossa sociedade, como pode ser evidenciado, entre outros aspectos, nas religiões e na cultura popular (FERRETI, 2014 p.30).

Canclini (2001) chama a atenção para a hibridação como um conceito em construção, que pode ser compreendido como um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e os vocábulos empregados para designar misturas particulares. O autor destaca que talvez a questão decisiva não seja estabelecer qual desses conceitos abrange mais e é mais fecundo, mas sim, continuar o debate em torno de princípios teóricos e procedimentos metodológicos que nos ajudem a tornar as relações mais traduzíveis, ou seja, a aceitar o que cada um ganha e perde ao hibridar-se.

Ao entrarmos em contato com o universo do candomblé e do terecô adotamos um posicionamento de abordagem que se distancia das oposições: tradicional/descaracterizado, puro/misturado, entendemos que os binarismos devem ser deixados de lado e que o olhar lançado às religiões afro-brasileiras deve ser orientado por uma compreensão processual

evitando os essencialismos.

4 | CONSIDERAÇÕES

A ideia de quanto mais próximo da África mais puro produziu o processo de africanização, observado não só aqui no Brasil, mas no contexto de religiões afro-caribenhas, conforme evidencia Capone (2004). Nesse sentido a preservação da tradição, afirmação de africanidade e negação do sincretismo se caracterizam como um discurso político socialmente construído.

Isso nos mostra que as tradições são reinterpretadas e transformadas, os discursos que marcam a diferença que legitima ou desqualifica um terreiro com relação a outros abrem um campo a ser trabalhado: o que está por trás e qual a função política da noção de tradição que hierarquiza terreiros? É na problemática da africanização, da intenção de estabelecer um vínculo com a África que assume um sentimento político, que se estabelece o paradigma de pureza, em que, a busca de um tradicionalismo africano se contrapõe as características afro-brasileiras.

Compreendemos que há lacunas que abrem possibilidades outras a serem trabalhadas tais como, observar se essa relação polarizada entre tradicional/descaracterizado realmente existe. Se há uma visão essencialista da cultura e a compreensão de uma coerência formal que privilegia o culto com relação ao indivíduo.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina. **Cidade relicário: uma etnografia sobre o terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão)**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2013.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a Uma Sociologia das Interpretações de Civilizações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. 6ª edição São Paulo: Hucitec, 2010.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé: Tradição e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 1997, p.283-350.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas. In: **Introdução à Edição de As Culturas Híbridas em Tempos de Globalização**. São Paulo: EDUSP, 2001, p.XVII-XL.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Edições de Ouro. Rio de Janeiro, RJ. 1969. [1948]

COSTA EDUARDO, Octavio da. **The Negro in Northern Brazil: a Study in Acculturation.** Washington: University of Washington Press - Seattle and London, 1966. [1948]

FERRETTI, Sergio. **Sincretismo e hibridismo na cultura popular.** Revista Pós Ci. Soc. v.11, n.21, jan/jun. 2014.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantaria de “Barba Soeira”: Codó, capital da magia negra?**, São Luís: Comissão Maranhense de Folclore-CMF, 2000.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional.** Mana vol.3, n.1, 1997, p. 7-39.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX.** Revista da USP, São Paulo (28), 1996, p. 174-193.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.** 2ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PRANDI, José Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova.** São Paulo: HUCITEC: Editora Universitária de São Paulo, 1991.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988. [1932]

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro: etnografia religiosa.** 3ª edição São Paulo: editora nacional, 1951. [1934]

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Data de aceite: 24/05/2021

Edenar Souza Monteiro

Professora do Mestrado em Ensino – PPGen/
UNIC
Cuiabá – MT
<https://orcid.org/0000-0002-9666-7920>

Maria de Lourdes Fanaia Castrillon

Professora da Graduação/UNIC
Cuiabá – MT
<https://orcid.org/0000-0003-4797-880X>

RESUMO: O objetivo do estudo é destacar as abordagens raciais no ensino da História da educação básica e ensino superior. A referida temática ainda se apresenta orientada pela inferioridade e marginalização dos negros e, por vezes, os conteúdos são visados com naturalizações. É no contexto da valorização da História africana e afro brasileira na educação que esta proposta se respalda. Embora as Diretrizes Curriculares apresentem orientações voltadas para a pluralidade cultural, observa-se que, em muitas escolas públicas, ainda há a ausência de discussões que promovam um ensino pautado na equidade e alteridade. A metodologia utilizada foi pautada nas consultas de alguns documentos manuscritos do século XIX, tais como, jornais impressos, literatura e contos afros, livros didáticos, e observações realizadas nas escolas públicas. Todos esses fatores mencionados favorecem uma prática educacional que promova a formação social e cultural do aluno voltada para pluralidade cultural

longe dos preconceitos raciais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: História africana e afro brasileira. Ensino. Educação. Escravizados. Relações raciais.

RACIAL RELATIONSHIPS IN HISTORY TEACHING

ABSTRACT: The objective of the study is to highlight the racial approaches in teaching the history of basic education and higher education. The aforementioned theme is still oriented by the inferiority and marginalization of blacks and, sometimes, the contents are targeted with naturalizations. It is in the context of the appreciation of African and Afro Brazilian history in education that this proposal is supported. Although the Curriculum Guidelines present guidelines for cultural plurality, it is observed that in many public schools there is still no discussion that promotes a teaching based on equity and otherness. The methodology used was based on the consultations of some manuscripts of the nineteenth century, such as printed newspapers, Afro literature and stories, textbooks, and observations made in public schools. All these factors favor an educational practice that promotes the social and cultural formation of the student turned to cultural plurality away from racial and social prejudices.

KEYWORDS: African and Afro Brazilian history. Teaching. Education. Enslaved. Race relations.

INTRODUÇÃO

Ressalta-se que a História do Brasil no

século XIX, enfatiza as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens históricos masculinos. Esta abordagem priorizava a História política factual e, neste contexto, protagonistas como os escravos, indígenas, quilombos, mulheres, trabalhadores pobres ficaram excluídas das páginas da historiografia. Ressalta-se que, essa referida abordagem historiográfica permitiu durante muito tempo no ensino da História ausências de temas sociais como os supracitados.

Somente na década de 1980, com a História Nova, de modo geral, houve, então, uma “revolução” historiográfica e concomitante no ensino. Ou seja, a partir desses anos, houve um repensar historiográfico, e no campo da pesquisa surgiu o aumento de produções historiográficas. O repensar historiográfico influenciou no campo da pesquisa, com isso novas propostas curriculares, novos temas como família, religião, cotidiano avançaram no ensino sobre abordagens que focalizam o negro na historicidade de Mato Grosso sendo variadas as produções de pesquisas acadêmicas. Quanto aos livros didáticos sobre a temática são quase que inexistentes. A partir da lei 10.639/2003 é que começaram a surgir debates, pesquisas, orientações pedagógicas e a difusão do conhecimento especialmente na rede de ensino do Estado mato-grossense através do Núcleo de Pesquisa das Relações Raciais da Universidade Federal de Mato Grosso (NEPRE). No entanto, mesmo com essas mudanças ocorridas no ensino, pode-se dizer que nos dias atuais existem algumas problemáticas.

A revolução historiográfica com propósitos de abarcar novos temas e objetos de pesquisas, também permitiu mudanças no ensino pelas propostas das diretrizes curriculares, pois atualmente os temas transversais são possibilidades para professores trabalharem. Além da tecnologia, são variados os recursos didáticos que podem ser utilizados na sala de aula como jornais, revistas, literatura, imagens, fotografias, documentos, músicas, poemas entre outros. Utilizar fontes variadas na sala de aula possibilita maior compreensão do processo histórico. Todos esses fatores mencionados favorecem uma prática educacional que promova a formação social e cultural do aluno voltada para pluralidade cultural longe dos preconceitos raciais e sociais. Segundo Ribeiro (2004) a questão não é impor modelos de práticas pedagógicas, mas mostrar universo de possibilidades para um ensino de história que promova novas concepções de mundo e construa no aluno reflexões articuladas entre o passado e presente. O professor pode mediar a produção do conhecimento do aluno problematizar a aula e valorizar a diversidade.

LIVROS DIDÁTICOS

Os Parâmetros Curriculares (1997) apresentam os eixos temáticos que são divididos em categorias; procedimentais, conceituais e atitudinais. “Os conteúdos conceituais” são os conceitos sobre fatos, os “conteúdos procedimentais”, incluem o (saber-fazer); já os “conteúdos atitudinais”, envolvem valores, normas e atitudes, que

permeiam todo o saber Escolar.

Os Parâmetros Curriculares nos indicam que a diversidade cultural/ multiculturalismo promove a alteridade equidade na formação da aprendizagem do aluno, porém o espaço escolar está impregnado de conceitos eurocêntricos dos colonizadores sobre a História afro-brasileira e africana. Nem sempre as escolas priorizam o tema e nem consta no Projeto Político Pedagógico da escola, porém, ao observar a gestão democrática de determinadas escolas públicas desta capital é possível perceber pelo planejamento escolar as fragilidades como exemplo a comemoração da consciência negra, do dia 20 de novembro como se a festividade fosse capaz de superar todos os conceitos eurocêntricos, racismo no interior da escola. De acordo com a lei 10.639/2003 é essencial valorizar a identidade, a cultura e a História afro-brasileira e africana na educação básica e ensino superior sem necessariamente priorizar uma determinada área de ensino, que, em qualquer momento a temática deve ser abarcada.

Sabemos que para contemplar a diversidade cultural na gestão escolar é necessário que ocorra em qualquer momento e área de conhecimento. O livro didático enquanto recurso utilizado na sala de aula é também um material que deve ser analisado de modo crítico por trazer diferentes linguagens como iconografias, texto, mapas, gráficos entre outros. Bittencourt (1993) aponta que são enormes as deficiências apresentadas nas produções dos livros didáticos do ensino de História e, a História de Mato Grosso ainda silenciada nos livros didáticos, reforça o problema da historicidade dessa região mais central da América do Sul como algo externo à realidade brasileira. Diante desse impacto o estudo sobre a História local no território mato-grossense é um paradoxo, longe de abranger os objetivos dos Parâmetros curriculares. Com relação aos conteúdos observa-se por exemplo, que no ensino da História são desconectados, não estabelecem diálogos entre a História do Brasil e a regional e essa fica como se fosse um assunto a parte da História do Brasil, distante da realidade social do aluno.

A exemplo, quilombos¹ ou comunidades quilombolas é um tema essencial que deve ser abordado em sala de aula, porém, muitas vezes é apresentado nas páginas livros didáticos de maneira simplificada e geralmente o assunto é tratado como algo generalizante como se todos fossem iguais como; modos de viver étnicos, moradia e adereços, religião, generalizando sem especificar as diferenças culturais.

Na História do Brasil houve o fato sobre a Balaiada; movimento social ocorrido no Maranhão entre os anos de (1831- 1840) durante o período regencial cujo objetivo central era disputa pelo poder local (Liberais e conservadores). Porém foi um movimento que foi derrotado pelo governo que em sua maioria era composto por negros em especial a participação de Cosme, um ex-escravo de um quilombo que liderou 3.000 quilombolas

¹ Quilombo é uma palavra de origem Bantu advindo do dialeto quimbundo e ou umbundo seu significado original na África referia-se a uma forma organizativa sociopolítica de cunho militar. No Brasil passou a designar a organização de negros que fugiam dos horrores da escravidão. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO/ Gerencia da diversidade. História e cultura negra: Quilombos em Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC, 2008.

(SEDUC, 2008, p. 38). No entanto no ensino de História, a abordagem sobre o quilombola Cosme continua silenciada. Por outro lado, é curioso também destacar que os quilombos em Mato Grosso constituíram pelas terras compradas por irmandades, terras abandonadas pelos grandes proprietários, terras de Santo, terras herdadas dos senhores e pelas das sesmarias (SEDUC. 2008 p. 44). Na memória social o conceito sobre quilombo por vezes apresenta-se distorcido, estigmatizado, arraigado nas explicações das teorias científicas que avaliou a questão negra como o malefício da sociedade. Atualmente houve deslocamento sobre o conceito quilombos e quilombolas, que segundo Mattos (2004) quilombo compreende espaço da cultura, da identidade, da memória de um grupo social que ficou destituído e para entender sobre o tema no Brasil o parâmetro para pensar sobre quilombo não deve ser apenas o de Palmares. Conforme dados da fundação dos Palmares existem aproximadamente 2.500 comunidades quilombolas identificadas no Brasil. Conforme Santos (2016), no Mato Grosso há uma média de 60 quilombos legitimados pela Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98/2007, no entanto, ainda atualmente é um tema que no ensino escolar parece haver uma carência de conhecimentos sobre.

Com relação a conteúdos, os escravizados são vistos como um ser submisso aos poderes e desejos de seu senhor, incapaz de influenciar nas transformações sociais e sem lugar para expressar suas convicções e tradições culturais. Conforme Correia (2012) o sistema escravista é apresentado como relações naturalizadas entre senhor e escravos e não mostra uma discussão que o escravizado possui uma cultura, e que os interesses do processo de colonização forjaram o sistema de dominação sobre o referido grupo social.

Um outro conceito surgiu sobre o escravo, que não é baseado apenas como “coisa” assim também a relação entre os escravizados e senhores de engenhos não foi marcada pela violência ou benevolência patriarcal como foi abordado na historiografia de Gilberto Freyre, mas sim por diversas situações como as negociações que incluem as alforrias fossem pela afetividade, pela lei ventre livre, pela compra, ou pela barganha entre outros aspectos. O termo escravo ainda consta nos livros didáticos sempre associado ao trabalho forçado apresentando uma visão pejorativa uma vez que, o africano considerado pessoas inferiores tornou-se um grande investimento do processo colonizador. (CORREIA, 2012)

Os Parâmetros Curriculares (PCNs) explicitam a necessidade do estudo sobre a História local e do cotidiano é preciso priorizar temas sobre a localidade, mas nem sempre isso é contemplado diante das observações realizadas nas escolas públicas. Além disso, uma outra questão sobre a História local, diz respeito à escassez de material didático: de que modo o conteúdo é operacionalizado na sala de aula, para o aluno? Sabemos que, as ideologias difundidas pelos conceitos simplificados ou generalizantes nos livros didáticos sejam pelas imagens ou pelos textos constroem valores. Outro material didático relevante para sala de aula com ricas informações culturais que valoriza a identidade afro são as fontes literárias.

LITERATURA E A ABORDAGEM RACIAL

Antes da revolução historiográfica provocada pela escola dos Anais, as obras literárias não eram ferramentas utilizadas no ensino da História e as abordagens sobre mulheres também ficaram excluídas das páginas historiográficas. O uso de fontes literárias no ensino da história possibilita mostrar a sociedade de uma determinada época, o contexto histórico, social e cultural também estimula o aluno compreender conteúdos com as mudanças e permanências da sociedade.

Assim a história e literatura são possibilidades que envolvem um aprendizado, construção de conhecimento do currículo escolar. Para Gebara (1986) a história de baixo, como a História das mulheres. A questão do gênero adquiriu relevância enquanto agente histórico na formação da sociedade brasileira, pois os parâmetros curriculares nacionais legitimam abordagens sobre gênero e sexualidade no currículo escolar.

Nesse contexto destacam-se, as mulheres negras nas obras literárias descritas no século XIX. Vale lembrar que, a literatura sobre as questões raciais são materiais pouco utilizados na sala de aula no ensino de História. As obras literárias apresentam contextos sociais e culturais conforme o tempo histórico e espaço, constituídos de personagens entre elas as mulheres até então silenciados na historiografia.

O romance “Úrsula”, escrito no século XIX por Maria Firmina – uma escrava que nasceu no contexto da escravidão 1825, no nordeste, mais precisamente na província do Maranhão, Filha “bastarda”, fruto do provavelmente incomum relacionamento amoroso entre uma portuguesa e um escravo africano - publicou seu primeiro romance, *Úrsula* (1859), cuja personagem principal é uma negra e com isso a autora quebra com estereótipos da época uma vez que a obra foi produzida em 1866, no contexto da escravidão no Brasil, mas, por outro lado, a obra literária também denuncia o racismo. (CORREIA, 2013. p. 4)

Importante lembrar que, no século XIX, não era comum mulher escrever, publicar. Na época o espaço da mulher de modo geral estava restrito aos afazeres da casa, dos filhos da família dos trabalhos manuais, portanto, excluída da vida política, social e pública uma vez que predominava uma sociedade patriarcal. Contudo, uma parcela de mulheres, as que pertenciam à elite obteve acesso a aulas particulares ou a educação doméstica. No entanto o fato de existir uma predominância do modelo de sociedade patriarcal, não pode pensar “a mulher especialmente a escravizada” apenas como um objeto passivo da repressão longe de romper com o sistema instituído naquele momento é preciso considerar as estratégias de sobrevivência.

Além dessas questões, havia também como já foi citado as teorias científicas racistas que segundo o autor Munanga (1988), serviu mais para justificar o sistema de dominação e exclusão do que para explicar a classificação humana. Desse modo, a autora Maria Firmina não utilizou sua identidade de autora na época, usou um pseudônimo, mas apresenta duplo rompimento das normativas sociais da época, por ser escritora numa sociedade patriarcal

e ao mesmo tempo por apresentar na sua obra a mulher negra “Úrsula” como personagem principal, critica também a escravidão, e valoriza a África. A referida autora também denuncia o sistema da escravidão e os mecanismos de monopólios de controle voltados para o grupo social dos escravizados existentes na época. Estudar história, cultura através do referido romance são possibilidades não somente para enriquecimentos do contexto da escravidão, mas bem como uma forma de poder questionar, refletir, reverter olhares e valorizar a cultura afro que foi desprezível durante muito tempo no processo de ensino.

Outra obra literária infanto juvenil que faz referência a questão afro é “Histórias da Preta”, escrita pela autora Lima, em (2001), a referida obra longe dos paradigmas eurocêntricos deixa evidente a identidade afro-brasileira e sobre a cultura África. Para fugir das generalizações, a obra busca mostrar particularidades que variadas etnias que formam variadas Áfricas.

Os exemplos das obras literárias citadas são possibilidades para que o aluno conheça os “conteúdos atitudinais”, que envolvem valores, normas e atitudes, que permeiam todo o saber Escolar e a identidade conforme os Parâmetros Curriculares. Lima (2001) possui outras escritas literárias “a semente que veio da África” que também abarca a questão social da identidade afro-brasileira, pois Homens, mulheres e crianças que foram desterritorializados e que ficaram na condição de escravizados considerados como seres inferiores.

Entretanto, é imprescindível lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período escravista no Brasil, e que atuaram nos jornais opositoristas defensores do abolicionismo, foram grandes escritores de obras literárias, geralmente usavam as páginas dos jornais para criticar, denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira.

MÚSICAS E LENDAS AFROS

Uma outra forma de abordar as relações raciais no espaço escolar a partir dos anos iniciais de maneira que promova no aluno fortalecimento de identidade e da alteridade é através dos contos e lendas afros uma ferramenta pouco utilizada e também desconhecida no universo escolar. Sobre a África pouco sabemos do contexto histórico e social, já que foi um país desprezível aos olhares do europeu, sempre visada como um espaço naturalizado essencial para o processo da colonização ocidental. Quanto aos contos, apresentam-se muitas vezes como algo exógeno ao nosso aprendizado escolar.

Os contos revelam crenças e saberes, o cotidiano africano, festas e rituais religiosos, a exemplo, a lenda sobre a origem do tambor africano que mostra os significados do toque do tamborim. Da mesma forma a música afro ou letra de música que revela historicidade dos afros são difundidas, porém, sem relevância no que tange ao conhecimento, ou ao significado na nossa sociedade brasileira. Para exemplificar o enredo da escola de samba da imperatriz de 1984 é uma ferramenta útil para ser utilizada na sala de aula, desde

que, o professor desconstrua a ideologia repassada pelo contexto da abolição cujo refrão é: “liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”, assim também o festejo do negro sobre a abolição, simplificando a ideia do abolicionismo.

JORNAIS

Outro documento que também destaca a desqualificação e estigmas da população negra são os jornais que na época imperial era o meio de comunicação mais moderno que havia, era por meio da imprensa que difundia não somente notícias, mas, a moda europeia, literaturas, ideologias, ideais, valores e várias notificações sobre escravizados como fugas e capturas de escravos, aluguel, compra e venda de escravos. No período imperial a imprensa foi resultado de transformações políticas, econômicas, sociais e especialmente o avanço da tecnologia, porém, poucas pessoas tinham acesso devido o baixo índice de alfabetização de grande parte da sociedade escravocrata ficava restrito a elite. Segundo SCHWARCZ, (2000) a África serviu também como adjetivos para outras categorias sociais como exemplo num anúncio de jornal da província de São Paulo de 1881, que criticava a polícia dizia; ainda que se tratasse de um grande criminoso, não há explicação possível para esbordoar-se assim tão Africanamente a quem quer que seja, são cenas que desonram a sociedade e a civilização. No tempo do Império, os conceitos de evolução de um país não estavam destinados à África, e em muitos jornais divulgavam a Europa como a irradiadora da civilização e a não restava outra opção senão descrever a África sob a ótica da submissão, dos mais “capacitados” para chegar perto da civilização. (SCHWARCZ, 2000, p. 116.)

Nos anúncios geralmente constavam as amas de leite para serem aceitas no meio social destacavam o perfil físico e as habilidades do que sabiam fazer como forma de aliviar o perfil do “ser negro”; vende-se uma escrava sabe lavar, cozinhar, outro anúncio muito comum da época. No jornal liberal de 1871 de Cuiabá consta; acha-se fugida uma escrava de João Anastácio Monteiro de nome Eva cabra, de 40 anos mais ou menos alta, com falta de dentes, tem vício de tomar aguardente. Quem a pegar entregar na rua 1º de março que será gratificado. Esses jornais podem ser utilizados no ensino de história, porém é preciso analisar as informações de maneira particular. Segundo Ribeiro (2018.p 116-117) o documento não fala por si mesmo, precisa ser interrogado, a produção do conteúdo precisa ser contextualizado.

Por outro lado, contrapondo as ideias racistas, também havia na época, jornais organizados para negros, embora na época não tenha adquirido visibilidade e grande difusão. Os assuntos relacionados com a democracia racial, preconceitos de cor, valorização do negro enquanto sujeito da nação também eram temas evidenciados. As referidas notícias jornalísticas tinham autores e leitores negros, organizados pela defesa do segmento social no século XIX, que se apresentavam com diversos nomes: no Rio de

Janeiro (RJ), em 1833, lançaram o Homem de Cor ou O Mulato, Francisco de Paula de Brito, tipógrafo e jornalista negro, foi pioneiro com o primeiro jornal Homem de Cor.

Para ter acesso à informação sobre os jornais, as pessoas sem estudos reuniam para ouvir as notícias por meio das leituras, os alfabetizados liam para os que ainda não tinham adquirido essa habilidade. Os artigos desses jornais procuravam de modo geral incentivar a identidade afro como tentativa de poder superar as exclusões, estigmas, incentivando a educação escolar. Assim, um dos jornais da época dizia: “Nós, homens de cor, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada pátria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira.” (SANTOS, 2003, p. 2). A essência dessa abordagem na imprensa escrita era dar visibilidade ao negro e ao mesmo tempo desnaturalizar os conceitos estereotipados, pois que até então esse segmento social havia sido desclassificado como cidadão no seio da sociedade brasileira.

A existência desses jornais do século XIX e início do século XX desconstrói as naturalizações de que o “escravo” estava destinado sempre à aceitação do sistema. No jornal o Expectador de Cuiabá de 1884, apresenta os seguintes dizeres; “O abolicionismo não é só isso nem se contenta em ser o advogado da porção da raça negra ainda escravizada, não se reduz a missão em promover e conseguir o mais breve prazo possível do resgate dos escravos e ingênuos.” Nesses fragmentos, observa-se a denúncia sobre a discriminação racial cuja abordagem é um fenômeno social discutido no passado e no presente. Na mesma nota jornalística também consta crítica sobre a condição do negro:

O Brasil precisa progredir, mas antes de tudo convém educar e instruir o povo – o povo é ignorante e continuará a ser por muito tempo ainda. A ideia de liberdade é fascinadora! Dizei ao escravo que amanhã ele entrará na plenitude da liberdade. Dizei que ele pulará de prazer muito embora tenha de deixar a casa da comunidade pela pocilga, morada onde a miséria será o seu quinhão. Devemos desenvolver educação na massa populacional e não iludir com falsas ideias de liberdade e do progresso. (JORNAL O EXPECTADOR, 1884).

A alforria que o escravo havia adquirido, conforme disse o redator do referido jornal destinava-se muitas vezes à falsa “liberdade”, pois o escravo destituído do acesso escolar não era considerado “cidadão”. Essas pistas contidas nesse jornal revelam indícios de proximidades com os ideais do partido republicano, devido à defesa pela abolição, o que não significa afirmar que o proprietário e redator dessa imprensa fosse um político atuante. Como geralmente nem todos os jornais estavam vinculados aos partidos políticos, para a manutenção de despesas muitas vezes eram realizadas festividades como: bailes, leilões doados pelos colaboradores para manutenção do periódico. Muitas edições jornalísticas eram publicadas de quinze em quinze dias, outros uma vez ao mês e como disse o pesquisador Pedro S. Santos, não editavam assuntos sobre a política brasileira ou mundial, a principal intenção era dar visibilidade ao negro, evidenciar as ações desses sujeitos

históricos que, apesar disso, estão ainda silenciadas na historiografia mato-grossense. A direção do jornal e seus colaboradores compunham-se de vários militantes operários, que (SANTOS, 2003) chama de intelectuais negros, pois tinham uma proposta de integração da etnia dentro da classe operária.

Entretanto, é imprescindível lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período escravista no Brasil, e atuaram nos jornais oposicionistas que vivenciaram o período da escravidão embora a existência das teorias científicas criticasse o sistema escravista como: Jose de Alencar, Machado de Assis, José do Patrocínio, e esses atuaram como grandes escritores de obras literárias, geralmente para criticar, denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira. As obras literárias dão suporte ao ensino da história cujos personagens homens e mulheres, negros ou brancos, constituem universo histórico social e cultural longe do ensino de história factual e linear.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dar visibilidades as abordagens raciais no ensino da História é poder ultrapassar preconceitos e estereótipos apresentados com naturalizações. Os Parâmetros Curriculares nacionais nos indicam diretrizes para então elaborarmos as propostas pedagógicas através dos eixos temáticos que são divididos em categorias; procedimentais, conceituais e atitudinais. “Os conteúdos conceituais” são os conceitos sobre fatos, os “conteúdos procedimentais”, incluem o (saber-fazer); já os “conteúdos atitudinais”, envolvem valores, normas e atitudes, que permeiam todo o saber Escolar.

Para desconstruir estigmas ainda presentes nos livros didáticos necessária uma leitura crítica por exemplo pelas iconografias que não são só ilustrações essas passam ideologias que ainda precisam ser analisadas. Assim a história do negro e da cultura afro não podem ser representadas nos livros didáticos de maneira natural com contextos históricos simplificados ou com iconografias estigmatizadas. Pelas abordagens das relações raciais é possível promover um ensino com alteridade e equidade capaz de influenciar na reformulação, ou reconstrução de conceitos até então arraigados de valores negativados sobre a questão racial impregnados no meio social.

Sabemos que, as ideologias difundidas pelos conceitos simplificados ou generalizantes nos livros didáticos, sejam pelas imagens ou pelos textos, constroem valores. Além disso, as editoras estão envolvidas no comércio e na produção dos livros didáticos. Diante das problemáticas existentes no ensino da História são questões que dependem muito do professor, “das posturas e das concepções que o profissional possui já que, cada professor possui seus conceitos, visões de mundo compromisso ou descompromisso com a educação” diz Porfirio (2015. p 31).

O papel do professor é fundamental não como dono do saber, mas como provocador um construtor de conhecimentos para melhor construção de identidades sociais. Ensinar

história seja no ensino fundamental ou médio é proporcionar ao aluno uma visão crítica da nossa sociedade e da nossa identidade. Assim pensar sobre a escravidão no Brasil, é poder abarcar sobre as questões raciais construídas no século XIX que segregou o grupo social. Para isso foram importantes utilizar as diversas ferramentas como a literatura, jornais, música, e os livros didáticos que compreendem os recursos didáticos e metodológicos no ensino escolar. É preciso ensinar e aprender história de forma crítica, democrática e participativa em sala de aula nunca foi tão necessário para as lutas e resistências como nos dias de hoje. (RIBEIRO, 2018. P 164.).

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma História do Saber escolar. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo, 1993.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORREA, Janaina dos Santos. **O uso de fontes em sala de aula**: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. Londrina, 2013.

GEBARA, Ademir. **Mercado de trabalho Livre no Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

LIMA, Heloisa Pires. **Personagens negros**: História da Preta In: MUNANGA, Kabengele (org)

Superando o racismo na escola. 3. ed. Brasília: Mec, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, 63 pags.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

PORFÍRIO, Welington Ernane. **Negros e indígenas nos livros didáticos**: das lutas à obrigatoriedade: um estudo sobre o material do Sistema Positivo de Ensino. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.

RIBEIRO, R. Renilson. **Colônia(s) de Identidades**: discursos sobre a raça nos manuais Escolares de História do Brasil. 2004. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo.

SANTOS, Angela Maria dos. **NARRATIVAS E MEMÓRIA SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA EXÚ**. VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) biográfica – UFMT. VII CIPA, 2016. Disponível em: <http://viicipa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/C2T_NARRATIVAS-E-MEMO%CC%81RIA-SOBRE-A-COMUNIDADE-QUILOMBOLA-EXU%CC%81.pdf>. Acesso em: 13 de ago 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. Companhia das Letras, 1998; São Paulo.

_____ **Retrato Em Branco e Negro**. Companhia das letras. 2017; São Paulo.

PORFIRIO, Welington Ernane. **Negros e indígenas nos livros didáticos. Das lutas a obrigatoriedade. Um estudo sobre o material do positivo**. Dissertação de mestrado. Universidade federal de Mato Grosso. Instituto de ciências humanas. Cuiabá. UFMT. 2015. 190 pags.

AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE TEMAS SENSÍVEIS NO SUPORTE VIRTUAL DA REVISTA NOVA ESCOLA

Data de aceite: 24/05/2021

Márcia Elisa Teté Ramos

Universidade Estadual de Maringá
<http://lattes.cnpq.br/8930281888608344>

RESUMO: A revista Nova Escola foi um periódico de publicação impressa mensal, criada em 1986 e mantida por 30 anos pela Fundação Victor Civita e editada pelo Grupo Abril. O periódico se constituiu como uma das principais fontes de consulta dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A partir de dezembro de 2015, surge a Nova Escola Digital e o Site novaescola.org.br e a versão impressa vai sendo substituída pela plataforma digital e a Fundação Lemann passa a ser sua mantenedora. Com o aparato virtual, Nova Escola permanece o que denomina como sendo sua “missão” de facilitar o currículo para o professorado, agora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2018) e por isso, pode ser considerada como importante divulgadora da mesma, o que nos leva ao interesse em apreender como que este site (re)interpreta o currículo para os professores. Nossa problemática seria a interpretação curricular do site Nova Escola em relação à disciplina de história, com o recorte temático dos temas “sensíveis” ou “sobrecarregados” como a Ditadura Militar. Destacamos por ora, o Ensino Fundamental II, pois no Ensino Médio (agora também tratado pela revista) temos outra configuração segundo as reformas recentes que substituem as disciplinas de Filosofia, Geografia,

História e Sociologia pela área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Concluímos que a referida revista é mais progressista, crítica e atualizada do ponto de vista historiográfico e pedagógico quando se apropria do tema da Ditadura Militar brasileira para o Ensino Fundamental II do que a BNCC de História.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; Revista Nova Escola; Temas sensíveis.

PROPOSALS FOR TEACHING HISTORY OF SENSITIVE ISSUES IN THE VIRTUAL SUPPORT OF NOVA ESCOLA MAGAZINE

ABSTRACT: Nova Escola magazine was a monthly print publication, created in 1986 and maintained for 30 years by the Victor Civita Foundation and edited by Grupo Abril. The journal was one of the main sources of consultation for teachers in Early Childhood Education and Elementary Education. As of December 2015, the Nova Escola Digital and the novaescola.org.br website appear and the printed version is being replaced by the digital platform and the Lemann Foundation becomes its maintainer. With the virtual apparatus, Nova Escola remains what it calls its “mission” to facilitate the curriculum for teachers, now the Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2018) and therefore, it can be considered as an important disseminator of it, which takes us to an interest in learning how this site (re) interprets the curriculum for teachers. Our problem would be the curricular interpretation of the Nova Escola website in relation to the discipline of history, with the thematic section of “sensitive” or “overloaded” themes such as the Military Dictatorship. For now, we highlight

Elementary School II, because in High School (now also covered by the magazine) we have another configuration according to the recent reforms that replace the disciplines of Philosophy, Geography, History and Sociology by the area of Applied Human and Social Sciences. We conclude that the specialized magazine is more progressive, critical and updated from the historiographic and pedagogical point of view when it appropriates the theme of the Brazilian Military Dictatorship for Elementary Education II than the BNCC of History.

KEYWORDS: Public History; Nova Escola Magazine; Sensitive themes.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é uma retomada da pesquisa que realizei no doutorado defendido na Universidade Federal do Paraná que resultou em um livro intitulado “O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente” publicado em 2015. De lá para cá, a revista passou por uma importante alteração: de publicação impressa para publicação em multiplataforma digital. Se antes defendíamos, empregando o referencial da História da Leitura, que o suporte da revista incidia na maneira de compreendê-la e utilizá-la, inferimos que, se o suporte mudou, também mudou a maneira de o leitor (re)elaborá-la. Se no doutorado, além de analisar o conteúdo da revista, levando em conta os currículos de história produzidos de 1986 (currículos organizados em cada Estado, baseados no marxismo e na pedagogia histórico-crítica) a 2002 (implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais com a Nova História e a pedagogia construtivista) buscava a apropriação dos professores-leitores em relação às propostas para o ensino de história, nesta fase atual da pesquisa me restrinjo ao conteúdo, ou seja, ao modo como a revista “traduz” a Base Nacional Comum Curricular para a história, considerando o Ensino Fundamental II. No Ensino Médio (agora também tratado pela revista) temos outra configuração segundo as reformas recentes que substituem as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia pela área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o que analiso em outra ocasião.

A revista Nova Escola foi criada em 1986 e mantida por 30 anos pela Fundação Victor Civita (FVC) e editada pelo Grupo Abril. Com o apoio do Governo Federal foi distribuída de forma gratuita para aproximadamente 220 mil escolas públicas brasileiras até o ano de 2014. Com a tiragem mensal de 300 mil exemplares em sua fase inicial e aproximadamente 800.000 de exemplares no recorte temporal escolhido para a tese de doutorado (2002), Nova Escola provavelmente chegou em 2010 com a tiragem de mais de um milhão de exemplares.

Com o aumento de acesso à internet e o fim do convênio com o MEC para distribuição da revista nas escolas, Nova Escola enfrentou uma drástica redução de sua tiragem. A partir de dezembro de 2015, as marcas Nova Escola e Gestão Escolar foram transferidas da Fundação Victor Civita para a Associação Nova Escola, criada e mantida pela Fundação Lemann. Em 2017, a multiplataforma Nova Escola se reduz à Nova Escola

Digital e ao site novaescola.org.br e alcançou nos três primeiros meses de sua criação, 106 mil usuários cadastrados. O site em 2015 apresentava 1,7 milhão de visitantes, mas este tipo de dado não está mais disponível para os usuários. Atualmente, são 1.268.477 fãs no *Facebook*, 179 inscritos no canal do Youtube, 11.040 seguidores no *LinkedIn* e 533 seguidores no *Twitter*.

A revista continua se autoproclamando auxiliar do professor de todas as áreas do Ensino Fundamental, e agora, do Ensino Médio, ao trazer propostas didático-pedagógicas. Também abarca outros públicos como pedagogos, diretores/coordenadores/supervisores escolares, estudantes de licenciatura. Diz ser sua missão: “Fortalecer o educador para transformar o Brasil”, e ainda: “A Nova Escola sempre esteve ao lado dos educadores, e nos últimos meses desenvolvemos várias iniciativas voltadas especialmente para enfrentar o momento que vivemos. Afinal, nossa missão é apoiar você cada vez mais, dentro e fora da sala de aula”¹.

A natureza de nossa fonte: um periódico educacional digital não acadêmico que procura dar subsídios para o trabalho do professor conforme o currículo vigente, nos reporta a outros referenciais intercambiáveis: 1) História Pública; 2) História do currículo e 3) História digital. E considerando os objetivos desta parte da pesquisa, qual seja, verificar como a revista trata de alguns temas sobrecarregados, nos adentramos em pressupostos geralmente explorados nos 4) estudos de ensino e aprendizagem histórica.

Assim, destaco primeiramente a fundamentação teórico-metodológica que me permite analisar um conjunto de Planos de Aulas da revista, sendo que posteriormente enfatizo o tema ditadura Civil-Militar brasileira de alguns Planos de Aulas.

2 | HISTÓRIA PÚBLICA, HISTÓRIA DO CURRÍCULO E HISTÓRIA SOBRECARREGADA

Sobre História Pública, destaco que tanto a forma impressa como a forma digital da revista propõem divulgar um modelo de atuação para o professor. Embora haja diversidade na forma que História Pública é compreendida, podemos dizer que esta significa a história não especializada, não acadêmica, mas circulante na esfera social de distintas formas, inclusive compondo o senso comum. Os principais dispositivos que permitem a mobilização de saberes que interligam o senso comum (os saberes obtidos nas vivências cotidianas) com a História especializada (controlada pela metodologia científica) são: 1) o ensino de História na escola; 2) o livro didático; 3) museus ou acervos; 4) materiais midiáticos como programas de televisão, jornais, documentários, filmes e livros (ALBIERI, 2011), e acrescentamos o item 5) currículo escolar de História. O item quatro refere-se aos materiais extra-acadêmicos sobre o passado que estão nos filmes, jogos eletrônicos, revistas de consumo, novelas, documentários, ficção-histórica, quadrinhos, material digital,

¹ Disponível em <https://novaescola.org.br/> Acesso em 10 de set. de 2020.

etc. e provavelmente apresentam grande capacidade de interferir na História Pública, por serem mais persuasivos, atraentes e coerentes ao universo cultural do público (GROOT, 2009). Deste modo, Nova Escola pode ser considerada como integrante deste conjunto de materiais midiáticos/digitais, capaz de disseminar saberes históricos que deveriam ser ensinados segundo o currículo em voga.

Ivor Goodson entende que ao organizar seu conhecimento pedagógico e o conhecimento sobre o currículo de sua disciplina escolar, os professores recorrem aos espaços legitimados, como os cursos de formação e/ou legislações oficiais, mas “outros significantes” ou “redes de comunicação” são abarcados (GOODSON, 2001, p. 88), pois existem “diversos campos e níveis em que o currículo é produzido, negociado e reproduzido”, o que exige do historiador um “projeto da reconceptualização alargada dos estudos que o tomam como objecto de análise” (GOODSON, 2001, p. 52). Além de concluir que o currículo é, como construção social, elaborado e processado em uma diversidade de áreas e níveis, na prescrição, na prática, no discurso (GOODSON, 1995, p. 187), o que incluiria a instância midiática, o autor visualiza os embates pela representação e/ou significação nos diferentes lugares de currículo, ou seja, entende que a seleção dos saberes ensináveis é gerada em um processo conflituoso que envolve relações de poder.

A revista sendo publicada digitalmente nos faz reinterpretar Goodson quando fala do currículo apropriado pela mídia. Embora não seja estendido a todos os grupos sociais, o ambiente digital vem perpassando cada vez mais o cotidiano das pessoas. No caso da escola, a pandemia que por ora sofremos, fez com que professores e alunos de todos os níveis de ensino, fossem levados quase que compulsoriamente às atividades remotas. Mas antes disso, segundo Elisângela Vieira Dionízio - que aliás, fez um ótimo trabalho dissertativo intitulado *Plataformas digitais da Associação Nova Escola: interações e desenvolvimento profissional docente* (2018) bastante utilizado por mim -, um estudo realizado pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br) lançado em 2014, com 930 escolas públicas e privadas, de Ensino Fundamental e Médio, localizadas em áreas urbanas, indica que 96% dos professores usam internet para preparar 17 aulas e para sua formação.

A escrita hipermidiática, para Chartier constitui uma modificação importante na história dos textos e/ou das mídias, isto é, das estruturas e formas do suporte, da modalidade técnica da produção do escrito, das percepções e dos hábitos de leitura (CHARTIER, 2002, p. 24 e p. 113). Ainda que a tela do computador apresente um texto reproduzido de um impresso, este não será o mesmo, porque foi alterada a materialidade de sua escrita, por conseguinte, seu modo de leitura. O texto eletrônico por ser flexível, movente, aberto, desterritorializado e incomensurável, pode também produzir uma nova cognição, racionalidades e sensibilidades diferentes, promovendo a velocidade do pensamento e a hiper associação e não apenas fragmentação e superficialidade. O texto eletrônico permite uma interatividade de escrita em que o leitor passa de receptor para usuário, coprodutor,

realizando mais *ações*: de cortar, colar, digitar, comentar, combinar, copiar, transferir, arquivar, “lincar” etc. O leitor/usuário da internet precisa administrar um emaranhado de nexos, símbolos, discursos e formas, tornando-se, desta maneira, “construtivista” de seu conhecimento (CHARTIER, 2002, p. 26-31).

Notem que digo “pode”, “permite”... o que não quer dizer que isso de fato ocorra. A realidade de nossas escolas com o ensino remoto ou híbrido, pelo menos da escola pública, nos tem mostrado a dificuldade de fomentar um ensino de qualidade, devido tanto à dificuldade de os agentes escolares lidarem com o mundo digital, como à dificuldade de acesso. Certamente, o site de Nova Escola contribuiu para uma leitura diferente, pautada na rapidez e capacidade de os professores ancorarem seus saberes com os saberes da revista. Mas os Planos de Aulas analisados, em termos de “mundo digital” não acrescentam muito. Eles são “tradicionais” no sentido de não proporem nenhuma atividade de fato pautada na interatividade virtual.

Identificadas tais características de nossa fonte, como suporte de apropriação do currículo por professores, e como material digital que promete uma outra forma de leitura/interpretação, finalmente chegamos à questão dos “temas sensíveis”. Tomo o texto *Coping with Burdening history* (Lidar com a história sobrecarregada) de Bodo Von Borries (2011) para algumas considerações iniciais. Devemos levar em conta que Von Borries desenvolveu a categoria de história sobrecarregada mediante o contexto histórico alemão, em especial, quando fala do Holocausto. Obviamente, se esta categoria vem sendo utilizada por nós, brasileiros, para nossas reflexões históricas, é porque nosso contexto nos levou a esta categoria de análise, pois não existem ideias fora do lugar.

A história se torna “difícil” (termo também utilizado, especialmente no Brasil) quando é um fardo para carregar, quando envolve, segundo Von Borries: a) histórias hostis entre grupos que acabam se desdobrando em um sistema de vingança provocando uma inimizade herdada; b) a prevalência da história dos vencedores e a consequente obliteração e/ou esquecimento da história dos perdedores, o que evidencia as relações de poder; c) a intenção dos perdedores em reverter a história dos vencedores recorrendo à memória coletiva ou mesmo à escrita da história; d) ou na perspectiva de sobrevivência, termina-se silenciando/descartando as histórias hostis (VON BORRIES, 2011, p. 165-166). Nestes níveis de história sobrecarregada, a culpa, a vergonha, o ressentimento e o luto são constantes e algo deve ser destacado: mesmo que negligenciada ou silenciada, este tipo de história cobra das gerações do presente, mesmo que não a tenham vivenciado, pois terminam herdando as consequências, os custos dela (VON BORRIES, 2011, p. 165-166). Por isso, nunca “escapamos” da história e as pessoas do presente devem se responsabilizar pelo fardo da história (VON BORRIES, 2011, p. 167).

No Brasil, se usa também, ao invés de história sobrecarregada, a ideia de temas controversos ou sensíveis, e ainda, questões socialmente vivas – termos mais recentes²

2 A ideia de “questões socialmente vivas” (QSV) repercute no evento VII Jornadas Internacionais de Recerca en Didàc-

- o que remete a poucas diferenciações sobre do que realmente se está falando. Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli e Pedro Miralles retomam Lilia Katri Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling quando dizem em uma entrevista que no Brasil temos várias histórias sobrecarregadas: 1) genocídio das populações indígenas; 2) escravidão; 3) Guerra do Paraguai; 4) Canudos; 5) Política do Governo Vargas; 6) Centros clandestinos de violação dos direitos humanos e 7) Massacre do Carandiru. As autoras, Schmidt e Cainelli argumentam existir outras histórias difíceis no Brasil e creio que a Ditadura Militar, por exemplo, é um tema sobrecarregado.

Estas histórias, geralmente, ferem a dignidade humana, ou seja, infringem os direitos humanos. Argumentam Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, que se deve enfrentar a história sensível despertando nos alunos a “indignação frente à injustiça e a violação dos direitos humanos. A escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos” (2018, p. 17). Para os autores, as questões sensíveis nos fazem abordar “o presente ao mesmo tempo que pensa o passado. São questões que nos levam a discutir o pertencimento e a necessidade que os jovens têm de se reconhecer numa história determinada, de olhar para si mesmos e se autoafirmarem” (PERREIRA; SEFFNER, 2018, p. 20).

3 | PLANOS DE AULAS DA REVISTA SOBRE DITADURA (CIVIL) MILITAR

A polêmica quanto à Ditadura (Civil) Militar brasileira vem acontecendo no Brasil faz algum tempo, se intensificando nos últimos anos com a polarização esquerda *versus* direita. As manifestações desde 2013, especialmente de março de 2015, culminando no golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro para presidente, são acontecimentos intensificadores da noção retrotópica³ da Ditadura Militar. É isto o que denota uma história sobrecarregada: ela não passa, ela se desdobra, permanece causando dilemas e nos impulsiona em nossa responsabilidade para com ela.

Para tratar desta história sobrecarregada, a Base Nacional Comum Curricular, no novo ano, apresenta como Unidade Temática: “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946” (BRASIL, 2018, p. 430). Como Objetos de conhecimento: “Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra e a ditadura” (BRASIL, 2018, p. 431). Como habilidades temos: (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória

tica de les ciències socials, celebrades de 2010 dedicat a les “Les Qüestions Socialment Vives i l’Ensenyament de les Ciències Socials”

3 Bauman denominou esta nostalgia por um passado que nunca existiu de retrotopia: “Visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro “ainda todavia por nascer” e, por isso, inexistente [...]” (BAUMAN, 2017, p. 10).

e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos; (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar; (EF09HI22); Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988 e (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo (BRASIL, 2018, p. 432).

Uma breve análise nos faz ver que, de fato, o currículo escolar é um terreno disputado. No caso, mescla posicionamentos diferentes, até mesmo conflitantes, quanto à Ditadura Militar. Situar uma evasiva: “Os anos 1960: revolução cultural?”, não ocorre de forma desinteressada. Uma revolução cultural pode ter ocorrido em vários momentos históricos brasileiros, mas identificar essa revolução na Ditadura Militar, de certa forma desloca as mudanças do político para o cultural. Ao mesmo tempo, remete à palavra “revolução”, hoje repetida em certos discursos de forma positivada pelos sujeitos mais favoráveis aos militares e procura silenciar a palavra “golpe”, que reporta ao golpe de Estado, de ruptura e tomada do poder. Outras palavras vêm sendo transmutadas, não só na legislação curricular: de “trabalhador” para “colaborador”; de “golpe” para “*impeachment*”; “empoderamento” para “empreendedorismo”. A meu ver, além do emprego da palavra “revolução”, o currículo é higienizado de determinadas palavras ou termos que poderiam integrar a temática, sempre pensando na historiografia, que corresponde aos estudos especializados acumulados até a atualidade: censura, tortura, Estado de exceção, militância, luta pela democracia, inflação, corrupção, etc. Silenciar ou mudar as palavras-chave para reflexão de um tema, incide em uma forma, não apenas de amenizar/relativizar o fardo da história, mas uma tentativa de compor outro posicionamento, mais positivo no caso da Ditadura. Ao colocar aqui as palavras que acho que deveriam ser pensadas para compor um currículo, também manifesto meu posicionamento, de certo, não apoiador da Ditadura Militar brasileira, quanto mais da sua volta, mesmo que seja em nome de uma “intervenção” (outra palavra com a função de amenizar/corroborar a Ditadura).

A história precisa ser vista em sua multiperspectividade, como escritas plurais, mas no caso da BNCC de História, a história é destituída dos conflitos historiográficos, porém, transforma-se uma “colcha de retalhos” de concepções devido às negociações e controvérsias em torno de sua confecção: “A ditadura civil-militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra e a ditadura”, são caminhos mais voltados à uma perspectiva progressista, embora a palavra “luta” (bater-se com ou sem armas; brigar, combater, pelear, pugar) seja substituída pela “resistência” (conservar-se firme; não sucumbir, não ceder) promovendo ações bem diferentes. No entanto, há um grande avanço na busca em fazer cumprir a Lei 11.645 de 2008 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileiras e africanas e da cultura e história indígenas.

Na revista Nova Escola, conseguimos alguns registros sobre a temática, não

necessariamente pós-promulgação da BNCC de História, mas do momento de discussão sobre este currículo (desde 2016, com a primeira versão)⁴. Mas priorizamos aqui os Planos de Aula que evidenciam seu aparelhamento com a BNCC, citando a Unidade Temática: “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, conteúdo do nono ano do Ensino Fundamental: 1) DITADURA CIVIL-MILITAR E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS. Habilidade(s) da BNCC: (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. 24 de março de 2019; 2) DITADURA CIVIL-MILITAR E O MOVIMENTO NEGRO. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. 26 de março de 2019; 3) GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964. EF09HI19 - Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. 07 de abril de 2019; 4) DITADURA CIVIL-MILITAR: MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS: EF09HI19 Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à Justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. 16 de abril de 2019; 5) RESISTÊNCIA DA IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR. EF09HI20 Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. 16 de abril de 2019; 6) LUTA ARMADA E DITADURA CIVIL-MILITAR. EF09HI20 Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. 16 de abril de 2019 e 7) RESISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR. EF09HI20 Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. 16 de maio de 2019. Todos estes Planos foram produzidos pelo Professor: Pablo Farias. Mentor: Fernando Menezes. Especialista: Sherol dos Santos. Assessor pedagógico: Oldimar Cardoso, menos o Plano 2, que conta com o mentor Fernando Menezes.

A primeira consideração que podemos realizar quanto a estes Planos de Aulas, é que eles são elaborados por um professor da rede de ensino de Educação Básica,

4 O QUE FOI A DITADURA MILITAR NO BRASIL?: Vídeo publicado 30 de julho de 2017; DITADURA MILITAR NO BRASIL: Plano de Aula criado por um professor (não há nome) publicado em 02 de setembro de 2017; AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO DURANTE O GOVERNO MILITAR. Artigo de Paula Cauçade publicado em 05 de outubro de 2018.; COMO A DITADURA ENTRA NA SALA DE AULA: A HISTÓRIA CONTADA PELOS LIVROS DIDÁTICOS. Artigo de Fabiana Maranhão. 29 de abril de 2019; O BRASIL JÁ TEVE DITADURA? Artigo de Ana Rita Cunha. 25 de abril de 2019; COMO ERAM AS LEIS PARA EDUCAÇÃO NO GOVERNO MILITAR. Artigo de Paula Cauçade publicado em 04 de outubro de 2018; DITADURA MILITAR: AULAS PARA O TRABALHO. Artigo de Anna Rachel Ferreira. Sem data. Sobre temas afins: APRENDENDO A EXERCER A CIDADANIA. Plano de Aula criado por Professor (não há nome). 02 de setembro de 2017; CIDADANIA QUESTÃO DE HUMANIDADE. Plano de Aula criado por Professor (não há nome). 02 de setembro de 2017.; COMO ESTUDAR A CONSTITUIÇÃO EM SALA DE AULA? Artigo de Paula Salas. Sem data, mas cita BNCC. Tematiza a questão indígena.

respalhado por um mentor⁵, um especialista⁶ e um assessor pedagógico⁷. Percebe-se que ao invés de jornalistas ou a própria revista assinando os Planos de Aulas, como acontecia anteriormente no período estudado no doutoramento, atualmente se esclarece que os Planos são produzidos com firme acompanhamento, argumentação, fundamentação de uma equipe (“time”, segundo a revista).

São identificados no início do Plano de Aula, o ano em que deve ser aplicado (9º ano), a Unidade Temática, os Objetivos de Conhecimento, a Habilidade da BNCC e Palavras-chave do Plano. No Plano de Aula se oferece ao professor variados sites vinculados ao tema como material complementar, como também uma série de livros e filmes. Sugere-se a sequência didática de forma bem detalhada, sugerindo procedimentos e tempo a serem utilizados, como no Plano de Aula 05:

Objetivo. Tempo sugerido: 3 minutos. Orientações: Projete, escreva no quadro ou leia o objetivo da aula para a turma. É muito importante começar com a apresentação do objetivo para que os estudantes entendam o que farão e compreendam aonde se quer chegar no fim da aula. Contudo, tome cuidado para, ao fazer isso, não antecipar respostas desde o começo. **É necessário sempre garantir que os alunos construam o raciocínio por conta própria** (NOVA ESCOLA, 16 de abril de 2019) – Grifo meu

Uma das características dos Planos de Aulas da revista é o uso escolar das fontes históricas. No Plano de Aula 05, por exemplo, são recomendados: editorial de um jornal; a ilustração de capa de *O Pasquim* e um trecho do site *Memorial da Democracia* que fala da liberdade de expressão.

A seguir à explanação do Objetivo, a revista recomenda a parte Contexto, da mesma forma minuciando até mesmo quanto tempo será aproximadamente tomado para o desenvolvimento de cada etapa - o que para nós seria desnecessário, se levarmos em consideração a autonomia pedagógica do professor. A etapa Problemática é a central do Plano de Aula e explica como as fontes podem ser tratadas pelo professor em sala de aula, indicando a crítica que pode ser realizada quanto à realidade que a fonte mostra. No Plano de Aula 04:

5 Pablo Jeovane Santos Farias possui graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2015). Especialização em Gestão Pública pela UFRPE (2020). Atualmente é aluno do ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História e atua como professor na Escola Municipal José Procópio Cavalcanti - João Alfredo - PE. A revista não fornece maiores informações sobre o professor. Contudo, o sistema de busca da revista mostra 80 registros de autoria do professor Pablo e 67 para o mentor Fernando Menezes. Este último, não foi encontrado o lattes.

6 Sobre a especialista Sherol dos Santos: Mestre em História pela UNISINOS. Mestre em Ensino de História pela UFRJ (ProfHistória - UFRGS). Atualmente é Consultora-Especialista no Projeto Planos de Aula da Revista Nova Escola, docente na Rede Estadual de Ensino do RS, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e Atinuké.

7 Sobre o assessor pedagógico Oldimar Cardoso: Docente (desde 2011) e pesquisador (desde 2008) da Cátedra de Didática da História da Universidade de Augsburg. Pós-doutorando do Departamento de História da Universidade de São Paulo (2008-2011), com doutorado (2007) e mestrado (2003) em Educação, bacharelado e licenciatura em História (1995) pela Universidade de São Paulo. Editor (desde 2011), autor de livros didáticos (desde 2003), formador de professores (desde 1997) e formador de formadores (desde 2006).

Problematização. Tempo sugerido: 20 minutos. Orientações: Nesta etapa será para fazer uma análise do Relatório da CNV e identificar **quais direitos humanos foram infringidos**. Assim, o aluno irá, com a orientação do professor, problematizar **o papel da Comissão Nacional da Verdade e as violações aos direitos humanos**. Projete ou imprima os documentos abaixo. Sem desfazer as duplas, peça para a classe para analisar, respectivamente, os documentos a seguir. (NOVA ESCOLA, 16 de abril de 2019) – Grifo meu

A próxima etapa seria a Sistematização, onde o aluno é instigado a apresentar o que apreendeu das aulas. Como por exemplo no Plano de Aula 02:

Sistematização Tempo sugerido: 20 minutos. Orientações: Como forma de sistematizar o conteúdo peça que os alunos, em seus trios, **elaborem cartazes com frases de protesto contra os problemas identificados na problematização sobre o racismo existente ainda na sociedade**. Após a elaboração do cartaz, pedir que cada trio, leia a sua frase de protesto para a turma. O objetivo desta etapa é permitir que os alunos expressem por meio de cartazes e uma **simulação de protesto as reivindicações pelo fim do racismo e dos problemas enfrentados ainda hoje pelo movimento negro**. **O esperado é que os alunos consigam perceber que o movimento negro que surgiu na ditadura civil-militar foi responsável pela conquista de muitos avanços na luta pela igualdade racial, mas que ainda há muito pelo que lutar**. Uma sugestão para o professor, pode ser interessante nas próximas aulas organizar uma fotografia com os alunos e seus cartazes formando uma cena similar a da fotografia analisada no início da aula. Esta imagem pode ser utilizada ao lado da original e exposta para a escola em um mural, por exemplo. Caso não seja possível disponibilizar as cartolinas para a elaboração dos cartazes, pode ser utilizadas folhas de ofício ou A4. (NOVA ESCOLA, 26 de março de 2019) – Grifo meu

Nos Planos de Aulas pesquisados, é patente o uso da palavra “luta” ao invés de “resistência” como ocorre na BNCC de História. Como é possível ver nas frases que grifei, o posicionamento da revista, certamente não corresponde ao mote “Os anos 1960: revolução cultural?...” da BNCC (BRASIL, 2018, p. 431), se não for para colocar esta “revolução” nas intensas manifestações sociais contra a Ditadura. A revista se revela na voz da equipe de elaboração dos Planos de Aulas muito mais progressista, atualizada, crítica e vinculada às pesquisas em ensino e aprendizagem histórica que a BNCC, tanto quanto ao tema da Ditadura Militar (historiografia) quanto à forma de ensinar/explicar o mesmo (pedagogia). Em todos os Planos se verifica uma preocupação em construir o conhecimento histórico por meio das fontes, incentivando o protagonismo do aluno sob a orientação do professor, especialmente quando insere na etapa da Sistematização o subtítulo *Como adequar à sua realidade*. Neste, sempre a revista procura aproximar o conteúdo histórico à realidade do aluno.

Quanto a esta temática, a revista não foge da história sobrecarregada, a história pautada no conflito, na violência e na exploração, como podemos ver no Plano 01:

Como podemos relacionar os projetos de construção da Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu com a violência realizada contra as populações

indígenas? O que seria o projeto de “integração” dos indígenas? Pedir que os alunos comentem suas respostas, após debate nos trios. É esperado que os alunos, após a contextualização, estejam curiosos e interessados em compreender o **motivo da violência empregada contra os indígenas durante a ditadura civil-militar**. Os alunos deverão relacionar após a leitura dos textos, o projeto desenvolvimentista, com a abertura da Transamazônica e da usina hidrelétrica de Itaipu, **as disputas territoriais e a invasão do espaço indígena e a violência instaurada**. (Nova Escola, 24 de março de 2019) – Grifo meu.

Na revista, não há “revolução” no sentido de que os militares reorganizariam a sociedade diante da afronta comunista – algo que circula amplamente no senso comum e certa historiografia atual –, mas um golpe, como no Plano de Aula 03 que elege algumas problematizações: Quais fatos demonstram desde o início o interesse dos militares de buscar o poder? Por quais motivos empresários, proprietários rurais e imprensa fizeram oposição às reformas de base? Qual o primeiro sinal contundente de que as instituições democráticas estavam ameaçadas? De que modo a polarização social ajudou para que ocorresse o golpe? (NOVA ESCOLA, 07 de abril de 2019).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de falar bem mais sobre estes Planos de Aulas, mas cumpro o que foi possível em um texto com o limite de 15 laudas. A conclusão que por ora me cabe, seria que a revista Nova Escola nem sempre está em comum acordo direto com o currículo escolar. Isto já tinha visto em meu doutoramento ao cotejar o discurso de Nova Escola com o currículo prescrito pelos órgãos envolvidos na política educacional. A revista apresentava o ensino de história de 1986 a 1995, abarcando a historiografia marxista e a pedagogia histórico-crítica, então referenciais dominantes na reestruturação curricular do período pós-regime militar. Era bem mais crítica do que na fase seguinte, de 1995 a 2002, momento em que Nova História e Construtivismo consistiam os referenciais dominantes na implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e quando se discutia a necessidade de tornar o país competitivo diante da “globalização”, por meio de políticas neoliberais e visando a formação do trabalhador do novo mundo do trabalho. Por ser um material midiático impresso que seguia a diagramação mais renovada no campo das revistas de consumo, Nova Escola conseguia passar a impressão de ser algo que trazia inovação, atualização, sem realmente trazer.

Na atualidade, a revista se apropria da BNCC de História quase como à revelia de sua prescrição, assumindo um posicionamento mais coerente com o que entendo de crítico, progressista e problematizador, pautado em uma atualização historiográfica e pedagógica e enfrentando a história sobrecarregada da Ditadura (Civil) Militar brasileira. A hipótese é que sim, existe uma linha editorial mais problematizadora, o que pode ser corroborada pela opção em criar um “time” de professores, autores dos Planos, mais ligados ao chão da

escola, bem como às pesquisas mais inovadoras sobre ensino e aprendizagem histórica. Caso os professores queiram se inspirar nestes Planos de Aulas, a tendência é de que se reduzam as narrativas conservadoras que hoje clamam pela volta da Ditadura Militar desprezando os fundamentos e objetivos de uma sociedade democrática. Porém, estes Planos, apesar de estarem localizados na cibercultura, são organizados ainda de forma parecida com a mídia tradicional, a revista impressa. Podem facilitar a rapidez da busca, promovendo uma hiper associação, mas seus componentes não reportam à interatividade, à dinâmica da inserção técnica de característica eletrônico-digital.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. Apontamentos. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz. 2011. p. 19-30.

BAUMAN, Zigmunt. *Retrotopia*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fúlvio M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DIONÍZIO, Elisângela Vieira. *Plataformas digitais da Associação Nova Escola: interações e desenvolvimento profissional docente*. 183 fls. Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação de Mestrado), 2018.

GOODSON, Ivor. *O currículo em mudança*. Estudos na construção social do currículo. Lisboa: Porto Editora, 2001.

GOODSON, Ivor. *História del Currículum. La construccion social de las disciplinas escolares*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, S. A. 1995.

GROOT, Jerome de. *Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture*. London and New York: Routledge, 2009.

II, 306 p., ISBN 978-3-8376-1325-4, Bielefeld, may 2011, p. 165-188.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. *O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente*. Curitiba: CRV, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene; MIRALLES, Pedro. As pessoas tentam, mas a história difícil não é facilmente descartada: o lugar dos temas controversos no ensino de história. *Antíteses*, v. 11, n. 22, p. 484-493, jul/dez, 2018.

VON BORRIES, Bodo. Coping with Burdening history. In: BJERG, Helle; LENZ, Claudia; Thorstensen, Erik. (Eds.). *Historicizing the uses of the past: Scandinavian Perspectives on History Culture, Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II*. Bielefeld, 2011.

CAPÍTULO 6

A ARTE EM AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1941-1960)

Data de aceite: 24/05/2021

Natally Vieira Dias

Universidade Estadual de Maringá
Ivaiporã - PR

<http://lattes.cnpq.br/2968467994422413>

Bruna Nunes de Souza

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Ivaiporã - PR

<http://lattes.cnpq.br/9385112091644955>

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de iniciação científica que analisou a presença da arte na revista *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*. O marco temporal da pesquisa concentrou-se na primeira fase da revista, de 1941 a 1960, quando esta foi dirigida pelo antropólogo mexicano Manuel Gamio. Enquanto uma publicação oficial do Instituto Indigenista Interamericano, o discurso escrito da revista consistia basicamente de artigos escritos por artigos escritos por intelectuais indigenistas do continente. Mas seu discurso também contou com uma significativa presença de elementos visuais, entre os quais se destacaram a reprodução de obras de arte, como pinturas e gravuras, muitas delas da autoria de renomados artistas latino-americanos. Nossa proposta é mostrar qual foi o papel cumprido pelo discurso visual artístico na publicação indigenista. A perspectiva teórico-metodológica na qual nos baseamos é a da História Visual. Nesta, as imagens não são tomadas como objetos de estudo por si mesmas,

mas servem como vetores para a compreensão de problemas históricas mais amplas.

PALAVRAS-CHAVE: Arte, indigenismo, revista *América Indígena*.

THE ART IN AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1941-1960)

ABSTRACT: This article presents some results of a research which analyzed the presence of art in the magazine *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*. The research was focused on the first phase of the magazine, from 1941 to 1960, when it was directed by the Mexican anthropologist Manuel Gamio. Since the magazine was an official publication of the Interamerican Indianist Institute, its content consisted mainly of articles written by Indianist intellectuals from the continent. But its content has also included an expressive presence of visual elements, among which stood out the reproduction of artworks such as paintings and prints, many of them authored by renowned Latin American artists. Our goal is to show what was the role played by the artistic visual elements in the Indianist publication. Our research was based upon the theoretical-methodological perspective of Visual History, in which images are not taken as objects of study by themselves but used as means to understanding of broader historical issues.

KEYWORDS: Art, Indianism, *América Indígena* magazine.

1 | INTRODUÇÃO

O indigenismo é um tema recorrente na história da maior parte dos países do continente americano, tendo em vista sua formação histórica baseada na conquista e subjugação das populações nativas. A própria alcunha de “índios” foi originalmente aplicada de forma genérica aos nativos do continente, não obstante sua diversidade, pelo navegador europeu Cristóvão Colombo. Desde então, os grupos dirigentes das sociedades que se constituíram ao longo da América passaram a encarar os “índios” como um “problema”, prático ou conceitual, como bem aponta o historiador Emilio Kourí (2010). Como observa esse autor, “a suposta alteridade histórica do indígena, postulada como a base de sua perene subjugação”, torna-se um elemento que exige “explicação, justificação, remédio ou solução”. As respostas dadas a essas questões variaram muito ao longo do tempo e tiveram expressões específicas em cada uma das sociedades onde se desenvolveram, mas é justamente ao conjunto (heterogêneo) desses “conceitos, reflexões, análises, políticas e exortações a respeito do índio e de sua história” que se atribui a denominação de “indigenismo”. (KOURÍ, 2010, p. 419)¹

Em 1940, na cidade de Pátzcuaro, no México, se reuniu pela primeira vez um congresso indigenista de caráter continental, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. A partir desse evento foi criado o Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.), instituição cuja proposta era reunir a intelectualidade indigenista de todo o continente visando o intercâmbio de informações sobre a questão indígena nos diversos países e a coordenação de ações conjuntas para a construção de políticas públicas voltadas para os povos nativos. (GIRAUDO, 2011)

No ano seguinte ao de sua fundação, o I.I.I. começou a editar a revista *América Indígena* (AI), uma publicação que buscava “fomentar o intercâmbio de informações sobre a vida indígena atual e a política e programas que estão sendo desenvolvidos em seu favor”, como aparece em sua primeira edição. (AI, 1941, vol. 1, nº 1, 1ª pág.)

A revista AI teve uma grande longevidade, sendo editada até os anos 2000. Em sua fase inicial, que é a analisada em nossa pesquisa, a publicação foi dirigida pelo antropólogo mexicano Manuel Gamio, desde de 1942 até sua morte, em 1960. Nesse período, o discurso escrito da revista foi composto basicamente por artigos de intelectuais indigenistas dos vários países do continente. Além dos textos escritos, as imagens também foram um elemento muito marcante no discurso da revista.

Diferentes tipos de imagens estão presentes nas edições de AI no período estudado, sendo todas publicadas em preto e branco, como todas as páginas da revista, que não fazia uso de cores na época analisada. As imagens presentes em AI vão desde fotografias de indígenas – que já foram objeto de estudo (SOCHODOLHAK, 2017) – até a reprodução de obras de arte, como gravuras e pinturas, que são o nosso foco neste trabalho.

1 Todas as traduções da bibliografia e fontes em língua estrangeira são das autoras deste artigo.

Muitas das obras de arte reproduzidas na revista, principalmente no caso das gravuras, aparecem sem a autoria, mas, na maioria dos casos, os autores são identificados e, geralmente, se tratam de renomados artistas latino-americanos. Entre esses artistas destacam-se os pintores Francisco Goitia, mexicano, e Cecilio Guzmán de Rojas, boliviano, e os gravuristas mexicanos Alberto Beltrán e Gustavo Savín, entre outros. No caso das gravuras, já existe um levantamento prévio e até mesmo um catálogo com reproduções de imagens presentes nas edições da revista (CRUZ GONZÁLES; EPSINOSA VELASCO, 2002).

Além da reprodução de obras de artistas do continente dentro da revista, o elemento da visualidade artística já se destaca na própria capa da revista e desde a sua primeira edição, quando foi reproduzida na capa uma gravura sem título e sem identificação de autoria (ver Imagem 1). A partir da segunda edição da revista, todas as capas passaram a conter o emblema oficial do I.I.I., desenhado pelo reconhecido artista plástico guatemalteco, Carlos Mérida (ver Imagem 2).

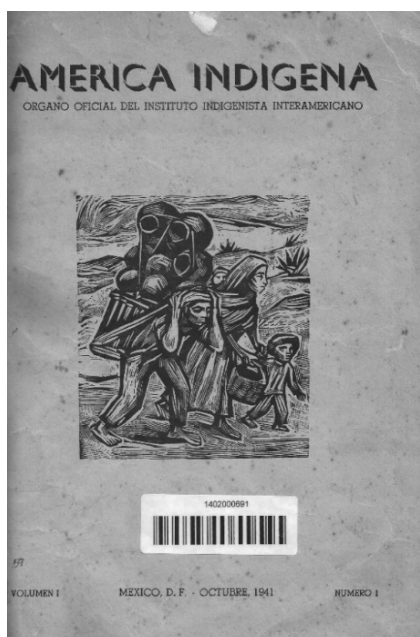


Imagem 1 - Capa da 1ª edição da revista

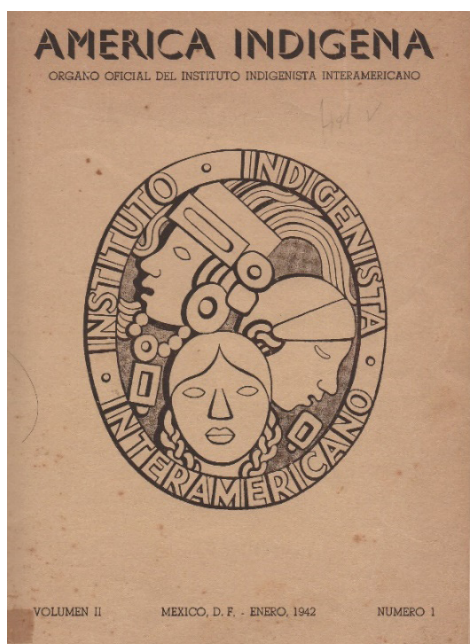


Imagem 2 - Emblema da revista AI, usado em suas capas a partir da 2ª edição

O emblema oficial do I.I.I. foi visualmente criado por Carlos Mérida, mas construído a partir da proposta do também guatemalteco Carlos Girón Cerna, que foi o primeiro secretário do Instituto e da revista. Como mostra Dias (2018), havia todo um significado, inspirado nas mitologias mesoamericanas, que envolvia o emblema da instituição e suas “três cabeças”.

A primeira cabeça, ao fundo da imagem, na parte superior, aparece adornada com atributos indígenas e representava o período pré-colombiano da América; a segunda cabeça, situada no lado direito do emblema, é representada sem adornos e encurvada, relacionando-se à situação dos indígenas após a conquista europeia. Já a terceira cabeça, a que aparece na parte da frente do emblema, simbolizava o indigenismo que surgia com a fundação do I.I.I. Esse último momento, representado pela terceira cabeça, foi descrito poeticamente por Girón Cerna, na segunda edição de AI, da seguinte forma:

Os homens brancos tiveram filhos mestiços que choram pelos índios [...], [homens] de verdadeira religião indigenista, de verdadeiro apostolado. [...] Cada homem da América: a devolver ao índio sua terra, a tirar-lhe a cruz, a limpar os obstáculos em seu caminho, a dar-lhe o pão e a cultura de cada dia, a devolver-lhe sua alegria de mico, seu coração de cobra, sua cabeça de *quétzal*, seu corpo de milho, sua palavra de luz. (AI, janeiro de 1942, p. 3)

Percebemos nessas palavras uma clara expectativa de transformação da realidade indígena do continente por meio do indigenismo trazido pelo I.I.I. e, por meio do emprego de símbolos da cultura mesoamericana (“seu coração de cobra, sua cabeça de *quétzal*, seu corpo de milho”), a proposta de valorizar as culturas nativas. Esses foram os dois grandes pilares sobre os quais deveria se basear a atuação do I.I.I.

2 | PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA ADOTADA NA PESQUISA

Para analisar a presença visual artística presente na revista AI, partimos da perspectiva da História Visual. Como explica Ulpiano Bezerra de Meneses (2003), nessa linha de estudos históricos as fontes iconográficas “não devem constituir objetos de investigação em si [mesmas unicamente]”, como faz, por exemplo, a perspectiva da história da arte. A lógica da história visual é que as imagens sejam tomadas como “vetores”, instrumentos, para a compreensão de questões históricas mais amplas. Trata-se, portanto, como explica o autor, de uma proposta metodológica que parte da “formulação de problemas históricos, para serem encaminhados e resolvidos por intermédio das fontes visuais, associadas a quaisquer outras fontes pertinentes.” (MENESES, 2003, p. 28)

No caso de nossa pesquisa, a questão histórica a ser analisada pode ser colocada nos seguintes termos: observamos que a visualidade e, mais especificamente, a arte é um elemento muito presente na revista AI. Nesse sentido, qual seria o papel cumprido pelo discurso visual artístico dentro do discurso mais amplo da publicação indigenista?

Nossa fonte de pesquisa, a revista AI, era uma publicação produzida por intelectuais indigenistas. Entendemos por intelectuais, como propõe Carlos Altamiro (2010), as mais distintas figuras do mundo cultural, sejam “escritores ou artistas, criadores ou difusores eruditos, expertos ou ideólogos”, desde que exercendo o papel social de “atores do debate público”, ou seja, identificamos “o intelectual como ser cívico.” (ALTAMIRANO, 2010, p. 9)

intelectuais que produziam e colaboravam com a publicação era a questão indígena.

Como explica Sarlo (1992), a publicação de revistas por intelectuais significa, ao mesmo tempo, fazer política e cultura. Esse tipo de revista, como mostra a autora, coloca seu foco no tempo presente, justamente porque seu desejo é intervir numa determinada conjuntura para modificá-la. No caso da revista AI, a conjuntura que os intelectuais que a produziam queriam modificar era a situação dos indígenas no continente.

3 | O DISCURSO VISUAL ARTÍSTICO NA REVISTA AI

No editorial de junho de 1957 da revista AI, encontramos um texto muito importante para entender as relações do discurso visual artístico presente na publicação. Nesse texto, o diretor Manuel Gamio fala sobre um convite que ele havia feito aos artistas plásticos mexicanos, ainda nos anos 20, para estudarem e representarem artisticamente a população do Valle de Teotihuacán, no México, onde ele estava desenvolvendo uma pesquisa antropológica. Nesse mesmo editorial, Gamio explica que o pintor Francisco Goitia atendeu prontamente a seu pedido. (AI, vol. XVII, nº 3, 1957, p. 204).

Algumas das principais obras artísticas que identificamos reproduzidas na revista foram justamente quadros de Goitia produzidos na década de 20. São eles: *Indio Triste* (1919-1925) e *Tata Jesucristo* (1927). (Ver Imagens 3 e 4) Essas duas obras foram produzidas após a experiência antropológica do pintor, que participou da pesquisa dirigida por Gamio, e refletem as dores e angústias vividas pelos indígenas com os quais Goitia conviveu durante sua participação na investigação antropológica.

De acordo com Del Conde (1993), na época que Francisco Goitia participou da pesquisa de Gamio sobre a população do Valle de Teotihuacán, ele realizou diversos esboços importantes como *El indio triste*, *La india con rebozo*, *Los caballitos* e *Niño indígena*, que refletem sua experiência em Teotihuacán e o ambiente social do indigenismo. (DEL CONDE, 1993)

Os quadros de Goitia possuem influências expressionistas, como é possível perceber nas imagens apresentadas. O expressionismo foi um importante movimento das vanguardas artísticas que buscava expressar as angústias internas humanas, seus anseios, medos e sofrimentos. (DE MICHELI, 1991)

Goitia, como outros artistas latino-americanos, embora influenciados por movimentos artísticos europeus, fizeram uso de suas estéticas para atuar artisticamente sobre a realidade histórica de seus países. Sua arte não se apresentou como uma simples reprodução de códigos estéticos europeus, mas esteve estreitamente relacionada às transformações sociais e projetos de transformação nos âmbitos nacionais.

No quadro *Indio Triste* (Imagem 3), Goitia nos apresenta a imagem de um único indígena sentado e com uma das mãos no rosto, numa posição de visível tristeza. Ele se utiliza de cores escuras, fortes e marcantes para expressar esse sentimento e dar um

aspecto sombrio ao quadro, remetendo às emoções dos indígenas mexicanos naquele momento, reflexo de sua situação social.

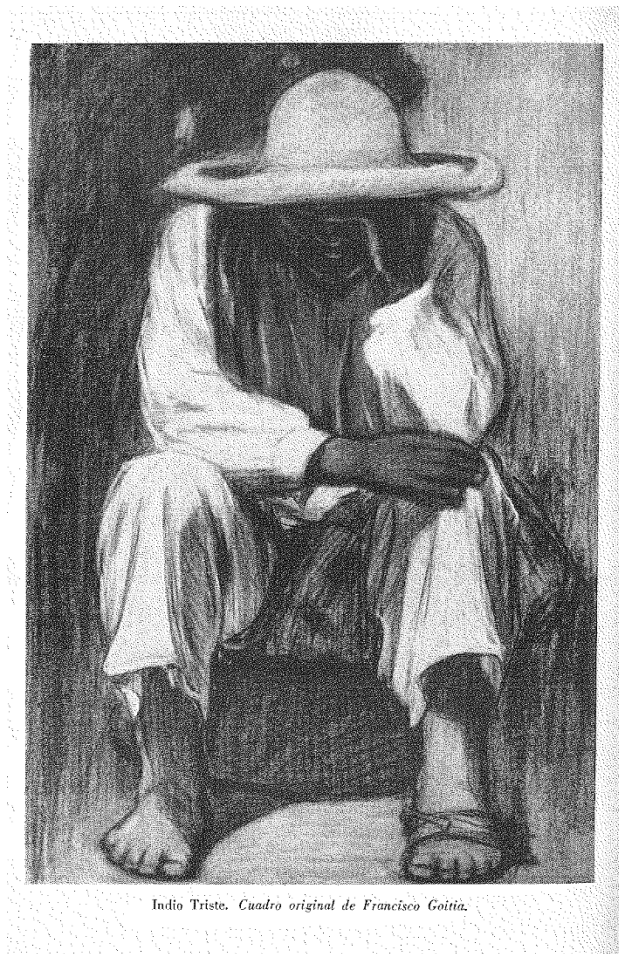


Imagem 3 - *Indio Triste*. Quadro de Francisco Goitia.
(Reproduzido em AI, julho de 1957, p. 260)

No quadro *Tata Jesucristo* (Imagem 4), que também é marcado pela estética expressionista, Goitia representa duas figuras centralizadas, ambas mulheres indígenas, que expressam nitidamente sensações de extrema tristeza, chegando ao desespero. A mulher do lado esquerdo leva a mão ao rosto e a do lado direito tem lágrimas escorrendo dos olhos. Originalmente o quadro possui uma coloração amarelada, com sombras e tons escuros que nos remetem às sensações de sofrimento e tristeza, aludidas na obra.



Imagem 4 – Tata Jesucristo. Quadro de Francisco Goitia.

(Reproduzido em AI, outubro de 1958, p. 280)

Além dos dois quadros de Goitia, o outro único outro quadro que foi reproduzido em AI no período estudado foi *India Callahuaya* (Imagem 5), do boliviano Cecilio Guazmán de Rojas, destacado expoente da pintura indigenista latino-americana. A obra desse artista, que havia estudado em Madri e na França, refletiam sua terra natal e motivos andinos, mesmo quando ele se encontrava na Europa. (OPINIÓN, 2014) De regresso à Bolívia, Guzmán de Rojas participou da Guerra do Chaco (1932-1935) e passou a pintar quadros que refletiam os horrores dos campos de batalha. Durante o período da Guerra, o artista produziu aproximadamente 300 obras, incluindo desenhos, aquarelas e óleos que refletiam o infortúnio do soldado. Essas produções possuíam referências do expressionismo. (ZÁRATE, 2017)

Nos anos 30, o pintor entrou mais claramente em sua fase indigenista. Passou a pintar rostos de mulheres e homens com características indígenas muito marcantes: sobrelhas arqueadas, olhos pequenos, lábios grandes e carnudos, narizes e maçãs do rosto protuberantes, características que são encontradas na figura da mulher indígena presente em seu quadro que foi reproduzido na revista AI.



Imagem 5 - *India Callahuaya*. Quadro de Cecilio Guzmán de Rojas.

(Reproduzido em AI, janeiro de 1951, s/p.)

A representação dos indígenas de Guzmán de Rojas possuíam um aspecto telúrico e buscavam enaltecer o povo Aymara. O quadro *India Callahuaya*, reproduzido na revista AI em 1951, aponta para a exaltação da identidade indígena, mostrando uma mulher com características físicas indígenas marcantes e com vestimentas típicas. O próprio nome do quadro é relacionado à etnia dos Callahuaya, do Departamento de La Paz, na Bolívia. Assim como em outras pinturas do artista, percebemos nesta o enaltecimento e a busca por legitimar as identidades indígenas, o que também era um objetivo do discurso intelectual produzido pela revista AI.

Os quadros, como já destacamos, não foram recorrentemente reproduzidos em AI. Já as gravuras, foram a forma artística mais presente na revista. Em todas as edições da revista no período analisado aparece a reprodução de ao menos uma gravura.

Os temas mais presentes nessas gravuras são representações do cotidiano indígena. Algumas delas estão relacionadas ao universo do trabalho e a maioria a elementos culturais em geral, como instrumentos musicais, entre outros. (Ver imagens 6 a 9)



Imagem 6

Reproduzida em AI, julho de 1947, p. 220, com o título “Madera de Alberto Beltrán.”



Imagem 7

Reproduzida em AI, janeiro de 1958, p. 6. Sem título.



Imagem 8

Reproduzida em AI, abril de 1948, p. 87, com o título “Madera de Alberto Beltrán.”



Imagem 9

Reproduzida em AI, abril de 1950, p. 307, “Madera de Alberto Beltrán.”

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a função da arte (quadros e gravuras) na publicação indigenista, concluímos que se relacionava com a proposta de dar representatividade artística à figura dos indígenas.

Assim como as pinturas de Francisco Goitia, que refletiam o difícil cotidiano social

dos indígenas e também o quadro de Cecilio Guzmán de Rojas, que representava as tradições culturais nativas, as gravuras também marcaram a representatividade do indígena através da linguagem artística na revista oficial do I.I.I., expressando, sobretudo, temas do seu cotidiano.

Dessa forma, a arte cumpriu um papel importante dentro do discurso da revista, ao colocar em linguagem visual os dois grandes elementos que caracterizavam a proposta indigenista do I.I.I., que eram: buscar melhorar a situação da vida cotidiana dos indígenas – que se apresentava de forma difícil e até desesperadora, como aparece visualmente nos quadros de Francisco Goitia reproduzidos na revista –; e defender a valorização da tradição indígena do continente, o que se reflete na visualidade tanto do quadro de Cecilio Guzmán de Rojas quanto das gravuras reproduzidas na revista oficial do I.I.I.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Carlos. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.

DIAS, Natally Vieira. *América Indígena e Boletín Indigenista*: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945). In: VIDAL, Adriane; MAÍZ, Claudio (orgs.). **Nas tramas da cidade letrada**: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 233-265.

CRUZ GONZÁLEZ; Emilio Espinosa; ESPINOSA VELASCO, Guillermo. **Viñetas de América Indígena, 1941-1978**. Instituto Indigenista Interamericano, con el apoyo de la Fundación Mexicana para la Participación Solidaria, 2002 (CD). Disponível em: http://www.interindi.net/es/archivos/Imagenes_web_Red_Interindi.pdf (Acesso em: 18/03/2019)

DE MICHELI, Mario. **As vanguardas artísticas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DEL CONDE, Corona Teresa. **Trayectoria de Francisco Goitia (1882-1960)**. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras, 1993. (Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em História).

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; SÁECHEZ, Juan Martín (eds.). **La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales, 1940-1970**. Lima: IEP, 2011, p. 21-98.

KOURÍ, Emilio. Manuel Gamio y el indigenismo de la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 419-32.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.

Opinión. Diario de circulación nacional (Bolivia). Cecilio Guzmán de Rojas, precursor de la pintura indigenista. 2014. Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/ramona/cecilio-guzman-rojas-precursor-pintura-indigenista/20140914224900667730.amp.html> (Acesso em 21/06/2020).

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: **América: Cahiers du CRICCAL**, nº9-10, 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970, p. 9-16.

SOCHODOLHACK, Larissa F. **Imagens do “índio” na revista *América Indígena*: órgão trimestral del instituto indigenista interamericano (1941-1945)**. Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica (PIC-UEM), 2017.

ZÁRATE, Freddy. Cecilio Guzmán de Rojas: el Ande visto con sentimiento estético. **Punto Cero**, Universidad Católica Boliviana, Cochabamba, año 22, nº 34, octubre de 2017, p. 24-30. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-02762017000100003&lng=es&nrm=i so (Acesso em 20/06/2020).

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 12/03/2021

Cláudia Sousa Oriente de Faria

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação
de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
Rio de Janeiro - RJ
<http://lattes.cnpq.br/2326323532186257>

RESUMO: Esse estudo bibliográfico, realizado a partir dos autores José de Souza Martins, Maria Izaura Pereira de Queiroz, Laura de Melo e Souza, Caio Prado Júnior entre outros, retrata a trajetória da classe camponesa brasileira e as diferentes manifestações de um passado de lutas e de resistências que foram sendo constituídas ao longo da história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato brasileiro; classe camponesa, raízes históricas.

THE HISTORICAL ROOTS OF THE BRAZILIAN PEASANT

ABSTRACT: This bibliographic study, carried out from the authors José de Souza Martins, Maria Izaura Pereira de Queiroz, Laura de Melo and Souza, Caio Prado Júnior, among others, portrays the trajectory of the Brazilian peasant class and the different manifestations of a past of struggles and resistances that have been built up throughout the history of Brazil.

KEYWORDS: Brazilian peasantry; peasant class,

historical roots.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é historicamente de organização complexa, dinâmica e antagonista. Segundo Gilberto Freyre essa sociedade nunca será um agregado social, sem autonomia e dinamismo. Esse admirável intelectual da história do Brasil mergulhou nas entranhas da sociedade à procura de desvendar a identidade cultural brasileira, o solo comum de valores que nos permitiria pensar na possibilidade de uma sociedade nacional, integrada, homogênea e harmônica (COSTA, 1992).

Gilberto Freyre escreveu nos anos 30 a histórica obra *Casa Grande e Senzala*, que envolve um contexto histórico ímpar, singular da formação da sociedade brasileira. As estruturas sociais e econômicas são apresentadas claramente na obra, como o latifúndio e a escravidão, a casa-grande e a senzala que eram o alicerce da ordem escravocrata. Todavia, não se pode negar que a história que está descrita na obra se trata da história de muitos de nós, de quase todos nós - senhores e escravos, conforme o pensamento de Costa (1992).

Outra importante obra clássica, essencial para a compreensão dessa sociedade complexa - que é o Brasil da atualidade - é a *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* de Caio Prado Júnior (1972), onde se apresenta ampla

pesquisa acerca do período colonial. O autor expõe o dilema que se passava o país que era modificar-se ou extinguir-se e para que isso ocorresse deveria passar por um profundo processo de transformação.

Caio Prado (1972) afirma que o Brasil contemporâneo se definiu por seu passado colonial, mais as mudanças ocorridas, considerando que naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade brasileira, povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diferente daquela que já havia aqui (dos indígenas e da dos portugueses).

Porém, a grande questão com que se preocupa o autor, a partir da qual ele delimita seu objeto de estudo na obra *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, é que temos um Brasil que ainda não se sedimentou, e está em suas linhas definidoras, possuindo ainda a presença expressiva do passado colonial, isto pode ser constatado quando ele diz que no campo econômico “o trabalho livre não se organizou”, tem-se apenas um ajustamento em pleno vigor, mas que “conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu”. O mesmo se afirma no campo econômico, onde nossa economia é voltada para a produção extensiva, aos mercados externos e ainda da falta de um mercado interno alicerçado e organizado. No campo social, “ainda conservam nossas relações sociais em particular as de classe, um acentuado cunho colonial” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 7).

Desta forma, para Caio Prado (1972) o Brasil se organizou puramente a partir de uma economia exógena, isto quer dizer que ele se articulou em uma organização produtora, industrial, se constituindo em uma colônia brasileira que não atendia aos interesses internos, se formou tendo como princípio uma colônia de exportação.

Segundo Caio Prado (1972), se formos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro, diamante; depois algodão e o café para o comércio europeu, nada mais que isto. Com tal objetivo – o exterior, foi que se organizou a sociedade e a economia brasileiras. Cabe salientar que esses dados históricos são indispensáveis para interpretar e compreender a atualidade brasileira, que se encontra em constante transformação.

2 | DESENVOLVIMENTO

O processo da colonização portuguesa no Brasil foi originalmente alicerçado na grande propriedade monocultora, na mão de obra escrava africana, com base econômica voltada para a produção de gêneros destinados ao comércio exterior, sendo que, mais tarde, a força de trabalho foi fornecida por homens livres vinculados à *plantation* (FORMAN, 2009).

Todavia, também existiam outras relações de trabalho, isto é, escravos que trabalhavam em outras atividades, além da mão de obra escrava, alguns escravos realizavam o cultivo de gêneros agrícolas destinados ao próprio sustento e para venda no

mercado; outros trabalhavam como aprendizes, barqueiros, produção de artesanatos entre outros. A essas atividades Cardoso (1987) no artigo intitulado *A “brecha camponesa” no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas* denominou de protocampesinato ou brecha camponesa.

Os termos protocampesinato ou brecha camponesa advêm da prática a qual alguns senhores proprietários de latifúndios de engenho, tinham em permitir o uso de parcelas de lotes de sua propriedade para que seus escravos produzissem seus alimentos. Essa prática se confirma na fala de Jacob Gorender *apud* por Cardoso (1987) quando diz que os portugueses já concediam parcelas de terras aos escravos, antes mesmo da colonização do Brasil, na Ilha de São Tomé para que pudessem produzir para seu próprio sustento.

Cardoso (1987) mostra o protocampesinato como uma conquista dos escravos, isto é, um resultado de lutas de classe. Esse autor acrescenta que a brecha camponesa a qual se referi é uma brecha para o escravo, que abre possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos. Porém, o escravo só poderia trabalhar nas terras nas horas em que não estivessem envolvidos com o trabalho nas monoculturas.

Para os senhores proprietários das terras tal prática aumentava os seus lucros ao amortecer os gastos que os mesmos tinham com as roupas e a alimentação de seus escravos. Já para os escravos, tal medida era benéfica por oportunizar a aquisição de outros produtos e certa melhoria na sua condição de vida.

O autor salienta que os negros gostavam do sistema de independência que lhes davam os lotes, pois de certa forma, estavam tirando a responsabilidade dos senhores de sustentá-los. Cardoso ainda diz que os escravos utilizados na agricultura eram capazes de participar na economia de mercado e acumular certo capital, explicando como muitos escravos conseguiam recursos financeiros para compra da sua liberdade. Pode-se dizer, então, em consonância com Cardoso (1987), que a brecha camponesa colaborou na redução dos conflitos entre escravos e senhores.

É fato que vários acontecimentos marcaram a história do Brasil e o setor agrário nos últimos séculos, em especial a história do desenvolvimento do campesinato brasileiro, marcada por lutas e conflitos em busca da terra para promover o seu próprio sustento.

Historicamente, o setor agrário brasileiro abrigou mão-de-obra diversificada, formada em uma multiplicidade de configurações de posse da terra. De acordo com Forman (2009) em sua obra *Camponeses e sua participação no Brasil*, o autor apresenta esse complexo sistema social, o qual a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que o coloca como parte integrante da vida nacional, limita a sua participação integral na vida boa. O autor afirma que “isto não é apenas uma maneira complicada de dizer que o camponês brasileiro é essencialmente um cidadão de segunda categoria”, porém esse dilema que tentará esclarecer, sobre a maneira pela qual o camponês é obrigado a produzir um sistema do qual na realidade ele não participa (FORMAN, 2009, p. 9).

Forman, em sua obra, pretende demonstrar os diversos tipos de camponeses na

perspectiva do Brasil contemporâneo. Quer tirá-los “das sombras da história brasileira, às quais têm sido relegados, e esclarecer seu papel no desenvolvimento da nação” (FORMAN, 2009, p. 9).

Para Forman os camponeses que eram também denominados como os lavradores, moradores e foreiros, tiveram diferentes conexões socioeconômicas com os senhores de engenho. Esses atores faziam parte do importante segmento da população camponesa do Brasil que tinham suas raízes profundas no passado colonial.

Forman (2009) diferencia em sua obra cada uma das três caracterizações de camponeses, sendo para ele o lavrador um pequeno e independente cultivador, com relevante função na economia açucareira do século XVI, que cultivava cana-de-açúcar na sua própria terra e a vendia aos engenhos. O termo lavrador era utilizado a um parceiro de uma grande *plantation* que não pagava renda ou taxas.

Já o morador também residente nas terras do engenho, não era apenas fornecedor de alimentos; ele constituía uma reserva de mão-de-obra para a indústria açucareira e era obrigado a dar vários dias de trabalho, mediante pequena remuneração.

Da mesma forma os foreiros alugavam dos senhores de engenho terras marginais, nas quais cultivavam suas lavouras para consumo próprio. Além da baixa renda que pagavam, faziam trabalho do tipo corveia durante as épocas de plantio e de colheita.

Pode-se afirmar que o campesinato no Brasil surgiu de um conjunto de ocorrências históricas, como subproduto de um complexo sistema de comercialização, interna e externa, em desenvolvimento. Ele se integrou na nação brasileira por meio de um conjunto hierárquico de relações mantidas por medidas repressivas sociais e econômicas (FORMAN, 2009).

O campesinato, sistema composto por múltiplos elementos, isto é, por uma diversidade de indivíduos, é definido por Marques como:

[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145).

O camponês brasileiro de vida tradicional e estabelecido sob os preceitos morais de acordo com Marques (2004), alicerçados no tripé família, trabalho e a terra, na perspectiva de Forman (2009), esse mesmo camponês está integrado num complexo sistema social do qual só participa parcialmente. Ele é ao mesmo tempo um produtor de mercadorias e um consumidor de uma diversidade de bens, produzidos localmente, bem como, vindos dos centros industriais. A disposição da vida econômica camponesa concebe uma reação equilibrada ao seu duplo papel - produtor e consumidor. Esse equilíbrio é muitas das vezes precário, e muda à medida em que o comércio avança no campo. Assim, é a forma e a

função do seu vínculo com o mercado.

Cabe enfatizar que desde os primórdios da colonização o camponês brasileiro estava embrenhado de alguma forma em atividades mercantis, por exemplo, atuou como vendedor de gêneros alimentícios em feiras locais (FORMAN, 2009). Ao passo que a maior parte da produção dos camponeses era para sua subsistência, o fato de reservar os excedentes para venda assinalou o começo de uma atividade comercial interna no campo brasileiro.

Forman (2009, p. 46) acrescenta que “a entrada do campesinato nesta arena comercial foi instigada pela falta crônica de alimentos numa economia orientada para a exportação”, o que o fez vender parte de sua safra em fazendas e cidades vizinhas.

Inúmeras foram as contribuições dos pesquisadores que estudaram sobre esse tema – campesinato brasileiro. Ao buscar conhecer mais sobre essa temática se torna imprescindível assinalar os estudos de Laura de Mello e Souza em especial sua obra *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII* (1982). O objeto de estudo de Laura é o desclassificado social (homem livre, pobre e miserável que em uma sociedade escravista, não oferece vantagens em relação ao escravo), onde a qual se utiliza da dimensão espaço-temporal a região das Minas Gerais no período colonial - século XVIII.

A autora faz uma análise dos indivíduos que se situavam fora das classes sociais presentes na sociedade colonial - senhores de engenho e escravos - e como eles se encaixavam nessa sociedade. Laura de Mello Souza (1982) desvenda um importante processo de exclusão econômica e social e a criação de uma concepção de vadiagem, onde a escravidão era justificada por essa concepção, ou seja, a liberdade tornava o escravo livre em vadios, assim não havia sentido em abolir a escravidão no pensamento da época.

Acreditava-se que ao libertar os escravos aumentaria o contingente de vadios, acarretando ônus para a sociedade, além ainda do possível aumento de crimes. Essa ideia de vadiagem revela a face oculta de um sistema que criava, explorava e depois abandonava o escravo quando este não possuía mais nenhuma utilidade (SOUZA, 1982).

Para Laura o desclassificado social é uma expressão que

Remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação deixando claro que, se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação. Em outras palavras: uns são bem classificados porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo (SOUZA, 1982, p. 13-14).

Nos estudos de Laura em sua obra *Desclassificados do ouro*, a autora mostra que foi relevante o aparecimento, nos séculos XIII e XIV, de um novo tipo de pobre: aquele a quem Mollat chamou de “pobre laborioso”, que era o camponês trabalhador expropriado, que não conseguia sustentar a família com o seu trabalho. Segundo Laura, com a dissolução das relações servis e a acumulação primitiva, aumentava-se o número dessa nova camada social, também considerada a “classe perigosa”, cuja característica era a pauperização crescente (SOUZA, 1982, p. 53-54).

Essa camada não possuía estrutura social configurada, caracterizava-se pela inconstância e pelo trabalho esporádico. Ocupava funções que o escravo não podia realizar, ou por ser antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças) e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio) (SOUZA, 1982).

A pesquisadora Laura de Mello Souza (1982) relatou em sua obra que no início do século XIX, os viajantes traçaram a representação desses indivíduos como a de homens que vegetavam no sistema, voltados para uma agricultura de subsistência que mal conseguia impedir com que morressem de fome. Da mesma forma, essa categoria social que caracterizava a consciência coletiva de um momento histórico: o do surgimento do capitalismo, era revestida pela ideia de inutilidade.

Entretanto, Laura de Mello Souza (1982) não deixou de examinar em sua obra os diferentes aspectos de que se revestia a utilidade dessa categoria social - a dos desclassificados, tais como: a de povoar locais distantes; de realizar tarefas que não podiam ser cumpridas pela mão-de-obra escrava; constituição dos corpos que se aventuravam pelo sertão em estradas; a guarda, defesa e manutenção dos presídios; o trabalho nas obras públicas e na lavoura de subsistência; a formação de corpos de guarda e polícia privada; a composição de corpos de milícias coloniais e de outros recrutados esporadicamente para fins diversos. Seria a ideia de mão-de-obra alternativa, de um tipo de exército de reserva da escravidão. O ônus representado pelos desclassificados convertia-se, através do castigo, em trabalho, e, portanto, em algum tipo de utilidade.

Sobre o estudo do campesinato brasileiro e suas diferentes manifestações, faz-se imprescindível apresentar, da mesma forma que os outros estudiosos sobre o assunto, expostos até então neste artigo, as contribuições trazidas por Maria Izaura Pereira de Queiroz, em especial a sua obra *O campesinato brasileiro* (1976).

Em sua trajetória a pesquisadora procurou investigar o processo de mudança social no Brasil por meio do estudo de grupos subalternos, isto é, de grupos pobres e dominados, que são capazes de se organizar e liderar movimentos em favor da melhoria de suas condições de vida segundo afirma Dora Vianna Vasconcellos (2017)¹.

De acordo com Vasconcellos (2017) Maria Izaura Pereira de Queiroz pratica uma sociologia política e não deixa de fazer uma interpretação do desenvolvimento do Brasil, bem como uma crítica aos projetos desenvolvimentistas lançados na década de 60 e 70, propondo uma reavaliação do campesinato.

Para Vasconcellos (2017), a pesquisadora se destaca ainda pelo rigor metodológico, pela maneira de abordar o tema (campeonato), sobressaindo à prática da sociologia, embora, tenha diálogo com outras áreas, sua preocupação maior é com a mudança social;

¹ Notas de aula realizada pela autora deste artigo a partir da explanação da palestrante convidada, Dora Vianna Vasconcellos, no dia 30.05.17.

preocupa-se em elaborar um diagnóstico sobre a mudança social no Brasil. Reconhece o campesinato como ator político, isto é, ativo politicamente, mas que nasceu de uma organização social tradicional, onde as relações sociais eram marcadas pela pessoalidade.

Maria Izaura caracteriza melhor as relações humanas, como o campesinato reagia, como se contrapunha; chama a atenção para o compadrio, parentela (organização vertical), organização social tradicional; bairro rural (instituição igualitária) cuja distribuição mais elementar é de famílias conjugais, com relações vicinais, destaque para o mutirão, reciprocidade de favores dava existência ao compadrio. Enfatiza que o campesinato não vivia em anomias, nele existiam determinadas forças que os uniam, possuía vida social intensa, com festas religiosas; quando esses fatores de aproximação se ausentavam da convivência desses indivíduos o bairro rural e o campesinato perdem suas forças de acordo com a exposição de Vasconcellos (2017).

A palestrante convidada ainda destaca em sua fala que para Maria Izaura Pereira de Queiroz a anterioridade da existência e da diversidade, *sui generis*, o campesinato sempre existiu por que sempre houve a necessidade de abastecer as cidades e que não se está negando a existência e o debate internacional dos vários esquemas interpretativos, diversidade das oposições sobre essa complexa temática. Hoje vendo a *posteriori* poderia se explicar de outra forma, mas para a época, o contexto da obra (por volta de 1960) Maria Izaura era pioneira.

Para Vasconcellos (2017) a abordagem de Maria Izaura ainda é bastante atual e está sendo revisitada por pessoas que mais trabalham sobre os movimentos sociais no campo. A pesquisadora produz uma análise retrospectiva, um pensamento social anterior a ela, para desenvolver algumas coisas em comum e posteriormente se contrapor e dialogar, a fim de avançar no conhecimento e sugerir novas propostas.

Em *O campesinato brasileiro* (1976), Maria Izaura Pereira de Queiroz faz essa análise retrospectiva a partir de uma diversidade de grandes pensadores estudiosos dessa temática – o campesinato brasileiro, entre eles ela apresenta que talvez Caio Prado Jr. seja “o primeiro a dar um lugar na paisagem social do meio rural brasileiro a esta camada que não podia ser incluída nem entre os fazendeiros nem entre os trabalhadores sem terra” (QUEIROZ, 1976, p.11).

Maria Izaura também cita Jacques Lambet que chama a atenção para esta camada social que com suas roças policultoras garante o abastecimento de mantimentos à maior parte da população.

Da mesma forma Maria Izaura expõe o trabalho de Nice Lecoque Miller sobre os pequenos lavradores em SP, também denominados de sitiantes. Estes são apresentados como os responsáveis pela lavoura que cultivam, trabalham diretamente na terra com o auxílio da sua família, exprimem a relação trabalho do homem sobre a terra; trabalho independente; de economia doméstica e plantações realizadas a partir de técnicas rudimentares. Outra característica desses sitiantes é a sua rusticidade e precariedade de

vida que sempre o distinguiram, bem como a sua mobilidade espacial que se iniciou desde os tempos coloniais (QUEIROZ, 1976).

Isso mostra que os sitiantes não ficavam restritos ao âmbito do município. De acordo com Queiroz (1976), eles conheciam várias regiões e realidades socioeconômicas diferentes, pois estavam em permanente circulação dentro de sua região, sendo por vezes solicitados a sair de seus bairros pelas atividades econômicas e ou religiosas. Deste modo, a economia colabora para tirar o sitiante de um estado de isolamento.

Conforme Queiroz (1976), o sitiante formava a camada intermediária desde o início da colonização do país; ele não se tratava de gente isolada, mas sim de gente que se movimentava em sua vida cotidiana conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua. Esse sitiante tradicional brasileiro na visão de Maria Izaura se classificaria como um camponês, segundo estudiosos franceses.

Os camponeses, para Queiroz (1976), têm duas orientações, sendo uma histórica e outra sócio antropológica. A histórica tem lugar a partir da gênese deles e a sócio antropológica em que se procura definir tais conjuntos dentro do contexto sócio histórico e antropológico atual, relacionando com diversos tipos sociais atuais. Com tais características, o caráter de submissão socioeconômica e política do campesinato se conservam apesar das transformações da sociedade global; pode-se dizer que nem no passado e nem no presente chegue ele a alcançar poder político e prestígio.

No Brasil, por muito tempo, se negou a existência de uma camada camponesa, falava-se de uma servidão disfarçada que viera a substituir o trabalho nas empresas rurais do tipo capitalista. A partir da visão de Queiroz (1976), o caráter fundamental da definição de camponês, é o destino dado ao produto, pois o objetivo desse trabalhador rural é o de plantar para sustento da própria família; sua colheita não é destinada a obtenção de lucros, não deve ultrapassar certo nível de gasto para não onerar a disponibilidade econômica familiar, isso quer dizer que são autossuficientes e independentes da economia urbana.

Maria Izaura acrescenta sobre o campesinato que ele, sociologicamente, constituiu sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – subordinação social, econômica e política e que a camada superior tanto poderia ser a camada senhorial quanto as camadas urbanas. Diante disso, a pesquisadora afirma que é impróprio falar de sociedades camponesas, considerando que as sociedades se caracterizam pelas camadas dominantes, não existiram nunca sociedades camponesas. O que sempre existiu foi um conjunto de camponeses ocupando na sociedade global uma posição de inferioridade socioeconômica e política, muito embora possa instituir a massa majoritária da população (QUEIROZ, 1976).

Vale mencionar, a partir do pensamento de Maria Izaura, que a camada de sitiantes independentes sempre existiu entre os fazendeiros e os escravos, anulando a dualidade que tem sido encarada como tradicional, porém afirma que não seria somente esta a única camada intermediária que teria versado a história do Brasil tradicional. A pesquisadora

aponta que existiu uma hierarquia social interna nos engenhos de açúcar e fazendas de café, que admitiam um nível social médio constituído por administradores, escrivães, fiscais, feitores entre outros. Embora ainda submissos dos salários dos senhores, tinham traços de embrionária classe média, certa cultura técnica e intelectualizada que não era acessível à grande maioria. O desejo de independência desta classe estava relacionado à ascensão social (QUEIROZ, 1976).

Entretanto, a história da classe camponesa, ao longo de sua trajetória passou por ressignificações e recebeu diferentes denominações como a camada intermediária, sitiantes, caboclos, caipiras, homens livres pobres entre outras, tanto no Brasil quanto em outros países, foi uma história marcada por reivindicações, tensões sociais e políticas, ou seja, por intensas lutas e conflitos objetivando a posse da terra.

Na clássica obra de José de Souza Martins (estudioso da formação social brasileira) intitulada *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político* (1981), o autor elucida os sentidos das palavras camponês e campesinato, as quais foram introduzidas pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas e procuram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos 50.

O estudioso da formação social brasileira apresenta as diferentes denominações das regiões do Brasil, assim como exposto por outros intelectuais neste artigo, como o caipira, palavra possivelmente de origem indígena, utilizada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul. No litoral paulista esse mesmo trabalhador é conhecido como caçara. No nordeste do país é chamado de tabaréu. Em outras regiões é conhecido como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e lugares: em São Paulo do século XVII era denominação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no Norte e Centro-Oeste do país é palavra utilizada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco, em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador (MARTINS, 1981).

De acordo com José de Souza Martins, são palavras que desde tempos remotos possuem duplo significado. Referem-se aos que vivem no campo, fora das povoações e das cidades e que por isso também são rústicos e atrasados ou, então, ingênuos e inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes dizem também ser preguiçoso, que não gosta de trabalho. No geral são palavras de cunho depreciativo e ofensivo.

Martins (1981) apresenta da mesma forma as diferentes designações atribuídas aos proprietários de terras de acordo com a região e a atividade, como: estancieiros no sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Minas Gerais; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte. Essa classe teve sua denominação mudada a partir do debate político nacional que alcançou da mesma forma os camponeses - passaram a ser designados de latifundiários.

O clássico estudioso da formação social brasileira enfatiza que

essas novas palavras - camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22-23).

Nota-se a partir do exposto, tendo como alicerce José de Souza Martins (1981) que as diferentes denominações da palavra camponês, nas diversas localidades do país tinham um duplo sentido. Definiram-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere a espaço e como aquele que não está, senão nas margens da sociedade. Ele não é de fora e muito menos de dentro, ou seja, um excluído, o qual os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como um estranho chegando tardiamente ao debate político. Sendo em algumas ocasiões encarado como uma ameaça em outras como um incapaz de fazer história, de operar no processo histórico senão no sentido de contê-lo.

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Se fazendo imperativo compreender a história dessa exclusão, no sentido econômico, social e político. Essa exclusão decidiu o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui a expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo - alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (MARTINS, 1981).

Em consonância com o pensamento de José de Souza Martins, as lutas e reivindicações camponesas precisam de organização e principalmente de uma estrutura partidária para encontrarem a unidade da sua diversidade, uma força política que o localize socialmente e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com as classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o estado.

Para Martins (1981) esse fato adquire o seu sentido na história de um campesinato brasileiro cada vez mais insubmisso, contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis e contra a desapropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários.

A partir dos anos 50, a classe camponesa de várias regiões do país começou a manifestar vontade política, rebelou-se de diversas maneiras contra seus dominadores, constituiu-se em ligas e sindicatos, passou a exigir seus direitos na justiça e do Estado passou a cobrar uma política da reforma agrária; além disso, resistiu a expulsões e despejos, ergueu barreiras, fechou estradas para obter melhores preços para seus produtos (MARTINS, 1981).

Para o autor da obra *Os camponeses e a política no Brasil*, certamente, o que marcou as lutas camponesas dessa época foi

a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, [...]. Da aliança entre os católicos e comunistas, excluídas as Ligas surgiu o mais importante resultado político desse período, para o campesinato - a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a estrutura sindical que lhe corresponde (MARTINS, 1981, p.10).

As lutas camponesas se modificaram com o passar dos anos, sobretudo a partir de 1964. A questão da reforma agrária no Brasil, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros.

Em conformidade com Martins (1981), no Brasil o campesinato é uma classe e não um estamento. É um campesinato que entra na terra e mesmo sendo expulso dela, a ela retorna, ainda que seja para uma terra distante daquela de onde saiu. E ainda, conforme Martins, o campesinato brasileiro é formado com a expansão capitalista, isso significa como produto das contradições dessa expansão. Por isso as ações e lutas camponesas, recebem do capital, reações de classe tipo: agressões, uso da violência, tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação.

O direito de propriedade que o camponês recorre judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista recorre para desapropriar o camponês. É das contradições desse direito que surgem as diferentes interpretações sobre a terra camponesa e a terra capitalista – terra de trabalho e terra de negócio. Essa contradição, de acordo com Martins (1981) está no fato de que o mesmo código garante direitos incompatíveis na nossa situação – o do “pequeno” e o do “grande”; o do camponês e o do capitalista.

Para José de Souza Martins “é um campesinato que tem, na sua relação com o capital, contradições diferentes daquelas que tem o operário”. O camponês não é uma figura do passado, mas do presente da história capitalista do país (MARTINS, 1981, p. 16). Este estudioso elucida que foi o próprio capital, que com a crise do trabalho escravo, estabeleceu a apropriação camponesa da terra; uma contradição no momento em que o capital precisava de força de trabalho, trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse a da sua própria força de trabalho. Por essa razão Martins esclarece que o camponês brasileiro não é um enraizado, na verdade é o oposto; o camponês brasileiro é desenraizado, migrante e itinerante, sendo seu deslocamento determinado pelo avanço do capital sobre a terra.

3 | CONCLUSÕES

Diante do exposto, apreende-se que o campesinato brasileiro apresentou diferentes manifestações de um passado de lutas e de resistências que foram sendo constituídas ao

longo da história do Brasil, isto quer dizer que se trata de um modo de vida que desde os tempos primórdios existia em nosso país e em outros locais no mundo. É a história desse complexo sistema social que passou por diversas ressignificações e reinterpretações no decorrer do tempo, a qual, distante de qualquer pretensão ambiciosa, objetivou-se expressá-la neste artigo.

A partir da releitura dos clássicos estudiosos da formação social brasileira e reflexão, foi possível fazer esse recorte e apresentar as contribuições desses intelectuais sobre o campesinato no Brasil a partir de sua origem; seu modo de vida; como se organizam; tipo de produção (centrada no seu próprio consumo); mobilidade geográfica (sempre em busca de um pedaço de terra fértil) entre outros. Simultaneamente, apresentou-se da mesma forma, essa categoria social como integrantes de um sistema que o reprime, o trata como um excluído nos sentidos político, social e econômico, ou melhor, o trata como um excluído do processo do desenvolvimento brasileiro. Essa exclusão institui o seu lugar no processo histórico, de alguém que participa como se não fosse essencial, segundo afirma Martins (1981).

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. A “brecha camponesa” no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas. In: **Escravo ou camponês**: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. In: **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. nº.26 São Paulo: Aug. 1992. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200008>. Acesso em: 18 jul 2017.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Bibliografia. 309 p. ISBN: 978-85-7982-002-1. Available from SciELOBooks <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 18 jul 2017.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. (p. 145-158).

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. Notas de aula realizada pela autora deste artigo a partir da explanação da palestrante convidada, Dora Vianna Vasconcellos, no dia 30.05.17.

CAPÍTULO 8

A ESPERANÇA REPUBLICANA: ARTISTAS, OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM PERNAMBUCO (1875-1904)

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 17/03/2021

Flávia Ribeiro Braga

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em História – UFPE
Recife - Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/6601915163369923>

RESUMO: A tradição histórica transformou os ‘bestializados’ da República em uma massa de povo indiferente ao processo de transformação política que aconteceu no Brasil em 1889. Entretanto, apesar da nova forma de governo ter sido, em sua maior parte, excludente e oligárquica, a República foi considerada objeto de esperança por uma parcela considerável de artistas, operários e profissionais liberais. Muito longe de serem considerados “ingênuos” ou “massa de manobra” de intelectuais vindos das faculdades de Direito e Medicina do Império, trabalhadores e trabalhadoras lutaram ativamente – lado a lado – por mudanças governamentais que lhes garantisse novas oportunidades, direitos e participação política. Para este trabalho, trago a experiência de ação e propaganda republicana feita por e para trabalhadores a partir de Pernambuco, desde o processo de participação na contestação ao regime na década de 1870 através do processo de cobrança prometida pela República.

PALAVRAS-CHAVE: Positivism; Republicanism; Pernambuco; Trabalhadores.

THE REPUBLICAN HOPE: ARTISTS, WORKERS AND LIBERAL PROFESSIONALS IN PERNAMBUCO (1875-1904)

ABSTRACT: The historical tradition transformed the republican “bestializados” into a mass of people indifferent to the process of political transformations that occurred in Brazil in 1889. However, besides the new shape of government had been, in most way, oligarchic and excluding, the Republic was considered object of hope by a large portion of artists, workers and liberals professionals. Way beyond being considered ‘naive’ or ‘maneuver mass’ of Law and Medicine intellectuals, workers by both genders has actively fought – side by side – for governmental changes that provided then new opportunities, rights and political participation. To this paper, I bring the action and republican advertising experience lived by and for workers from Pernambuco, since the participation of the contestation to the regimen in 1870’s process, to the charge of the promises made into the Republic.

KEYWORDS: Positivism; Republicanism; Pernambuco; Workers.

1 | INTRODUÇÃO

Já se tornou um clichê historiográfico tratar a implantação da República no Brasil através da famosa frase de Aristides Lobo acerca da participação do ‘povo’ na Proclamação: assistiram a tudo ‘bestializados’. Apesar do lugar-comum a que esta afirmação foi elevada através do trabalho de José Murilo de Carvalho

(1987), a contestação à interpretação que marginalizou do processo de luta republicana as classes populares vem continuamente abrindo espaço para uma nova dimensão historiográfica sobre o tema (MELLO, 2007). Na esteira destas novas abordagens, este artigo surgiu como o resultado parcial de pesquisa que se dispõe a estudar o movimento republicano a partir de Pernambuco e que, através das análises feitas, indicam a participação de trabalhadores e entidades de classe na ação política de propaganda, na contramão do pensamento que ‘bestializa’ esses sujeitos. Artistas, operários, profissionais liberais – muitos dos quais, mulheres – estiveram atentos e participativos do processo de prática política, especialmente nas ruas, jornais e teatros, orientados pela esperança de que o novo regime pudesse trazer mudanças positivas para suas condições de vida.

Entretanto, antes de partir para uma análise específica desses sujeitos, é necessária a contextualização do movimento republicano em Pernambuco, em razão da sua especificidade. Primeiramente, o republicanismo nesta província do Império se tornou, a partir de 1875, majoritariamente positivista, à semelhança das experiências do Rio Grande do Sul e Pará. O fato desta orientação ideológica ser ressaltada logo inicialmente é fundamental para entender o processo de aproximação entre os trabalhadores e as lideranças positivistas em Pernambuco, de forma a compreender o porquê da presença de um ‘radicalismo’ popular acentuado.

A doutrina positivista – via de regra – está assentada na defesa específica da República sob a égide do trabalho. O proletariado, visto como cidadão-base da sociedade, é o elemento central das políticas de Estado que visariam, no seu conjunto, o bem-estar social (RIBEIRO, 2012, p.130). Para isso, a República Positivista – ou a ‘Ditadura’, no sentido de ‘ditar’, dar a ‘direção’ – só seria possível com a qualificação das condições de vida dos trabalhadores, pois é justamente sobre as injustiças sociais que os Estados se enfraquecem e as sociedades se corrompem (SUPERTI, 2003, p.7-8). Desta forma, positivistas brasileiros foram profusos defensores de leis trabalhistas e visaram, ainda no século XIX, direitos ainda pouco comentados, como: a participação nos lucros, educação científica, direito à cultura e ao lazer, etc. Apesar da defesa dos direitos trabalhistas, o positivismo enxergou nestas pautas uma forma de “controle” das agitações operárias através não da opressão, mas da “sedução” (BUENO, 1991, p.72) – cooptação – em busca de um equilíbrio social entre patrões e empregados (FERREIRA, 2007). Em editorial lançado pelo jornal positivista *O Democrata*, tais assertivas são perceptíveis

...a intenção honesta e digna da República é de organizar a mais perfeita unidade moral da nação pelo estabelecimento do ensino científico integral, pela constituição do direito privado, pelo respeito à família e pela proteção do trabalho, pela discriminação dos poderes da administração, pela honestidade das finanças e pelo amor do progresso da política (O DEMOCRATA, PE, 14-2-1880)

Orientação semelhante também é possível encontrar no jornal positivista mais popular em Pernambuco

O povo rico é aquele que é trabalhador forte pelo braço e pela cabeça. Para que haja um bom trabalhador é preciso que haja uma boa organização das leis [...] Queremos que o cidadão agarre a enxada ou o arado, o pincel ou a pena, para favorecer a indústria ou o comércio, a arte ou as letras provincianas, mas queremos também que no dia da luta, nas ocasiões difíceis, todos cidadãos, os primeiros pelos últimos e os últimos pelos primeiros, empenhem-se em luta aberta, a luz meridiana, aos benfazejos beijos do sol dos trópicos, para defender a pátria na tribuna, na imprensa, no campo de batalha, com a pena e com a espada, como último recurso. Essa é nossa opinião. (FOLHA DO NORTE, PE, 23/24-6-1883)

Ainda que seja errôneo fazer uma análise “de cima para baixo” – colocando os trabalhadores como mera ‘massa de manobra’ dos positivistas – não é possível dissociar a proximidade com que os trabalhadores – sujeitos das suas próprias ações – estiveram dos líderes propagandistas de orientação positivista. Esta proximidade era *estratégica*, pois partia das brechas encontradas para a resolução dos seus anseios. Em Pernambuco, a ênfase positivista do movimento republicano esteve diretamente relacionada com a origem social dos seus participantes, geralmente dissociados do status quo da açucarcracia e marginalizados do aparelhamento de Estado imperial. Estando mais próximos em termos de origem social, participação governamental e lógica política, regiões onde o positivismo floresceu teve, como evento concomitante, o acirramento das lutas trabalhistas.

Portanto, parto de 4 premissas a serem questionadas: 1) Artistas, operários, profissionais liberais, bem como outros segmentos da população, estiveram atuantes e esperançosos com a República, o que põe em questionamento a sua indiferença com o novo regime, como sugerem os adeptos da ‘bestialização’; 2) Há significativa restrição do movimento republicano em Pernambuco em torno da Escola do Recife e, principalmente, o apagamento da atuação de sujeitos não relacionados à Faculdade de Direito. Ainda que os bacharéis sejam parte fundamental do movimento republicano, não o fizeram isoladamente, nem muito menos descolados da realidade concreta dos trabalhadores, que com eles atuaram conjuntamente; 3) Contestar a falsa ideia de oposição entre os republicanos “e o povo”, os primeiros associados à “elite açucareira” e os segundos ligados à liderança dos monarquistas José Mariano e Joaquim Nabuco, tidos como os tribunos populares por excelência e, por último 4) Demonstrar que o interesse proletário pela República veio anteriormente à Proclamação e não, como se supõe, após a instauração do novo regime.

2 | REFORMA ELEITORAL DE 1881

Os primeiros indícios de uma aproximação entre a nova geração republicana positivista em Pernambuco com a participação de artistas e operários se evidenciou nos anos finais da década de 1870. Entre 1878 e 1881, a condição de vida para os mais pobres na província se deteriorou significativamente. O episódio conhecido como “A Grande Seca” que flagelou todo o interior em 1878 é considerado a pior estiagem da história,

provocando forte êxodo para a Capital e, com isso, a deterioração da qualidade de vida urbana em Recife. Superlotação, proliferação dos mocambos, desemprego, alta do preço dos gêneros alimentícios se somaram às disputas políticas do Partido Liberal, dividido entre duas facções rivais: os Leões (Luís Felipe de Souza Leão) e os Cachorros (José Mariano Carneiro da Cunha, principalmente). Em razão do acirramento político, as facções rivais chegaram ao confronto armado conhecido como Hecatombe de Vitória em 1880. Para completar, as discussões sobre os efeitos da Lei do Ventre Livre – primeira geração liberta pela lei seria entre 1878-9 – acirrou ainda mais as discussões sobre o acesso da população à participação política, culminando na restritiva Reforma Eleitoral de 1881. Para os positivistas brasileiros, em especial em Pernambuco, não havia dissociação entre a luta abolicionista e a garantia de vida aos proletários, pois para eles a “nossa questão do trabalho” é, também, uma questão escravista (REVISTA DO NORTE, 20-2-1887). Em editorial lançado neste período, podemos perceber o direcionamento do jornal positivista *A Opinião* escrito por Argemiro Aroxa e Martins Júnior

Povo! Retempera tuas forças, encoraja-te, lembra-te que és apenas um cadáver social por cima do qual tripudiam os vendidos políticos, os falsos republicanos, os conservadores e liberais que vivem à custa do teu precioso sangue, das lágrimas dos teus filhos, e da humilhação das tuas esposas e grita: - abaixo a mentira social e viva a liberdade real, porque ela é teu santelmo (A OPINIÃO, PE, 16-8-1879)

Editorial semelhante foi lançado pelo jornal *Tribuna do Povo*, considerando o projeto um “verdadeiro ato de prepotência” para arrancar “da maioria” um direito inalienável (TRIBUNA DO POVO, PE, 19-11-1879). *A Voz do Povo* já afirmava que a falta de instrução acaba “deixando que as classes populares permaneçam na obscuridade da ignorância, porque por esse meio a monarquia se possa impor” (VOZ DO POVO, PE, 30-8-1875). Com todo este panorama que colocava a condição de vida do trabalhador em Pernambuco seriamente ameaçada em direitos – desde a alimentação até o voto – o movimento republicano recrudesciu, focando suas críticas à instituição monárquica, apontada como a principal causadora de todos esses transtornos. É com as discussões sobre a Reforma Eleitoral de 1881 – conhecida como Lei Saraiva – que os discursos positivistas surgiram como um caminho de aproximação entre as demandas trabalhistas e a crescente indisposição destes com o Império. Em edição ácida e violenta, o jornal *O Petróleo* afirmou: “somos plebeus e vivemos do nosso trabalho laborioso e honrado”, mas que cada um “tenha o seu revólver para repelir o insulto, quando queira impedir o livre exercício do seu mais sagrado direito” (O PETRÓLEO, PE, 19-6-1880)

A Reforma Eleitoral de 1881, apesar da implantação do voto direto, não significou uma expansão do corpo de eleitores brasileiros. Pelo contrário: com a exigência de alfabetização e as dificuldades impostas para a comprovação da renda mínima de 200 mil réis anuais, os trabalhadores viram sua participação política ser, praticamente, anulada.

Por esta razão, uma das principais reivindicações do movimento republicano passou a ser a defesa do ensino público gratuito e científico para a população do país, orientação específica do positivismo, que considerava a educação “destinada aos proletários” (SIMON, 2010, p.86). Republicanos “extremistas”, como definiu Mário Sette, tais como Martins Júnior e Trigo Loureiro não ganhavam “um vintém” para dar aulas noturnas a “moças pobres” no intuito de promover a educação a quem precisava trabalhar durante o dia (SETTE apud LIMA, 2005, p 40). Como pauta primordial, a instrução passou a significar sinônimo de luta popular. Esta associação é perfeitamente evidente em editorial do jornal *A Guerrilha*

As famílias privilegiadas de que acima falamos, não consentem que os artistas respirem, que recebam proteção das leis, que usem livremente dos seus direitos políticos. Especialmente não consentem que os artistas intervenham nos negócios públicos por meio do seu voto, da sua opinião, e assim são excluídos do cadastro, do registro civil [...] Basta ser do povo, não pertencer às famílias privilegiadas, para que não tenha direito de votar, nem de aprender [...] nós estamos convencidos sinceramente que a sorte e a felicidade do povo só pode vir com o regime republicano, porque a república funda-se no dogma da igualdade [...] todos os artistas concorrem para a prosperidade social, com o que lhes é mais caro: o suor do seu rosto, o seu honesto trabalho [por isso que] todo cidadão deve ir às urnas (A GUERRILHA, PE, 10-6-1876)

Como defensores explícitos da universalização do ensino primário – obrigatório, gratuito e laico – os positivistas eram intransigentemente contra a Reforma Eleitoral de 1881 em seus editoriais e meetings. Em editoriais contrariando a Lei Saraiva, *O Democrata* foi assertivo

Vem a reforma do Sr. Saraiva restringir o direito do seu sufrágio, de modo tão pouco liberal, tão iníquo e injusto, que a soberania da nação, que de fato já era uma figura de retórica, fica de direito reduzida a meia dúzia de homens ricos, aos titulados e aos empregados públicos, que são os eleitores natos de todos os governos [...]

Para que o pobre artista ou operário perder um dia de trabalho se o resultado da eleição lhe é inteiramente indiferente? (O DEMOCRATA, PE, 19/26-6-1880)

Outro campo de aproximação neste período se dá através da classe dos tipógrafos, considerados trabalhadores especializados e que gozavam de relativo prestígio dentro da política eleitoral pré-1881. Com a Reforma, os tipógrafos¹ foram excluídos do acesso ao voto e, como detentores de um saber fundamental – os jornais – estiveram diretamente ligados à expansão dos periódicos de orientação republicana em Pernambuco² (MAC CORD, 2014, P.167). Tipógrafos foram muito atuantes enquanto questionadores da reforma eleitoral, tornando-se ferrenhos defensores republicanos, tais como Pórcia Constança de Melo, que além de possuir uma tipografia era professora pública, onde se produziam os

1 João Ezequiel, por exemplo, foi um dos líderes do movimento operário no início do século XX e sua trajetória contou como participante do abolicionismo, da Liga Operária Pernambucana, fundador da União Tipográfica e redator do jornal marxista *Aurora Social* (SOUZA, 2018, p.176)

2 Em 1898 a *União da Classe Tipográfica Pernambucana* homenageou Martins Júnior com um busto em sua sede, reforçando essa ligação (O ORBE, AL, 11-3-1898)

exemplares do jornal *A República*. Fortunato Pinheiro, tipógrafo e empregado do comércio, através do seu jornal *O Rebate* defendeu que

...a reforma eleitoral é o padrão negro de vossas infâmias, porque vós viestes pela primeira vez a criar um eleitorado todo aristocrático, porque criastes o eleitorado do dinheiro, e não achais que o homem pobre tenha direito de votar, porém arrancais o pão de sua boca para pagar pesados impostos (O REBATE, PE, 16-5-1883)

Vale ressaltar, também, que é neste período (1875-1881) que os cursos de taquigrafia, também uma profissão especializada, oferecem aulas gratuitas aos jovens, tornando-se o celeiro inicial agregador de republicanos como o líder e fundador do Partido Republicano de Pernambuco, José Isidoro Martins Júnior³ e a família Falcão – especialmente Aníbal, Alfredo e Júlio Falcão⁴ – todos positivistas e responsáveis por organizar o movimento na província. Em se tratando de periódicos feitos por/para operários e trabalhadores em geral, há cinco específicos cuja orientação política republicana é defendida: *Liga Operária* (1877), *O Obreiro* (1889), *O Homem* (1876), *A Guerrilha* (1876), *O Petróleo* (1875). O jornal *Liga Operária*, por exemplo, era explícito quanto à necessidade de união dos operários para lutar pela República. Abaixo trago três diferentes trechos publicados em edições diferentes para ressaltar o quanto esse “chamamento” era constante

Sois a maioria do país, de um momento a outro podeis desassombradamente esmagar o tirano que vos oprime, a canga que vos avilta, o grillão que vos sopeia e empenumbra o vosso futuro, mas esse caminho é sanguinário [...]. Eia pois, artistas e operários, às escolas, aos comícios, ao trabalho, ao bem está físico e moral.

Ainda temos homens. O que nos falta por ora é a força. Com a união ela virá. Aliem-se pois, os operários, e o sol da regeneração iluminará seus dias.

Hemos de queimar o último cartucho, animando e exortando os nossos companheiros com a lógica do raciocínio e com a força, se a tanto obrigarem o árbitro e o desmando desta monarquia caduca e infensa aos brios e à existência de um povo, digno de melhor sorte, talhado para a ventura em um país rico por essência, grande pelas proporções que lhe ofertou a natureza

(LIGA OPERÁRIA, PE, 27-4-1877, 16-5-1877, 24-5-1877)

Há também alguns jornais que, apesar de não serem especificadamente voltados para um segmento social, mantiveram espaço aberto em suas colunas e/ou defendiam, dialogavam e tratavam de assuntos relacionados com trabalhadores, são eles: *A Opinião* (1879-1880), *O Democrata* (1880), *O Rebate* (1884-1889), *O Norte* (1889) e a *Folha do Norte* (1883-1884), órgãos centrais dos clubes e agremiações republicanas da capital pernambucana. *O Norte*, por exemplo, órgão oficial do Partido Republicano de

3 Martins Júnior, apesar de ter uma formação inicial como taquígrafo e ter dado aulas, não seguiu a carreira. Ficou conhecido pela sua atuação como professor de História, Direito e Filosofia, foi formado pela Faculdade de Direito.

4 Diferente de Martins Júnior, a família Falcão seguiu a carreira. Aníbal Falcão e Barros Cassal se demitem do cargo de taquígrafos da Assembleia Legislativa Provincial em julho de 1889 após as cenas de violência proferidas contra os meetings republicanos de Silva Jardim e declaram “incompatibilidade moral” com a permanência na instituição (O NORTE, PE, 24-7-1889).

Pernambuco, declarou em seu editorial de estreia que “a esperança do Brasil são as classes empobrecidas”, sinalizando sua orientação (O NORTE, PE, 5-6-1889). Semelhante apontamento é dado por *O Rebate*, quando declaram que “o homem do povo, o plebeu, encontrará sempre em nós o abrigo e acolhimento em prol de seus sagrados direitos” (O REBATE, PE, 1-8-1883). Em análises editoriais destes veículos, a percepção da aproximação entre a pauta positivista e a ação dos trabalhadores pode ser encontrada, por exemplo, no jornal popular diário e mais barato circulante em 1883

A lei, como transubstanciação dos princípios que regulam a conduta dos homens no conflito social, é uma resultante do desenvolvimento altruístico do indivíduo em favor da massa coletiva [por isso defendemos a] abolição da religião de Estado, a luta pelos direitos dos trabalhadores, a revogação da Carta de 1824, sendo o proletário o mais sacrificado (FOLHA DO NORTE, 26-6-1883)

Como apontei na introdução, uma das premissas mais difundidas pela historiografia perpassa a ideia de um “divórcio” entre a comunidade acadêmica e as demandas da população trabalhadora. Ainda que haja, de fato, uma diferença acentuada na condição social e acesso à educação, isso não significa que o movimento republicano vivesse encastelado por trás das paredes da Faculdade de Direito do Recife. Desta forma, estudos recentes têm ressaltado a importância que muitos bacharéis tiveram em romper os limites da sala de aula e usar as reflexões para uma realidade mais tangível, em crítica e endosso ao movimento operário (SOUZA, 2018, p.161). Por exemplo, em editorial lançado pelo jornal acadêmico positivista *A República* escrito pelo estudante Braz de Mello, trouxe a discussão da condição de vida do operário para dentro da instituição

...nos resta indagar: se porventura é condição essencial para o aumento da indústria a permanência do operário nesta pobreza extrema; ou então se existe com efeito algum meio prático, conterrâneo com a nossa mentalidade nova capaz de suprimir a miséria do assalariado, sem produzir, por outro lado, o estacionamento dos capitais ou a escassez de produção (A REPÚBLICA, PE, 15-5-1882)

Uma das principais características da imprensa republicana em Pernambuco entre 1875 e 1889 está na utilização massiva de ilustrações satíricas. Sobre isso, primeiramente, há o envolvimento direto de ilustradores específicos⁵, cuja orientação política era fundamental na popularização dos jornais republicanos. Em segundo lugar, como já dito antes, uma das formas de driblar a falta de acesso à instrução por parte da população, porém introduzindo conteúdo político, foi o quase domínio da imprensa ilustrada por republicanos: *O Diabo a Quatro*, *O Recife Ilustrado*, *América Ilustrada*, *O João Fernandes*, etc.

Além dos periódicos ilustrados, o teatro também foi um veículo de propaganda republicana através de peças com teor social específico como os dramas *Os Filhos da*

5 Crispim Amaral, Libânio Amaral, Livino Amaral, Antônio Vera Cruz e Rodolfo Lima.

Canalha (Joaquim Nunes)⁶ e *O Plebeu* (Ribeiro da Silva⁷), encenados principalmente através de agremiações populares, especialmente o *Clube Martins Júnior*, especialista nesse tipo de propaganda. O próprio Martins – que apesar de ser homenageado pelo clube com seu nome, não fez parte dele – considerava que “os trabalhadores da criação e os trabalhadores da interpretação” deveriam ser ajudados no processo de propaganda pelo teatro (A ARTE DRAMÁTICA, PE, 14-2-1884). O *Clube Martins Júnior*, por sinal, foi junto com o *Clube do Cupim*⁸, um agrupamento que permitia a presença de trabalhadores, escravos, libertos e mulheres em sua associação e tinha, como orientação obrigatória, a defesa da abolição sem indenização, a República e a instrução pública gratuita sendo esta última, inclusive, ofertada aos seus associados.

Outro fator relevante está na escolha dos locais para as apresentações de teatro, fora do tradicional e elitista Teatro de Santa Isabel. Em sua maior parte, as peças teatrais com conteúdo social como as citadas, eram encenadas nas casas mais simples como o Teatro Santo Antônio e o Teatro Variedades, pertencente à fábrica de cigarros Apolo. Fortunato Pinheiro, em artigo de *O Rebate*, demonstra essa preocupação com seus meetings ao revelar que “resolveu fazer conferências nas praças públicas dessa cidade [...] destinado para aqueles que não podem comparecer em certos lugares” (O REBATE, PE, 20-9-1884). Martins Júnior tinha como auditório “formado quase sempre pelos ignorados do bas-fond social” (A CULTURA ACADÊMICA, 1904, p.51). Em adição a isto, as apresentações eram gratuitas e abertas ao público em geral, sem distinção. Em diálogo entre as redações de *O Norte* – órgão oficial do Partido – e *O Obreiro*, a preocupação com a propaganda junto ao público revela-se primordial

Se não podemos convencer, porque não somos entendidos, o nosso dever, em vez de abandonar os que tiveram a paciência de ouvir-nos, é procurar linguagem mais adaptada às condições de espírito dos ouvintes, é procurar uma dialética – mais insinuante e mais clara [...] Se o auditório é indiferente, o doutrinador deve procurar saber porque. Arranje um assunto que chame a atenção e só depois comece a propaganda [...] Não bastará elevar a voz para vencer a distância, ou mudar a posição? Será preciso abater uma parede? (O NORTE, PE, 27-7-1889)

Dentre os clubes republicanos feitos por trabalhadores temos nesta pesquisa a *Liga Operária de Pernambuco*, a *União Artística Republicana*, o *Clube Republicano de Limoeiro*⁹ e os *Clubes Republicanos Paroquiais* (Recife, São José e Boa Vista). Há relatos de um “Partido Artístico” existente em 1880, cujo secretário era Miguel Xavier de Souza Fonseca, divulgação foi dada pelo jornal *O Democrata*, porém sem ser possível verificar

6 Peça de teor anarquista muito ambientado no Brasil no final do Império e começo de República entre organizações operárias. Joaquim Nunes também é responsável pela *Corja Opulenta*, drama abolicionista com inclinações republicanas muito famosa na época.

7 Todas as peças de Ribeiro da Silva têm teor social. Seu drama mais conhecido é *Cóia, Filha de Agar* (drama abolicionista com personagem principal positivista), *Consequências de um Rapto* e *Uma Noiva Masculina*.

8 A diferença é que o Clube do Cupim não defendia a República, apesar de ter republicanos em suas fileiras.

9 O Clube Republicano de Limoeiro foi formado exclusivamente por “homens do povo e artistas”, sendo a única agremiação do interior da província formada integralmente por proletários (O NORTE, PE, 2-7-1889).

sua existência por outras fontes (O DEMOCRATA, PE, 12-6-1880). Outra associação citada apenas como “Sociedade Artística” participavam Pedro Américo, Antônio da Silva Guimarães, Thiago da Fonseca e Libânio Amaral (um dos maiores ilustradores dos jornais de Pernambuco) (O NORTE, PE, 13-8-1889). Dentre as agremiações republicanas gerais – que contam com diversos outros segmentos sociais, tais como comerciantes, empregados públicos, músicos, médicos, professores, bacharéis, etc. – temos o *Clube Democrata*, *Centro Republicano de Pernambuco* e *Partido Republicano de Pernambuco*. Foi através do *Clube Democrata* que a primeira chapa abertamente republicana foi lançada em 1880, motivada diretamente pelas discussões sobre a Reforma Eleitoral. Os nomes divulgados demonstram a aproximação entre a classe comercial¹⁰, artística, profissional liberal e acadêmica em torno de uma agremiação positivista pela primeira vez em Pernambuco (A OPINIÃO, PE, 27-4-1880).

Sobre os Clubes Republicanos Paroquiais é necessário um adendo específico. Diferente de outras agremiações republicanas, os CRP’s surgiram a partir das lideranças de bairro, muitos dentro de casas populares em torno de paróquias e congregavam uma espécie de “líder comunitário” daquela população. Um desses foi o curandeiro João Carolino, fundador do CRP de São José (SOUZA, 2018, p.112). Desta forma, diferenciavam-se dos Clubes Republicanos Acadêmicos – CRA’s – que tinham uma estrutura voltada para os estudantes da Faculdade de Direito e possuíam pautas mais voltadas para a doutrina e propaganda via imprensa. Os CRP’s surgiram *antes* da República e representam um tipo de associação local popular que já defendia a mudança de regime como um caminho para o fortalecimento comunitário. Uma das associações melhores articuladas é a *União Artística Republica* que, em circular aos “concidadãos” deixou claro que a monarquia era um “vírus” e “nós, os artistas de Pernambuco, deliberamos enveredar pelo caminho que leva ao sistema republicano, único compatível com as aspirações populares” (O NORTE, PE, 15-9-1889).

A difusão destes clubes, bem como a participação de trabalhadores nos órgãos centrais do movimento republicano – até mesmo em suas diretorias – reforça o argumento de que a República era tida, por uma ampla gama de profissões, como um caminho alternativo para os anseios por mudanças, e muito longe de serem coadjuvantes deste processo, foram atuantes na luta pela propaganda e ação contra a monarquia. Apesar de equivocadamente associar os republicanos históricos a uma postura “antidemocrática” – e assim deslegitimando a importância do movimento -, Felipe Azevedo em sua tese elencou o surgimento exponencial de 22 associações republicanas de bairro entre 1889 e 1891 tanto no Recife como nas cidades vizinhas (SOUZA, 2018, p.94).

10 A classe comercial esteve fortemente associada ao movimento republicano em Pernambuco, especialmente após uma série de reformas no tradicional Mercado de São José que expulsou muitos deles do entorno em 1880. Também está relacionada com a alta dos preços em decorrência da Grande Seca de 1878 e a maior participação de capitalistas estrangeiros na cidade do Recife, especialmente britânicos.

3 | O MOMENTO DA ESPERANÇA

Com o 15 de novembro, a Carta de 1824 estava momentaneamente suspensa, gerando um novo precedente: a República vingaria? E se vingasse, qual República seríamos? Nesta República, há espaço para novos atores? A nova Carta constitucional que seria escrita, estava em aberto, em branco. É justamente entre 15 de novembro de 1889 e a promulgação da nova constituição em 24 de fevereiro de 1891 que os setores esperançosos com o momento iriam aprofundar suas pautas de luta, a reivindicação por direitos e, principalmente: a cobrança pelas promessas. Em editorial lançado pela *Folha do Norte* em 26 de junho de 1883, por exemplo, defenderam abertamente 4 pautas imediatas da República: abolição da religião de Estado, revogação da Carta de 1824, diminuição de impostos aos proletários e garantia de direitos aos trabalhadores (FOLHA DO NORTE, PE, 26-6-1883). Em Pernambuco, a associação mais fortemente ligada a essa ligação entre República e interesse dos trabalhadores foi a *Liga Operária Pernambucana*, fundada em 1886, e responsável pela luta das oito horas (SOUZA, 2018, p.136).

Por essa razão, as associações estabelecidas na época da propaganda – entre muitas lideranças positivistas, em específico, e organizações trabalhistas – continuaram a lutar pela conquista desses direitos. Devemos lembrar, entretanto, que a parcela mais popular, mais radical do movimento republicano – que em sua maioria era positivista, tais como Silva Jardim¹¹ e Martins Júnior – apesar do entusiasmo pelo novo regime, foram também alijados do processo de Proclamação, estando numa relação aproximada com as organizações trabalhistas no sentido de buscar espaço na República. Com o novo regime, a direção central do *Partido Republicano de Pernambuco* (PRPE) promoveu e incentivou a criação de *Clubes Republicanos Paroquiais* em Recife, tornando o ano de 1890 um celeiro dessas agremiações.

Tomarei como eixo de análise a relação entre o líder positivista e criador do Partido Republicano de Pernambuco, José Isidoro Martins Júnior, com as demandas operárias na República para este artigo¹². Uma dessas ‘cobranças’ aconteceu durante o processo de formação da Constituinte Nacional em 1890. Dentre os candidatos indicados para a chapa, encabeça a lista o líder que, apesar de bacharel, foi apoiado pelo *Clube Republicano Paroquial de Santo Antônio* e pelo *Congresso Artístico Pernambucano* (A EPOCHA, PE, 22-8-1890). Esta aproximação do líder do PRPE (e editor-chefe da *Folha do Norte*, citada

11 Silva Jardim, apesar de ser do Sul, foi “abraçado” politicamente pelo Norte do Império, que o apoiou após o rompimento com a liderança liberal de Quintino Bocaiúva. Foi candidato a deputação geral pela Bahia, recebeu apoio oficial dos partidos do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Norte e apoio parcial de grupos positivistas no Ceará, Amazonas e Paraíba. Desta forma, os movimentos republicanos no Norte do Império demonstraram uma orientação divergente do Sul, em vários sentidos. O paulista defendia uma República com participação popular, em que o povo é “o pobre, o fraco, o proletário” (MELLO, 2010, p.20)

12 Outro republicano de propaganda também relacionado com essas demandas foi o pintor Jerônimo José Telles Júnior que apresentou o projeto nº10 aprovado na Câmara estadual, porém rejeitado no Senado, em que estabelecia: igualdade entre ricos e pobres, leis sociais, 8 horas de trabalho, aposentadoria, acesso à escola e mudanças no regime de trabalho para mulheres e crianças (MAC CORD, 2016, p.190)

acima) também se evidenciou através da tradicional *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais*, recitando seus poemas científicos no 40º aniversário (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12-12-1881) convidado para a festa de 48º aniversário da associação em janeiro de 1890 (JORNAL DO RECIFE, 23-1-1890) e paraninfo do 50º aniversário em 1892 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 8-1-1892)¹³, evidenciando que o estabelecimento de uma relação com os líderes republicanos passou a ser necessária para a manutenção e conquista de prestígio no novo regime.

O estabelecimento dessas relações desde a época de propaganda era uma estratégia importante para ter, dentro do regime, aqueles quem pudessem interceder pelas demandas trabalhistas. Martins Júnior, por exemplo, foi representante da manifestação de trabalhadores de uma fábrica de fósforos de Pernambuco na Câmara em 1899 (GAZETA DE PETRÓPOLIS, RJ, 5-8-1899), bem como dos operários demitidos dos arsenais da Capital no mesmo ano (A REPÚBLICA, SC, 19-7-1899). Mas essas ligações com ele vinham desde o início da década de 1880, como o pedido de intervenção feito pelos caixeiros junto a *Folha do Norte* para a criação de sua associação beneficente (FOLHA DO NORTE, PE, 26-7-1883), o apoio deste jornal à greve dos merceeiros contra o imposto de 120 réis sobre vinho e vinagre (FOLHA DO NORTE, 4-8-1883), bem como apoio e estímulo à greve dos operários da capatazia da alfândega em busca por salários atrasados (FOLHA DO NORTE, PE, 5-6-1884), seu discurso promovido na festa dos operários do Arsenal (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14-5-1884) e novamente pela “Sociedade Artística” no préstito de comemoração à eleição de Joaquim Nabuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19-6-1884). Em outro momento, durante sua candidatura para deputação estadual, Martins Júnior colocou, como parte das suas promessas de campanha lutar pela “difusão do ensino primário e do ensino técnico (escolas de agricultura, comércio, artes mecânicas, liberais e dos ofícios)” (O NORTE, PE, 6-8-1889). O que o fez ser homenageado pelos empregados do comércio e “classes trabalhadoras” no seu aniversário nos festejos que tomaram o Recife em 1892 (JORNAL DO RECIFE, 23-11-1892).

Tomando como exemplo o líder principal do movimento republicano em Pernambuco em torno da sua própria trajetória política na República, já é possível perceber a continuidade do processo de propaganda e as cobranças feitas pelos operários no novo regime. Além de ser indicado para a chapa da Constituinte Nacional¹⁴, também passou a ser “buscado” pelos trabalhadores quando sua carreira passou a se estabelecer no Rio de Janeiro. Essas cobranças ficaram ainda mais claras após o fim do ‘movimento jacobino’¹⁵ do qual fez

13 Faço questão de ressaltar a sua participação mais de uma vez, em três momentos distintos, para indicar que a aproximação com lideranças republicanas com a Sociedade Imperial já existia bem antes da Proclamação, evitando assim o argumento de que esta sociedade apenas se “adaptou” ao novo regime...

14 Terminou por não participar da chapa combinada por desavenças com Barão de Lucena.

15 O movimento ‘jacobino’ é considerado o lado mais “radical” do florianismo e esteve mais próximo das ruas e demandas populares. Diversos políticos se envolveram com o jacobinismo, incluindo José Isidoro Martins Júnior (QUEIROZ, 1986, p.38). Como parte integrante da comissão fúnebre a Floriano Peixoto – as comemorações da morte dele eram extremamente populares no Brasil – Martins Júnior dedicou carta de agradecimento a todos os “proletários e mulheres”

parte, e que lhe rendeu a degola em 1898. É com o completo alijamento político sofrido a partir de então que Martins Júnior – bem como os positivistas em geral, como Vicente de Souza¹⁶ – reforçam ainda mais sua aproximação com as entidades classistas. A classe dos amanuenses da Diretoria Geral de Estatística cobrou de Martins Júnior, por exemplo, apoio à emenda que impedia a desorganização do serviço estatístico e a garantia de classe durante o governo Prudente de Moraes, o que obtiveram resposta positiva através do seu discurso promovido na Câmara em defesa desses trabalhadores (O PAIZ, RJ, 21-12-1897).

Em agosto de 1900, em matéria divulgada pelo jornal anarquista *O Clarim Social*, sabemos que Martins Júnior foi chamado pela classe dos cigarreiros para justificar um possível aumento das taxas sobre o fumo. Em reunião com os operários – que temiam demissões – Martins Júnior precisou se explicar, orientando que o imposto era sobre o fumo internacional, protegendo o operário nacional¹⁷, como era sua orientação desde o Império, ao que “O Dr. Martins Júnior foi muito aclamado pelos oitocentos operários reunidos e deliberou dirigir-se aos proprietários das fábricas pedindo que não provoquem o operariado com medidas violentas” (O CLARIM SOCIAL, 8-8-1900). Portanto, não é nenhuma coincidência que, 10 anos antes, o jornal *Minha Esperança*, distribuído na Fábrica de Cigarros a Vapor de Antônio Francisco da Cruz, os operários assim se direcionaram ao líder republicano: “Dr. Martins Júnior: o republicano puro, o que mais se sacrificou, o que mais soma de simpatias populares angariou, foi incontestavelmente, Martins Júnior” (MINHA ESPERANÇA, fevereiro, 1890). Todas essas associações ajudam a explicar como, em 1903, Vicente de Souza – presidente do Centro das Classes Operárias, e antigo positivista – dirige a Martins Júnior e Lúcio de Mendonça o convite para fazer parte da comissão de jurisconsultos para a elaboração do primeiro código do Direito Trabalhista no Brasil, ao que responde:

Rio, 8 de novembro de 1903

Exm. Sr. Vicente de Souza,

De posse do ofício do Centro das Classes Operárias, datado de 31 de outubro próximo passado, em que essa honrosa associação me honra com um convite para fazer parte da comissão dos jurisconsultos que deve lançar as bases de uma legislação operária no Brasil, venho gostosa e desvanecidamente declarar-vos para que o façais constar no Centro que aceito a pesada, mas honrosa incumbência e que sou grato à distinção que me é conferida no aludido ofício. Aguardando a necessária convocação dos demais membros da comissão para entrar em trabalhos, desde já me ponho às ordens do Centro do seu benemérito presidente e subscrevo-me com prazer

Vosso patricio, admirador e amigo afetuoso,

José Isidoro Martins Júnior

(JORNAL DO BRASIL, RJ, 4-12-1903)

que lutaram pela “verdadeira” República (A NOTÍCIA, RJ, 28/29-6-1898)

16 Formação positivista de Vicente de Souza – depois adepto do socialismo – foi indicado por Ana Flávia Magalhães Pinto (2019, p.279).

17 Esta era, inclusive, uma das orientações da Liga Operária Pernambucana, criada em 1886, e fortemente atuante no início da República no combate a mão de obra estrangeira (MAC CORD, 2016, p.181)

Em março de 1904 foi eleito diretor do Centro dos Empregados de Ferrovias (TAGARELA, RJ, 31-março-1904), associação com 2200 sócios, ao que se destina, em suas palavras:

...presta aos sócios auxílios possíveis e opõe-se a qualquer ato que possa prejudica-los; promove o bem estar de todos os associados e suas famílias, quer melhorando-lhes as dificuldades quando enfermos e impossibilitados de angariar meios de subsistência, quer instituindo-lhes pensões quando, por invalidez, e avançada idade, fiquem sem trabalho; procurando, por meio de delegados do centro, **resolver todas as questões entre empregados e patrões, evitando, por meios pacíficos, toda e qualquer desinteligência que possa provocar greves e a desorganização do trabalho**, cuida de propagar a instrução dos sócios, envida todos os esforços para empregar os associados, faz e coaduna os funerais, desde que estejam quites; institui pensões às famílias dos que morreram; organiza e cooperativa, prestar fianças e adiantar dinheiro aos associados que estiverem no gozo dos seus direitos (JORNAL DO BRASIL, 16-03-1904, negrito meu)

O trecho em negrito destacado acima indica como o pensamento positivista se mesclou às associações de beneficência¹⁸, em contraposição às ideologias que pregavam métodos mais “assertivos” para a conquista de direitos (SUPERTI, 2003, p.8). Apesar disso, a ligação entre as lideranças e o movimento trabalhista não deixou de se adaptar às mudanças e demandas surgidas, sendo um dos primeiros projetos de legislação social promovida por Teixeira Mendes em 1912: pensão para mulheres, idosos com mais de 63 anos e inválidos; oito horas de trabalho, salário mínimo, descanso semanal, férias de 15 dias, direito à higiene e segurança; proibição de trabalho aos menores de 14 anos e redução a 3 vezes por semana e 3h por dia para os jovens de 14 a 21 anos, garantindo assim o direito à educação (SUPERTI, 2004, p.130-1).

4 | CONCLUSÃO

Uma análise inicial do movimento republicano em Pernambuco permite fazer contestações ao senso comum acerca da tese dos bestializados. Estou de acordo com a conclusão de análise de Marcelo Mac Cord quando afirma que os trabalhadores em Pernambuco depositaram grande esperança no novo regime e “ficou extremamente motivada para lutar por mais autonomia política, econômica, cultural e social” (MAC CORD, 2016, p.180). Muito longe de serem indiferentes ou “massa de manobra”, os trabalhadores e trabalhadoras buscaram uma aproximação estratégica com as lideranças positivistas em Pernambuco, caminho mais aproximado para obtenção de direitos na República. Tudo isto nos permite afirmar que as conclusões de pesquisa em encastelam a Faculdade de Direito do Recife e isolam-nos da realidade concreta da população, bem como marginaliza o Norte do Império pela luta contra o Império, tornam-se análises insuficientes para compreender a participação dos não-bestializados.

¹⁸ Também era uma orientação do Congresso Artístico Operário de Pernambuco que buscava evitar a necessidade de greves e dialogar com as autoridades públicas, como o próprio Martins (MAC CORD, 2016, p.186)

REFERÊNCIAS

Periódicos: O Democrata (PE, 1880); Folha do Norte (PE, 1883-1884); Revista do Norte (PE, 1887); A Opinião (PE, 1879); Tribuna do Povo (PE, 1879); Voz do Povo (PE, 1875); O Petróleo (PE, 1880); A Guerrilha (PE, 1876); O Rebate (1883-1889); Liga Operária (PE, 1877); O Norte (PE, 1889); A República (PE, 1882); Jornal do Recife (PE, 1875-1900); A Arte Dramática (PE, 1884); A Cultura Acadêmica (PE, 1904); A Epocha (PE, 1890); Diário de Pernambuco (PE, 1875-1900); Gazeta de Petrópolis (RJ, 1899); A República (SC, 1899); O Paíz (RJ, 1897); O Clarim Social (PE, 1900); Minha Esperança (PE, 1890); A Notícia (RJ, 1898); Jornal do Brasil (RJ, 1903); Tagarela (RJ, 1904); O Orbe (AL, 1898)

BUENO, Almir de Carvalho. **A trajetória de uma desilusão: Silva Jardim e Aníbal Falcão:** dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900). Dissertação em História, PUC-SP, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo : Cia das Letras, 1987.

FERREIRA, Luiz Otávio. **O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX.** *Revista Fênix*, Uberlândia, v.4, n.3, 2007.

LIMA, Fátima Maria Batista de. **Um olhar sobre a cidade do Recife na Emparedada da Rua Nova de Carneiro Vilella.** 2005. Dissertação (mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MAC CORD, Marcelo. **Direitos trabalhistas em construção:** as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco (1890-1891). *Revista Tempo*, Niterói, vol.22, n.39, 2016.

MAC CORD, Marcelo. Imperial **Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais:** mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. de M. (org.). *Organizar e proteger:* trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp; FAPESP, 2014.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida:** cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2007.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. **República versus Monarquia:** a consciência história da década de 1880. *Revista História Unisinos*, São Leopoldo (RS), v.14, n.1, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Vicente de Souza:** intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.32, n.66, 2019.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república.** Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social:** liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2012.

SIMON, Maria Cecília. **O Positivismo de Comte.** In: REZENDE, Antônio. *Curso de Filosofia*. 15º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (1880-1900)**. Tese em História, UNICAMP, São Paulo, 2018.

SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletário ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 2004.

SUPERTI, Eliane. **O positivismo de Augusto Comte e seu projeto político**. Revista Hórus, FAESO. São Paulo: 2003.

CAPÍTULO 9

A DOCTRINA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ E O DIREITO DE CONVERTER E SER CONVERTIDO

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 12/03/2021

Adelmo José da Silva Filho

Mestrando em História na Universidade Federal
de Alfenas
<http://lattes.cnpq.br/2670903574131491>

RESUMO: Desde o primeiro contato entre Europeus e Nativos da América o contraste cultural fica evidente e dele surgem questões importantes, e esforços de criar justificativas no processo de domínio forçaram os teóricos e missionários a dissertar, dentre outros temas, acerca da conversão, principal elemento legitimador presente nos discursos colonizadores. E é acerca deste direito a converter e a ser convertido que buscarei tratar neste trabalho. Tratarei de apresentar o tema com base em vários tratados de teólogos das universidades ibéricas, bem como missionários, que, frontalmente, condenavam a brutalidade do processo. Algo que se pode entender como Escola Ibérica da Paz, um conjunto de justicólogos, e missionários, que foram críticos ferrenhos da lógica da dominação e da violência, alicerçada, sobretudo, no discurso do suposto objetivo da conversão. Há nestes tratados, recentemente localizados, traduzidos e publicados a defesa de uma paternidade divina comum a todos os homens, a origem popular do poder, a ideia de um direito universal e outros temas discutidos pela escola, que apontam para uma lógica moral de tolerância e defendem que

a guerra e, especialmente a conversão, devem ocorrer sob critérios morais, que não representem danos ao catequizado nem ao missionário. Os escritos estabelecem que a postura do cristão, especialmente no novo mundo, não deve se distanciar da razão, razão esta que, para a Escola Ibérica da Paz, é um dom legado por Deus aos homens, de modo que o seu uso se torna obrigatório para orientar a vida, logo, a injustiça em qualquer espaço do mundo, perpetrada por qualquer indivíduo, é injustificável, mesmo que em nome da salvação de almas.

PALAVRAS-CHAVE: História Ibérica; História do Direito; História da Filosofia; Pensamento Ibérico; Escola Ibérica da Paz.

THE DOCTRINE OF THE IBERIAN PEACE SCHOOL AND THE RIGHT TO CONVERT AND BE CONVERTED

ABSTRACT: Since the first contact between Europeans and Native Americans, the cultural contrast is evident and important questions arise from it, and efforts to create justifications in the process of domination forced theorists and missionaries to speak, among other themes, about conversion, the main legitimizing element present in colonizing speeches. And it is about this right to convert and to be converted that I will seek to address in this work. I will try to present the theme based on various treatises by theologians from Iberian universities, as well as missionaries, who, frontally, condemned the brutality of the process. Something that can be understood as the Iberian peace school, a group of theologians, and missionaries, who were staunch critics of the logic of domination and violence, based, above

all, on the discourse of the supposed objective of conversion. In these treaties, recently located, translated and published, the defense of a divine fatherhood common to all men, the popular origin of power, the idea of a universal right and other topics discussed by the school, which point to a moral logic of tolerance and they argue that war and, especially, conversion, must take place under moral criteria, which do not represent damage to the catechist or the missionary. The writings establish that the Christian's posture, especially in the new world, should not be distanced from reason, a reason that, for the Iberian Peace School, is a gift bequeathed by God to men, so that its use becomes mandatory to guide life, therefore, injustice anywhere in the world, perpetrated by any individual, is unjustifiable, even in the name of the salvation of souls.

KEYWORDS: Iberian History; History of Law; History of Philosophy; Iberian thought; Iberian Peace School.

Quicum que non receperint vos, neque audirint sermones vestros, exeuntes foras de domo, vel civitate, excutite pulverem de pedibus vestris, in testimonium illis (Vieira, 2018, p. 306).

1 | INTRODUÇÃO

Antes de qualquer coisa é preciso destacar a excepcionalidade do contexto histórico em questão, os séculos XVI e XVII, não somente pela experiência sem precedentes do contato entre o europeu e o nativo da América, mas na igualmente surpreendente situação que, por conta disto, se desenvolveu nas universidades da península ibérica.

Diante dos relatos da conquista não houve passividade e indiferença por parte dos justeiros ibéricos, contrário da percepção que predomina, este período, do ponto de vista intelectual, na península não se limitou a reproduzir o um tipo de medievalismo reacionário, mas produziu uma rica filosofia com fortes inclinações humanistas e democráticas, conforme discute a Prof.^a Loureiro em sua premiada tese de Doutorado (2015, p. 228).

Acompanhando a percepção de Loureiro acerca da falsa ideia que se tinha dos teóricos daquele contexto e espaço, e por conta desta indiferença, hoje, com a publicação dos tratados referentes a *Escola Ibérica da Paz*, e a discussão decorrente, pode-se traçar uma frutífera discussão a partir destas fontes primárias. O conceito de *Escola Ibérica da Paz* remete ao trabalho do Prof. Pereña (1984), que publicou ainda na década de 1980 os tratados oriundos dos mestres de Salamanca, Alcalá de Henares e Valladolid, cuja recentemente, nos últimos anos, tem sido, como contribuição de suma importância, sido também publicados os tratados do lado português da *Escola*, pelo Prof. Calafate (2015).

A publicação dos tratados dos mestres portugueses tem dado um suporte ainda maior a tese já defendida pelo Prof. Pereña há algum tempo, a de que a então conhecida como *Escola de Salamanca* não se delimitava nas fronteiras da universidade de Salamanca e, nem mesmo, nas fronteiras da Espanha, mas compunha uma comunidade acadêmica muito mais ampla, englobando as demais universidades ibéricas:

Se na biblioteca universitária de Coimbra é possível encontrar hoje, uma das coleções mais ricas dos mestres salmantinos, também entre os fundos espanhóis, procedentes dos colégios maiores de Salamanca, podemos encontrar as mais importantes leituras de Coimbra. Esta comunicação constante de ideias contribuiu para o progresso da Escola e para a consolidação da sua unidade doutrinal (PEREÑA, 1984, p. 313).

Deste modo percebe-se se tratar, muito concretamente, de uma *Escola* de pensamento, que comunga de uma doutrina comum, ainda que, como qualquer espaço de livre pensamento haja uma pluralidade de ideias, a formação de uma mentalidade muito destacada acerca da justiça é evidente. Para os teóricos e missionários ibéricos que compunham a *Escola* é indissociável a natureza humana de seu Direito inerente.

A ideia de coesão deste grupo é compartilhada por Duve (2018), Loureiro (2013; 2015) Calafate (2014), Cardim (2019), Trindade (2015) e demais pesquisadores, da Filosofia, Direito e História, acerca da escola, é que, não se trata somente de reflexões isoladas, mas um movimento que, orientado por princípios em comum, manteve duras críticas e apontaram para as violações do direito natural ocorridos na América.

É curioso perceber que se tratam de sujeitos inseridos dentro de estruturas de poder e eclesiásticas, são, portanto, parte da instituição de poder que patrocinou as várias violações no contexto de conquista da América, mas, como qualquer espaço de poder, a divergência existe e a ideia de uma hegemonia de pensamento, ainda que em uma instituição doutrinal como a católica ou a imperial é, em certa medida, utópica.

Ainda que mais conveniente fosse a mera aceitação dos fatos e a complacência frente a injustiça, digo, para suas carreiras acadêmicas e eclesiásticas, de modo que deste modo seriam ainda mais lembrados, longe da censura como destaca a Prof.^a Loureiro, optaram por seguirem o princípio moral da *Escola Ibérica da Paz* e contrapor o discurso da conquista.

Para este trabalho em questão, dada a vastidão de temas possíveis frente as fontes mencionadas, elege-se o tema da conversão, que, pode-se crer tratar-se do elemento central no que diz respeito ao discurso da suposta legitimidade da tomada de territórios e da escravidão dos nativos.

Esta discussão, portanto, buscar discutir o direito a conversão para o conjunto de teólogos e missionários da Escola Ibérica da Paz. Tal questão vai ser tratada fundamentalmente em uma harmonia entre a ideia de paridade entre os reinos, e o jus praedicandi, o direito a pregar, ambas ideias de grande importância nos debates da *Escola*.

Adiante buscar-se-á apresentar a posição da *Escola* frente a questão da conversão, inicialmente um paradoxo, dado que se tratam de sujeitos verdadeiramente compromissados com a fé católica. Ademais, por este mesmo motivo, o compromisso com a doutrina católica, a escolástica tomista e os princípios do cristianismo não tornam a pregação justificável *ad infinitum*, pelo contrário, estabelece critérios e limites para tal.

Não era lógico nem justo que para a salvação das almas nativas tantas outras sejam

perdidas, a elas negadas a salvação eterna, pela prática injusta no contexto colonial e missionário. Para sustentar esta discussão os justicólogos partem da *recta ratio* de Cícero, alinhada ao legado de Tomás de Aquino, a um norte moral para a relação entre os povos.

Cançado Trindade, atualmente juiz do Tribunal Penal Internacional, tendo sido membro e presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, professor de Direito e figura de grande importância no direito internacional teórico, doutrinário e prático, trata os mestres ibéricos como *pais fundadores do direito das gentes* (TRINDADE, 2007, Pág. 151).

Um reconhecimento justo dado que dos teóricos em questão Francisco Suárez e Vitória são discutidos nos cursos de Direito, mas sem a devida importância e contexto, dado que são parte de um movimento muito maior e com êxitos teóricos muito superiores ao que é popularmente conhecido, graças, em grande parte ao preconceito por se tratarem de teólogos e também pela censura que sofreram em seu tempo pelo poder imperial e papal, dado que suas ideias contrariavam estes interesses. É uma situação onde há uma dupla censura (LOUREIRO, 2015, p. 22), e cabe a ciência resgatar este contexto e debate e dar suporte as discussões contemporâneas acerca do Direito internacional e humano.

Vale destacar que Cançado Trindade enquanto Juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos fundamentou vários de seus votos em favor de povos indígenas e questões envolvendo o direito natural nos tratados da *Escola Ibérica da Paz*, com êxito, o que corrobora a ideia da importância no estudo de tais tratados e do uso prático da História na contemporaneidade (cf. LOUREIRO, 2015, pp.156-197).

O professor Calafate, coordenador do esforço de pesquisa português, aponta em vários trabalhos (2014; 2015; 2017) a existência nestes tratados, defesas enfáticas da igualdade entre os homens, paridade de legitimidade entre reinos católicos e não católicos, em suma: um direito natural e universal, fundado na teologia católica e na filosofia clássica, elemento que se confirma onipresente na produção acadêmica de todos os membros da *Escola*, valendo lembrar que tais membros não são exclusivamente catedráticos mas também missionários no *além mar*.

Quanto aos tratados escritos pela Escola Ibérica da Paz nesta é enfático e unanime o repúdio à tomada de territórios e à escravidão, ou seja, há uma defesa de uma liberdade política universal (CALAFATE, 2012, p.35), e, especialmente, Francisco Suárez, catedrático jesuíta em Coimbra, defende que a origem do poder se encontra no povo, na sociedade que, recebendo o poder de Deus, delega a um representante político (CALAFATE, 2012, p.153). Tal concepção é desenvolvida por Suárez para condenar o rompimento de Henrique VXIII com a Igreja Católica, mas se estende a contestação da legitimidade do poder imperial, inclusive do mundo católico, bem como a afirmação de legitimidade de um líder não cristão, no caso os povos indígenas e sua organização social, bem como os islâmicos e outros não católicos.

Este exemplo ilustra o motivo pelo qual a censura aos tratados e teóricos foi imposta bem como a importância de se atentar a natureza de tais escritos que, já nos séculos XVI

e XVII tratavam de questões que a maioria não identificaria como parte de uma produção acadêmica católica escolástica, como a ideia de uma *origem popular do poder* (CALAFATE, 2015, Pág. 22), a paridade de direitos entre os povos culturalmente distintos, a repulsa a tomada de territórios pela força, e outros temas.

Como proposto para a presente exposição importa para contestar a ideia do direito a conversão especialmente apresentar a concepção de igualdade de poder entre os reinos católicos e pagãos, de modo que não se sustenta a ideia de fazer guerra em nome da conversão. De fato, dentre os títulos aceitáveis para mover *guerra justa*, para a *Escola Ibérica da Paz*, são raras as circunstâncias que justificam a guerra e a guerra, ainda que justa, deve ter limites morais¹.

2 | O DIREITO A PREGAR E CONVERTER PACÍFICAMENTE

Padre Antônio Vieira, notável missionário jesuíta e componente da *Escola Ibérica da Paz* em seu *Voto sobre a dúvida dos moradores da aldeia de São Paulo* é direto no que diz respeito a soberania e a liberdade dos nativos:

Assim como o espanhol ou genovês cativo em Argel é, contudo, vassalo do seu rei e da sua republica, assim o não deixa de ser o índio, posto que forjado e cativo, como membro que é do corpo e cabeça política da sua nação, importando igualmente para a soberania e liberdade, tanto a coroa de penas como a de ouro, e tanto o arco como o cetro (VIEIRA, 2014, p. 274).

Vieira ao defender este ponto sustenta a concepção central da *Escola* de que não é legítimo mover guerra contra um reino pagão sem motivo justo, já que o fato de não serem católicos não os colocam em condição de inferior legitimidade de poder. Desta forma não se sustenta uma guerra motivada pela conversão.

Os teóricos da *Escola*, desenvolvem uma sólida argumentação ético-moral fundada nas escrituras da Bíblia Católica e da tradição cristã, questionam a jurisdição papal e imperial, a noção de poder, os crimes contra a humanidade, discutindo o direito de resistência indígena frente a ocupação, dentre outros temas sensíveis a época e, ainda hoje, na contemporaneidade no campo do Justiça e da Política.

Os debates e tratados englobavam os princípios éticos, jurídicos e políticos da convivência entre os povos culturalmente diferentes, tendo como plano de fundo a escolástica trataram de temas de suma importância e criaram uma sólida tratadística e doutrina. Pregavam a necessidade de se respeitar a soberania indígena na América pois o direito era natural e comum a todos os homens, Deus havia criado todos os homens igualmente livres, portanto há de se respeitar a legitimidade e soberanias indígenas pois o poder político dos “príncipes pagãos” era o mesmo que entre os cristãos (CALAFATE,

¹ Um exemplo claro destas limitações é a *quaestio 3* respondida por Pedro Simões em seu *Annotationes in Materiam De Bello* de 1575 (cf SIMÕES in: CALAFATE (Org.) A Escola Ibérica da Paz nas Universidade de Coimbra e Evora (Século XVI), v.I, 2016).

2015, Pág. 22-23).

Assim sendo não poderia haver prevalência de uma cultura sob a outra seja por qualquer motivo que for, ainda que estejam se tratando de não cristãos pois ainda assim foram criados da mesma maneira por Deus (VITORIA, 2008, Pág. 325).

Fundamentalmente a conclusão que sustenta a concepção é a de que o poder do príncipe cristão ou do papa não se estende a *totus orbe*, concepção confirmada por Luís de Molina (2016, p. 81), Domingo de Soto², Francisco de Vitória³ e Pedro Simões (2016, pp.115-116). Afirma Simões:

O papa não é senhor de todo o orbe nas coisas temporais. Esta conclusão encontra-se em Vitória, nas obras *De ecclesiae potestae*, fol. 76, e *Relectio de indis insularis*, 1.^a p., n.27, em Soto, lib. 4 *De iustitia*, q. 4, a. 1, e na opinião comum; e é evidente porque, se fosse senhor de todo o orbe ou se o fosse em virtude do direito natural ou divino positivo ou humano, nenhum destes poderia ser aplicado, como os doutores citados provam com contundência. Portanto, não é senhor de todo o orbe nas coisas temporais (SIMOES, 2016, p. 117).

Deste modo, para Pedro Simões, o papa não pode governar o mundo pois seu poder temporal se limita as terras da igreja, pois a ideia de um domínio papal em todo o mundo entra em conflito com o direito natural, esta é, portanto, a limitação da sua jurisdição temporal.

Deste modo, estando delimitado a incompetência do Papa para empreender conquista militar em territórios não católico por consequência a conversão pela conquista torna-se ilegítima, ainda que eventualmente apoiada pelo papado.

Algo que também toca na questão do papado é a sua jurisdição secular, para além do temporal, terá o Papa poder sobre os não batizados? Luís de Molina, de forma muito enfática recusa esta ideia ao descartar a hipótese de conversão pela força em seu tratado *De iustitia et iure*, no artigo 8, *De fide – Utrum infidelis sint compellendi ad fidem*, em que afirma que “não é lícito obrigar nenhum destes infiéis a abraçar a fé nem a receber o batismo, ou fazer-lhes guerra por esse motivo ou subjuga-los” (MOLINA, 2015, p.81).

Para Molina esta conclusão se ampara em outros teólogos, em especial em Tomás de Aquino, e os mestres da escolástica ibérica Domingo de Soto e Francisco de Vitória (Idem). Afirma, portanto, Molina:

A igreja não tem o direito de julgar nem de castigar ou obrigar alguém, antes de pelo batismo se tornar parte e membro dela, como se vê do seguinte 1Cor. 5: “Porventura, compete-me, a mim, julgar os de fora (isto é, os que estão fora da Igreja)? Não são os de dentro que tendes de julgar? Os de fora Deus os julgará (MOLINA, 2015, p.81).

Molina segue, neste mesmo tratado com sua defesa da ideia de não conversão pela força e há um elemento importante apresentado pelo justicólogo, a possibilidade de

2 Em *De iustitia et iure*, *Questio 4* (SOTO, In: SIMOES, 2016, p.115).

3 Em *De ecclesiae potestae* e *Relectio de indis insularis* (VITORIA, in: SIMOES, 2016, p.115).

guerra justa em caso de impedimento ao *jus praedicandi*, o direito de pregar. Neste caso reconhece o catedrático, e como de praxe na concepção da escolástica ibérica, com as devidas ressalvas e limites:

Embora a Igreja e os seus ministros possam propor e pregar o Evangelho em todo o orbe e exortar toda a gente a abraçar a fé e o batismo, e se forem impedidos de o fazer, possam afastar os obstáculos declarando guerra, se necessário, para repelir ou vingar a ofensa sofrida, [e não] estejam proibidos de usar o seu direito; não podem todavia castigar deste modo nenhum infiel por não quererem estes infiéis receber o batismo e a fé que lhes é oferecida, ou por não quererem escutar-lhes a pregação; nem podem também obrigá-los a nada disso, porque ainda nenhum deles se submeteu nessa matéria (Idem).

Neste mesmo sentido, o também jesuíta Padre Antônio Vieira defende em seu *Sermão da epifania*, de 1662, pregado na Capela Real em Lisboa, logo após sua expulsão do Maranhão por lá ter condenado a escravidão dos indígenas, defende, evocando o versículo bíblico que fiz constar no princípio deste trabalho, defende, na mesma linha de Molina, a ideia de não violência frente a recusa da pregação:

Antevia Cristo, como Sabedoria infinita, que os seus Apóstolos, a quem mandava pregar pelo mundo, haviam de encontrar com homens tão inimigos da verdade, e da justiça, que os não consentiriam consigo, e os lançariam das suas terras (bem assim como os Gerasenos lançaram das suas ao mesmo Cristo): e para que estivessem, e fossem prevenidos; primeiramente deu-lhes a instrução do modo com que se haviam de haver em semelhantes casos. Quicum que non receperint vos, neque audirint sermones vestros, exeuntes foras de domo, vel civitate, excutite pulverem de pedibus vestris, in testimonium illis⁴ [Mt 10, 14, Lc 9, 5; Mc 6, 11]: “Quando os homens, quaisquer que sejam, não receberem vossa doutrina e vos lançarem de suas casas, e cidades, o que haveis de fazer autenticamente diante de todos é sacudir o pó dos sapatos, para que esse pó seja testemunha, de que pusestes os pés naquela terra, e ela vos lançou de si”. Assim fizeram São Paulo, e São Barnabé, quando foram lançados de Pisídia, e assim o fiz eu também. E o que mais diz Cristo? Para que os mesmos Apóstolos se não desconsolassem, antes se gloriassem muito destes destertos, e da causa deles? “sabei”, lhes diz o mesmo Senhor, “que quando homens assim vos aborrecerem, e vos apartarem, e lançarem de si, então sereis bem-aventurados; porque então sereis meus verdadeiros discípulos (Vieira, 2018, p.306).

Vieira, assim como os demais ibéricos da *escola*, defende que não há reação violenta justa frente a recusa da conversão, ou da pregação, bem como os demais justeiros defendem, o *jus praedicandi*, o direito de pregar, implica também no direito da outra parte de recusar a pregação. Percebe-se uma relação justa com a conversão.

Outro detalhe interessante neste excerto é a menção de Vieira quanto a si próprio, pois vale ressaltar que tal sermão foi proferido na sequência de sua expulsão do Maranhão, após o agravamento das tensões entre missionários jesuítas e os colonos a respeito das

⁴ “E se algum lugar não vos receber nem vos quiser ouvir, ao partirdes de lá, sacudi o pó de debaixo de vossos pés em testemunho contra eles” (tradução extraída da nota de rodapé da mesma obra citada).

injustiças cometidas aos nativos.

O célebre missionário jesuíta acompanha Molina, rejeita a guerra como reação a recusa da conversão, bem como defende a ideia de que não cabe aos cristãos julgar *os de fora*, os não batizados, função que, para Vieira cabe a Cristo.

Muito similar a Vieira, Molina afirma que:

Cristo não escolheu para pregar o Evangelho homens poderosos que obrigassem, senão pobres, e posto que os enviou a pregar, Mt 10, só recomendou o que pudesse atrair a fé e que também servisse para a confirmar, e jamais o que pudesse constranger, como: “curai os enfermos, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demônios. Recebestes de graça, dai de graça. Não possuiais ouro, nem prata. E não pegueis na vara” (isto é, no poder de obrigar). “E se alguém não vos receber nem escutar”, não diz “usai da força e obrigai-os” mas “ao sair desse lugar, sacudi o pó de vossos pés”, como testemunho da teimosia deles (MOLINA, 2015, p.83).

Como complemento vale o destaque que em *A chave dos profetas* Vieira intitula um capítulo *Todos se salvam*, em que de modo enfático afirma que *a remissão dos pecados em Cristo supera o pecado original de Adão, portanto todos se salvam!* (VIEIRA, Antônio, 2018, p.384). Deste modo torna possível admitir que para o jesuíta a conversão injusta não se sustenta, dado que o gentio, ou o indivíduo que não tomou conhecimento da palavra de Cristo ainda assim se salva, o que não diminui a importância da pregação e da conversão, como orientam as escrituras, mas torna o trabalho missionário mais lógico.

Para concluir esta parte, quanto a conversão pela força, a escravidão jamais poderia ser utilizada como recurso para tal, a mais completa condenação desta hipótese se encontra em Fernão Rebelo, que afirma ser *impossível cometer o mal para obter o bem* (CALAFATE, 2015, p.21). E por fim, o embargo econômico, a reinos não católicos é injustificável já que fere o princípio do direito natural do *jus commercii*, prática condenada por Francisco de Vitória, Merchor Cano, Antônio de São Domingos e outros (IDEM, p. 37-39).

3 | O DIREITO A SE CONVERTER E AO EXERCÍCIO DA FÉ

Segundo Pedro Calafate, para Francisco Suárez, teólogo jesuíta, catedrático em Coimbra, segundo a escolástica tomista e a doutrina católica um rei pagão ou infiel tem toda a legitimidade para governar povos cristãos, pois a falta de fé não anula seu título de poder, desde que adquirido de forma justa (CALAFATE, 2012, p.159).

Porém neste cenário uma eventual obstrução do líder político ao exercício pleno da fé torna não somente justa a resistência dos cristãos, mas ficam *obrigados a repelir* a autoridade de tal tirano, dada que o bem estar espiritual do cristão está relacionado ao exercício da cultura cristã (Idem). Deve-se destacar que para Francisco Suárez o poder tem sua origem natural em Deus, como a doutrina católica estabelece, mas o justicólogo vai além, tal poder é transmitido a comunidade e esta delega a uma liderança, portanto a origem do poder é popular e democrática, segundo o Direito natural (cf. CALAFATE, 2012, pp. 20-31).

Para a *Escola Ibérica da Paz* os crimes contra a humanidade são títulos legítimos para se mover guerra justa, como já mencionado por exemplo a violação ao *jus commercii*, o direito de fazer comercio, e o *jus communicationis*, o direito à livre comunicação entre os povos, sob a lógica do que era entendido como uma amizade natural entre os povos, o *jus amicitiae*.

Quando há um impedimento a pregação, pela força, por exemplo um rei pagão ou infiel que pelo uso das armas impedisse a pregação, neste caso estaria obstruindo o direito natural a pregação, e a comunicação. Assim sendo, segundo a doutrina da *Escola* verifica-se um título legítimo para a *guerra justa*, podendo os reis católicos organizados garantir o direito a pregação (CALAFATE, 2015, p.45).

Vale ressaltar que pregar o evangelho era tido como um Direito e um Dever, logo, uma função de extrema importância para os justicólogos e missionários. Sendo, nestes casos, de incursões por territórios desconhecidos, pois, é justamente onde devem ir pregar, é lícito, segundo os teóricos ibéricos que exista algum tipo de escolta militar.

O teórico que vai elaborar melhor esta questão é Alonso de Veracruz, e para ser justo deve-se destacar que é um catedrático da universidade do México, e que afirma em tratado de 1553, intitulado *De Iusto Bello contra Indos*.

É importante destacar que é central na *Escola* a ideia de que não é coerente que se mova guerra em nome de um Deus que, segundo a tratadística e a doutrina era um Deus da Paz, tratava-se de uma profunda contradição. Ideia corroborada por Francisco de Vitória e Domingo de Soto em Salamanca, Luís de Molina e Fernão de Rebelo em Évora, Suárez e Navarro em Coimbra e outros, como elenca Calafate (2015, p.44).

Pois bem, retomando a questão da garantia do direito a pregar, e, consequentemente o direito dos pagãos e infiéis a se converterem, a remoção dos eventuais obstáculos a evangelização e a conservação da fé é legítima, conforme supracitado, na posição de Suárez sobre a hipótese do príncipe pagão ou infiel que obstrui o exercício da fé católica de seus súditos.

Vale destacar que a obstrução a pregação só pode ser combatida, segundo Suárez (CALAFATE, 2015, p.45), caso seja criada por parte daquela comunidade ou do líder, mas nunca se for por toda a comunidade pois, como já mencionado, e reiterado por vários outros teóricos da *escola*, é legítima a recusa a ouvir a pregação.

Para Luís de Molina, caso haja o impedimento a pregação, e, com o agravante de se blasfemarem contra Cristo, os santos e a igreja é lícito mover-lhes *guerra justa*, mas, dada a devida proporção, e para que não ofendam e prejudiquem o exercício da fé dos batizados (MOLINA, 2015, p.93).

Molina é muito cauteloso quanto a forma da conversão, como já vastamente explorado neste texto, e, em detrimento da ação violenta aceita mesmo possibilidades alternativas quanto à forma de atrair infiéis ao batismo como promessas de benefícios financeiros, favores e similares, dizendo:

A razão de tudo isto é que todas estas coisas revertem a favor dos próprios infiéis, e da propagação da fé e dilatação da igreja, e em nenhuma delas procedemos com injúria dos fiéis, mas usamos apenas o nosso direito. Por isso, verificam-se aqui os motivos citados de Escoto, visto que não se comete nenhuma injustiça contra os infiéis; na realidade, não se realizam com violência, ameaça e terror, coisas que, cessando o motivo da fé, seriam ilícitas e injustas, e também não deixam de ser injustas por serem praticadas por causa da propagação da fé e para arrancar da infidelidade e pecado aqueles em benefício dos quais são praticadas (MOLINA, 2015, p. 89).

É manifesta, portanto, a opção pela via pacífica, pelo diálogo, e pela conversão pelo argumento e por caminhos que não os violentos e perversos, isto se verifica em todos os teóricos da *Escola Ibérica da Paz*.

4 | CONCLUSÃO

A lógica da *Escola Ibérica da Paz* quanto a conversão se pauta pelo respeito a paridade de poder entre os reinos, independente se suas coordenadas culturais. Vale um reparo que ilustra a cautela, ou, melhor dizendo, a *prudencia*, dos escolásticos para com, por exemplo, o recém mencionado uso da força para desimpedir a pregação do evangelho:

No entanto, havia várias limitações. A primeira fora já enunciada por Francisco de Vitória, lembrando que nem tudo o que é lícito é conveniente, por causa do escândalo que a violência gera, sendo verossímil e provável esperar que o emprego da força, mesmo que lícita, poderia nestes casos ser prejudicial à pregação, acabando por gerar não só o ódio dos vencidos, como também injustiças e rapinas praticadas em nome de Cristo (CALAFATE, 2015, p.45).

Ou seja, mesmo quando lícito, compatível com o Direito natural, deve-se avaliar o impacto concreto de tal prática, pelo exercício, tido como obrigatório, da razão, dom legado por Deus e que torna imperativo o seu uso para o não cometimento de injustiças. De modo que mesmo uma ordem injusta não escusa o executor de responsabilidade, dada esta condição, de modo que a razão natural, conforme evocado pelos escolásticos ibéricos frequentemente o Apostolo Pedro: *Importa mais obedecer a Deus do que os homens* (At 5, 29).

Complementa-se a isto a defesa de Paulo, presente em sua Carta aos Romanos, destacando a necessidade da prevalência da razão frente as questões práticas: *o que a lei ordena está escrito nos seus corações, dando-lhes testemunho disso os seus pensamentos e a sua consciência* (Rm 2, 14-15). Desta forma fica evidente para os escolásticos ibéricos, inclusive quanto a conversão, de que a razão deve ditar a prática, mesmo a conversão, a pregação do evangelho, ordenada por Cristo, deve se ater a razão, como também ordena o mesmo Cristo.

A conversão, portanto, para os escolásticos ibéricos é de suma importância, e a salvação de almas é uma missão dos católicos a ser cumprida, porém como visto, frente a recusa, para os mestres e missionários da *Escola*, a serenidade deve prevalecer frente a

qualquer outro sentimento, a ordem é divulgar a palavra, mas igualmente lhes é ordenado a observância da justiça.

Edgar Leite, em seu livro *Predadores: Repensando o Brasil nos seus Fundamentos morais*, em que empreende uma investigação profunda acerca da trajetória histórica do Brasil quanto a moral, obra muito elogiada pelo historiador e reconhecido especialista em Padre Antônio Vieira, Prof. Eduardo Franco, afirma, portanto, quanto aos jesuítas e a escravidão:

A companhia de Jesus, como de resto a igreja um todo, sustentou logo de início a humanidade dos índios, que alguns negavam pelos bastidores. Assim afirmou Nobrega que a "proximidade" fazia os nativos humanos: "Se eles não são homens, não serão próximos, porque só os homens, e todos maus e bons são próximos: todo homem é uma mesma natureza, e todo pode conhecer a Deus e salvar a sua alma". A condição de bárbaros ou escravos não entrava aqui em pauta. O humano era o ponto inicial de consideração do assunto. No entanto, ao sustentar a tese de humanidade, estabelecia-se um horizonte de igualdade espiritual. Que, por sua vez, instaurava a necessidade de pensar, no âmbito da busca da justiça e da elevação dos valores morais, todas as relações sociais, inclusive as de trabalho (LEITE, 2019, p. 109).

Vejamos, trata-se de Nobrega, formado em Coimbra e Évora, tendo sido aluno de catedráticos da *Escola Ibérica da Paz*, como Martim de Azpicueta, o *Doutor Navarro*, cuja também teve o sobrinho, João de Azpilcueta Navarro, deste em sua companhia no Brasil, reproduziu os princípios fundamentais da *escola* ao defender a paridade entre os católicos e os nativos, pois, são todos homens, filhos do mesmo Deus criador.

Ainda que haja pluralidade entre os jesuítas (SAES, 2019, p. 92), evidenciada pela denuncia de Vieira por outro jesuíta a inquisição (FRANCO; TAVARES, 2007, p. 61), há uma unidade doutrinal entre os teóricos da *escola* quanto a recusa a escravidão como meio para a conversão. Sustenta tal proposição a influência de Vieira na formulação das leis régias que condenaram a escravidão indígena, em especial a de 1 de abril de 1680, que até mesmo negava a possibilidade de escravidão como decorrência de *guerra justa* (LEITE, 2019, p. 112).

Deste modo fica, por consequência decorrente dos matizes de igualdade estabelecidas pelos justéólogos e missionários a ideia de uma conversão pela força, de modo muito enfático é evidenciada a repulsa geral pela *Escola Ibérica da Paz* de qualquer relação entre força e conversão. Verifica-se tal perspectiva, novamente, em Luís de Molina, mencionando as escrituras:

"O castigo daquele pecado compete ao meu tribunal e juízo, não a vós, e a mim o reservo". E outra vez: "Eis que vos envio", não disse "como lobos ou leões com poder para sujeitar os homens ao meu julgo e terror", mas "como cordeiros no meio de lobos", com espírito de mansidão para os vencerdes pela vossa mansidão e bom trato. E claramente, quando se observa este modo de pregação, Deus ajuda e vencemos. Quando pelo contrário, se transgride, somos ultrapassados e vencidos (MOLINA, 2013, p. 83).

Pois bem, a conversão para a *escola* se funda nos princípios da “humildade, mansidão, pobreza e paciência” (MOLINA, 2015, p.85) e não com “força, poder, estrépito da guerra e dos armamentos, que costumam andar acompanhados de soberba e avareza” (Idem). Pois bem, ainda que a pregação com o fim da conversão e salvação de almas seja uma *obrigação* do católico e um direito do infiel, o fim, por mais nobre que seja, jamais justificaria um meio injusto!

REFERÊNCIAS

CALAFATE, P. **Da Origem Popular do Poder ao Direito de Resistência**: Doutrinas políticas no século XVII em Portugal. 1ª. ed. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.

CALAFATE, P. **A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI) Volume I**: Sobre as matérias da guerra e da paz. Lisboa: Almedina, 2015.

CALAFATE, P. **A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI) Volume II**: Escritos sobre a justiça, o poder e a escravatura. Lisboa: Almedina, 2015.

DOMINGOS, A. D. S. De Bello - Questio 40. In: CALAFATE, P. **A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI) Volume I**: Sobre as matérias da guerra e da paz. 1ª. ed. Lisboa: Almedina, v. I, 2016. p. 210-342.

FRANCO, J. E.; TAVARES, C. C. **Jesuítas e Inquisição**: Cumplicidades e confrontações. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

LEITE, E. **Predadores**: Repensando o Brasil nos Seus fundamentos Morais. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2019.

LOUREIRO, S. **A Reconstrução da Subjetividade Coletiva dos Povos Indígenas no Direito Internacional dos Direitos Humanos. O Resgate do Pensamento da Escola Ibérica da Paz (Séculos XVI e XVII) em Prol de um novo Jus Gentium para o século XXI**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica [Tese de Doutorado], 2015.

MOLINA, L. D. De Fide - Articulus 8. In: CALAFATE, P. **A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI) Volume I**: Sobre as matérias da guerra e da paz. 1ª. ed. Lisboa: Almedina, v. I, 2015. p. 70-106.

PEREÑA, L. **Corpus Hispanorum de Pace**. 1ª. ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, v. 28, 1963/2012.

PEREÑA, L. **La Escuela de Salamanca y la Duda Indiana**, in **La Ética en la Conquista de América**. Madrid: CHP, v. XXV, 1984.

PÉREZ, F. In Materiam de Bello. In: CALAFATE, P. **A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI) Volume I**: Sobre as matérias da guerra e da paz. 1ª. ed. Lisboa: Almedina, v. I, 2016. p. 342-499.

SAES, L. D. Trabalho e Salvação, trabalho e liberdade: a Companhia de Jesus e as Luzes diante da escravidão. In: FRANCO, E., et al. **Jesuitas e Ilustração: Rupturas e Continuidades**. 1ª. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019. p. 90-111.

SIMÕES, P. Annotationes in materiam de Bello. In: CALAFATE, P. **A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI) Volume I: Sobre as matérias da guerra e da paz**. 1ª. ed. Lisboa: Almedina, v. I, 2016. p. 106-210.

VIEIRA, A. **Escritos Sobre os Índios**. 1ª. ed. Lisboa: Temas e debates, 2016.

VIEIRA, A. **Cada um é da cor do seu coração: Negros, Ameríndios e a questão da escravatura em Vieira**. 1ª. ed. Lisboa: Temas e Debates, 2018.

USOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 07/03/2021

Júlia Bolognini Klassmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2946317491409074>

RESUMO: O presente texto analisa os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Dilma Rousseff, buscando compreender como se dá a inserção político-institucional desta chefe de Estado - cuja trajetória política teve início na militância contra o regime em meados dos anos 1960 - na arena de disputas narrativas sobre o passado ditatorial. O argumento central da investigação explora ruptura narrativa identificada em seus discursos entre seu primeiro e segundo mandatos quando, de uma ótica de justiça de transição e dever de memória, Dilma passa a rememorar o terrorismo de Estado como para mobilizar setores da sociedade na defesa de sua permanência no cargo e, mais amplamente, da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Usos políticos do passado; discurso político; ditadura civil-militar brasileira; Dilma Rousseff.

POLITICAL USES OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN DILMA ROUSSEFF'S PRESIDENTIAL SPEECHES (2011-2016)

ABSTRACT: The present text analyzes the political uses of the Brazilian civil-military dictatorship in Dilma Rousseff's presidential speeches, seeking to understand how the political-institutional insertion of this head of state - whose political trajectory began with the militancy against the regime in the mid 1960s - takes place in the arena of narrative disputes concerning the dictatorial past. The central argument of the investigation explores the narrative rupture identified in her speeches between her first and second terms when, from a perspective of transitional justice and the *devoir of mémoire*, Dilma rememorate state terrorism as a way to mobilize sectors of society in defense of her presidential position and, more broadly, of democracy.

KEYWORDS: Political uses of the past; political discourse; Brazilian civil-military dictatorship; Dilma Rousseff.

A ditadura civil-militar brasileira pode ser considerada um passado que não passa, ou seja, um passado-presente: ainda que transcorridos mais de trinta anos da dissolução do regime ditatorial, o trauma e a não-elaboração do período de exceção acabam por rearticular as fronteiras temporais entre passado e presente, traduzindo-se nas dificuldades de desenvolvimento e aprofundamento do regime

democrático (BAUER, 2017). Neste sentido, toma-se o impeachment sem crime de responsabilidade da ex-presidenta Dilma Rousseff, no primeiro semestre de 2016, como demonstração significativa da fragilidade de nossas instituições democráticas.

Na ocasião de deposição da presidenta, novamente irromperam ao espaço público narrativas sobre a ditadura civil-militar. Levanta-se como exemplo o voto favorável ao impeachment do atual presidente Jair Bolsonaro, à época deputado federal pelo PSC (Partido Social Cristão), declarada homenagem “à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra” (OLIVEIRA, 2016), reconhecido torturador do regime. A recuperação apologética da memória de Ustra revela tensões sociopolíticas do presente sobre o passado, tornando-se essencial observar, como postula Mario Rufer, quem mobiliza quais articulações do passado, e em favor de quais finalidades políticas (RUFER, 2010, p. 123).

A socióloga argentina Elizabeth Jelín remete tais articulações ao campo da linguagem, onde, segundo ela, observam-se “luchas por las representaciones del pasado, centradas en la lucha por el poder, por la legitimidad y el reconocimiento. Estas luchas implican, por parte de los diversos actores, estrategias para una (su) narrativa del pasado” (JELÍN, 2001, p. 36). As figuras presidenciais compõem parte destes atores, legitimando-se através de vínculos privilegiados com o passado e reorganizando percepções temporais de acordo com seus interesses presentes.

O presente texto procura analisar os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Dilma Rousseff, compreendendo suas falas oficiais como tentativa de estabilização das latentes “batalhas de memória” através da institucionalização de uma narrativa única sobre o passado. Conceitos como *usos do passado*, *temporalidade* e *memória* se relacionam enquanto componentes carregados politicamente com forte impacto no tecido social; expressos através do discurso, em questão o político (ainda que todo discurso também o seja), considera-se que seu estudo permite alcançar uma compreensão mais aprofundada a respeito da cultura política-institucional no pós-ditadura, em especial quanto às posturas desta emblemática chefe de Estado no campo de disputas das representações sobre o passado.

Para tanto, são analisados oito discursos oficiais da presidenta¹ com menções diretas à ditadura civil-militar brasileira, nos quais é possível observar uma ruptura singular em suas narrativas elaboradas sobre o período de exceção entre seu primeiro e segundo mandatos. De 2011 a 2014, enquanto da instauração e dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e contando com maior estabilidade política, Dilma Rousseff rememorava o regime militar sob uma ótica da justiça de transição e do dever de memória. Todavia, nos anos finais de seu governo, em 2015 e 2016, já enfrentando uma agravante crise político-institucional, a presidenta passa a se referir a este passado com maior urgência, traçando paralelos com o presente de modo a engajar e mobilizar setores da sociedade na defesa de seu cargo.

1 Todos os discursos utilizados para esta pesquisa encontram-se disponíveis em BIBLIOTECA. **Presidência da República**. Dilma Vana Rousseff. Disponível em <<https://bitly.com/NW7OR>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DILMA ROUSSEFF

Dilma Vana Rousseff (Belo Horizonte, 1947) iniciou sua trajetória política ainda jovem, juntando-se ao grupo Polop (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) como editora do jornal clandestino “O Piquete” no colegial. Em 1967 passa a compor o grupo guerrilheiro COLINA (Comando de Libertação Nacional), e, ainda que não haja evidências concretas da participação direta de Dilma em enfrentamentos armados, de acordo a lógica dos agentes repressores do Estado “a opção pelo engajamento em uma organização revolucionária já presumia o envolvimento com atividades armadas” (NASCIMENTO, 2019, p. 96).

Por esta razão, Dilma Rousseff foi detida pela polícia política em janeiro de 1970, sendo levada sem documentação ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) em São Paulo. Nessas dependências foi torturada durante várias sessões de interrogatórios até ser transferida para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) um mês depois, onde finalmente sua detenção seria registrada de maneira legal. Ela seguiria presa por três anos, respondendo a processos também em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e sofrendo constantemente as sevícias da tortura.

Originalmente, Rousseff havia sido condenada a seis anos de prisão, conseguindo reduzir sua pena junto ao Supremo Tribunal Militar, sendo libertada em 1972. Em seguida, estabeleceu-se em Porto Alegre, onde participou da fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e assumiu diversos cargos de gestão na cidade. Em 2001, acompanhou a dissidência pedetista em favor de se juntar ao PT (Partido dos Trabalhadores), compondo o governo Lula enquanto Ministra de Minas e Energia e, posteriormente, Ministra da Casa Civil.

Em 2009, foi apontada pelo congresso nacional do partido como a próxima candidata para a presidência da República, gerando preocupação quanto a forma de apresentar, numa plataforma eleitoral, uma candidata mulher cujo passado é associado à participação em grupos de guerrilha armada. Ainda que repetidas vezes Rousseff tenha afirmado orgulho de sua trajetória, incorporando-a em sua identidade pública, “tal imagem de si precisou ser cuidadosamente esculpida, em um trabalho envolvendo lembranças, esquecimentos e silêncios, à medida que sua candidatura à presidência se firmava” (SCHMIDT, 2011, p. 89).

Foi neste contexto de adequação das narrativas sobre seu passado militante frente às demandas do presente que Dilma se elegeu a primeira presidenta da República, assumindo a faixa presidencial no dia 1º de janeiro de 2011, durante cerimônia histórica ao lado de seu vice-presidente Michel Temer, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Seu governo contou com alta aprovação nos dois primeiros anos, até os massificados protestos conhecidos como as “jornadas de junho de 2013”. Na esteira deste movimento, as eleições de 2014 foram pautadas por um forte acirramento político, e

imediatamente após sua reeleição ela passa a sofrer intensa campanha político-midiática demandando sua deposição. Virtualmente impedida de governar por todo o ano de 2015 devido a embates com o poder legislativo, e enfrentando uma crise internacional pautada por forte recessão econômica, Rousseff se encontrou isolada politicamente.

Crescia a pressão popular para tirá-la do poder, eclodindo em grandes manifestações de rua de caráter heterogêneo que contam com a presença de diversos movimentos, organizados e autônomos, da chamada “nova direita”. O ex-presidente Lula passa a responder processos por desvio de dinheiro público e diversos líderes do PT são condenados e presos pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal. Em maio de 2016 - dois anos e meio antes do término de seu segundo mandato por direito - Dilma Rousseff é afastada da presidência devido a aceitação de denúncia de crime de responsabilidade por parte de Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados. Após votação e aprovação da medida, em agosto de 2016 o Senado Federal também julga procedente a denúncia, impondo à Dilma Rousseff a sanção de perda do cargo de presidenta da República.

MEMÓRIA, VERDADE E HISTÓRIA (2011-2014)

Dilma Rousseff assume a presidência em 2011 apresentando uma narrativa sobre o passado ditatorial caracterizada, principalmente, pelo interlace entre as noções de memória, verdade e história². De modo geral, advogou pelo direito à verdade e reparação através do conhecimento do passado, ao mesmo passo que fazia uso de práticas e oratórias conciliatórias, entendendo o período de transição como uma brusca ruptura entre ditadura e democracia - tudo que aquela fora, esta, por definição, não seria.

Em discurso de posse, em 2011, a presidenta se apresenta à população como uma mulher reconciliada com seu passado:

Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia. [...] Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. [...] Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.³

De imediato, observa-se que a fala remonta à chamada “lógica do consenso” (através da qual se deu o rompimento com o regime de exceção), a qual busca suscitar uma unanimidade narrativa entre as vontades políticas, “difundindo significações mais ou

2 Observa-se que em lugar do tradicional *slogan* das campanhas políticas do Cone Sul a defender “memória, verdade e justiça”, a Comissão Nacional da Verdade, como fica registrado nos discursos de Dilma, cuidadosamente substitui a palavra “justiça” por “história”. Trata-se da manutenção de um pacto de governabilidade de respeitar os limites impostos pela Lei de Anistia, evitando antagonizar os setores das Forças Armadas.

3 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/ivyGML>. Acesso em: 17 abr. 2019.

menos homogêneas dos anos de repressão” (TELES, 2009, p. 1). Assim, Dilma rechaça os “ressentimentos” e estabelece relação antagônica entre o passado (arbitrário e censor) e o presente (plenamente democrático).

Também em 2011, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, Dilma atesta seu compromisso com o dever de memória num primeiro momento de modo ainda bastante tímido, referindo-se não especificamente ao Holocausto ou a ditadura civil-militar brasileira, mas aquilo que denomina “barbáries” do passado: “a memória é uma arma humana para impedir a repetição da barbárie, isso que é a memória. Por isso, hoje e sempre, aqui e em todos os lugares, é nosso dever lembrar”⁴, afirma. Prossegue: “nós temos de lembrar sempre, para impedir que aqueles que não são objetos da barbárie se silenciem e pratiquem a grande arma humana diante desses momentos, que é a solidariedade e a coragem de se manifestar contra essas práticas”⁵.

Nesse sentido, Dilma demonstra estar em conformidade com a transformação nas culturas memoriais do pós-Segunda Guerra, segundo as quais já não é aceitável somente perdoar e esquecer, sendo necessário trabalhar a memória das catástrofes históricas. Bauer ressalta ainda que tal relação com a memória apresenta a função paradoxal de “rever o passado, ao mesmo tempo em que se decreta sua superação” (2017, p. 180). Esta última questão fica evidente em outro trecho do mesmo discurso:

Eu queria dizer que no Brasil o dever da memória é algo indissociável do dever de festejar a vida, porque nós somos, eminentemente, um povo que encara como sendo um momento muito especial da vida entender, compreender e sobretudo saber que é importante, para evitar que se repita, lembrar sempre, afirmar sempre que nós rejeitamos a barbárie.⁶

Todavia, num quadro mais amplo a presidenta demonstra uma noção amadurecida acerca do papel do Estado na gestão do passado traumático, visando a promoção da cidadania e do aprofundamento democrático. Em ocasião da cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos de 2011, ela reconhece as deficiências na democracia, e mostra-se ciente da necessidade de se empregarem medidas materiais para solucionar estas questões.

A outra questão dos direitos humanos importante para o nosso país é a questão democrática, e a questão democrática é, de fato, a consciência que nós devemos ter de que todos os regimes de arbítrio e de exceção também provocam efeitos duradouros sobre a sociedade, efeitos distorcidos. Além das vítimas dos processos ditatoriais, como nós conhecemos aqui no Brasil, também deixam marcas muito fortes em atitudes arbitrárias e ditatoriais, inclusive do poder público, em relação à sociedade.⁷

4 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto*. Porto Alegre, 27 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/tELSY>. Acesso em: 17 abr. 2019.

5 Idem.

6 Idem.

7 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011*. Brasília, 09 dez. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/acvX2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Ao reconhecer a presença dos danos imputados pelo regime de terrorismo de Estado no presente, a presidenta parece atentar ao alerta de Bauer (2017, p. 130):

se a sociedade não reconhece a realidade do dano e a necessidade de repará-lo, este se manterá reduzido ao espaço privado da vítima ou da família afetada, o que somente aprofunda a traumatização. A marginalização social e política das vítimas é o resultado dessa negação, o que define a sociedade em seu conjunto como uma sociedade prejudicada, que faz parte do processo traumático.

A instauração da Comissão Nacional da Verdade vai ao encontro desta realização. O discurso de Rouseff em razão da cerimônia de seu lançamento, no ano de 2012, chama pela memória, verdade e história visando o fortalecimento futuro do regime democrático. Na ocasião, a presidenta afirmou:

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. [...]. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu [...] A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. sobretudo, merecem a verdade aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.⁸

O reconhecimento, por parte da representação máxima das instituições republicanas, da prejudicialidade do esquecimento sobre o passado ditatorial (especialmente num contexto de desmemória forçada e silêncios impostos como no caso brasileiro) estabelece um novo marco na gestão narrativa do passado para o Brasil.

“É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz”⁹, prossegue ela, na mesma ocasião. Dilma também imputa à história um caráter de *phármakon*, como a capacidade de solucionar males imediatamente uma vez conhecido o passado, esperando desta que seja objetiva e moral, servindo como instrumento de reconciliação mas também de responsabilização (FRANCO; LEVIN, 2007, p. 181).

Mais uma vez, ainda que veemente na evocação da memória e da verdade histórica como medidas reparatórias sobre o passado, Rouseff necessita buscar uma estabilidade de ânimos no espaço público, e para tanto, procura conciliar as diferentes memórias em disputa. Por exemplo, atestando que “assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado (...), também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização”¹⁰.

Essas afirmações reforçam seu compromisso de adesão aos acordos conciliatórios,

8 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rouseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rouseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade*. Brasília, 16 mai. 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/dhuAP>. Acesso em: 17 abr. 2019.

9 Idem.

10 Idem.

evidenciando os limites políticos e jurídicos da CNV, e irrompendo mais uma vez na amnésia do silêncio final (PADRÓS, 1999) da Lei da Anistia, a impedir qualquer punição retroativa aos crimes cometidos durante a ditadura. Entretanto, ressalta-se que a ideologia da reconciliação é anterior e posterior ao seu governo, configurando uma característica da cultura política brasileira pós-transição, e, portanto, não se tratando de uma particularidade dos usos do passado por parte de sua administração.

“NOVA LEGALIDADE” (2015-2016)

Para Hartog e Revel, em seu pioneiro livro “Les usages politiques du passé” (2001), o emprego de narrativas históricas mobilizando discursos de origem, fundação ou ruptura, sempre evocam um passado cujo uso é demandado pelo presente. Isto é especialmente notável nos discursos presidenciais de Dilma quando se atinge o marco de 2015, adotando estes um tom mais incisivo e até mesmo de afronta aos adversários políticos, cessando preocupações em buscar um meio termo conciliatório nas narrativas sobre o passado.

Diferentemente do teor ameno e de conciliação que permeava seu primeiro discurso de posse em 2011, quatro anos mais tarde Dilma é mais veemente em reafirmar seu compromisso constitucional; declara ela: “já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações sai uma pessoa melhor e mais forte. [...] Este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor”¹¹.

Já no ano seguinte, em 2016, ao participar de um encontro com juristas, Dilma demonstra pesar ao traçar paralelos entre passado e presente.

Eu queria, aqui, registrar o imenso respeito e admiração que eu tenho por Leonel Brizola, protagonista de inúmeras passagens decisivas na nossa história, em especial a luta e a campanha pela legalidade. Eu jamais imaginei que voltaríamos a viver um momento em que se fizesse necessário mobilizar a sociedade em torno de uma nova campanha da legalidade, como estamos fazendo hoje, neste encontro.¹²

É evidente como rememoração do passado ditatorial responde às condições de emergência de suas demandas políticas; apropriando-se do legado de Brizola, apresenta-se como responsável pela mobilização da população em nome da democracia, e denomina a mobilização da sociedade pela defesa de seu cargo como uma “nova campanha da Legalidade”. A presidenta afirma também:

pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa

11 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/gjQZ1>. Acesso em: 17 abr. 2019.

12 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia*. Brasília, 22 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/CDMPZ>. Acesso em: 17 abr. 2019.

se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder. Esse tipo de sinônimo, esse tipo de uso inadequado de palavras é o mesmo que usavam contra nós na época da ditadura para dizer que não existia preso político, não existiam presos políticos no Brasil, quando a gente vivia dentro das cadeias espalhadas por esse País afora. Negar a realidade não me surpreende, por isso, o nome é um só: é golpe.¹³

Aqui, evidencia-se que o mecanismo de interpelação utilizado pela presidenta - seu vocabulário, seu tom de voz - é mais incisivo do que de costume. Novamente, não se trata mais de uma tentativa de conciliação entre todas as parcelas da sociedade, mas de um apelo pela mobilização de setores específicos que se identifiquem com seu discurso para que se organizem na defesa de seu mandato.

Dessa forma - e em oposição ao que seus discursos apontavam entre 2011 e 2014 -, para Dilma a ameaça à democracia passa a transcender as mais de cinco décadas a separar cronologicamente o golpe civil-militar de 1964 de seu processo de impeachment sem crime de responsabilidade, aproximando-os como as faces de um espelho. Da mesma maneira que se considera vítima de uma injustiça jurídica no presente, disfarçada de procedimento legal e democrático, a presidenta relembra sua prisão arbitrária no período de exceção, quando o reconhecimento de sua realidade e seu sofrimento lhe eram igualmente negados.

Encontro semelhante, porém desta vez com artistas e intelectuais em defesa da democracia, tomou lugar no dia 31 de março de 2016, aniversário de cinquenta e dois anos do golpe que iniciou a ditadura. A este respeito, rememora Dilma:

há 52 anos atrás, nesse exato dia - hoje de manhã, inclusive, eu estava tentando me lembrar aonde eu estava -; nesse exato dia um golpe militar deu início a uma fase da nossa história marcada pelo arbítrio, pelo desrespeito a direitos humanos, a direitos individuais e, durante um período significativo, nós nos dedicamos a uma luta que abrangeu um período longo da nossa história recente. Nós sofremos as consequências dessa luta; muitos dos que se insurgiram foram presos, outros foram torturados, outros foram obrigados a deixar o nosso País, outros, inclusive, foram mortos.¹⁴

Em primeiro lugar, ressalta-se a significância da data - reparada por Dilma, tentando fazer sentido de onde se encontrava “nesse exato dia” tantos anos antes. Afinal, o 31 de março no Brasil é uma efeméride comemorativa, momento de interrogar sentidos e (re) construir memórias do passado, quando diversos atores do cenário nacional disputam o controle da narrativa estabelecida sobre os acontecimentos originais (JELÍN, 2009, p. 123).

Assim, Rousseff relembra e compartilha com seus interlocutores sua vivência dolorosa da militância, que teve início senão neste dia, ainda neste ano e, imediatamente, as sevícias sofridas por ela e seus companheiros. Esta memória, todavia, não se resume

¹³ Idem.

¹⁴ BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia*. Brasília, 31 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/agoO2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

a uma homenagem, e tampouco demonstra um caráter de busca por reparação: neste contexto em que, para Dilma, a democracia se encontrava em risco outra vez, a memória é reativada como um alerta a respeito das graves consequências de um novo golpe.

O tom apelativo da presidenta identificado até o momento é ainda intensificado quando ela se dirige diretamente aos articuladores políticos de sua deposição, muitos dos quais, assim como ela, combateram a ditadura civil-militar à época. No mesmo discurso, alerta:

Nos cabe lembrar aos golpistas por ação e omissão que derrubar um governo eleito é um atentado à democracia. Muitos dos arautos da atual tentativa de golpe foram perseguidos, cassados e proscritos pelo golpe de 1964. Por isso, não os deixaremos esquecer que desrespeitar as regras democráticas é um risco que pode nos lançar em mais instabilidade, em mais incerteza e em atropelo aos direitos individuais¹⁵.

Entretanto, seu aviso não surtiu o efeito desejado, e rememorar a história não foi suficiente para reverter seu curso. Em declaração à imprensa, no dia 12 de maio de 2016 - seu último pronunciamento como presidenta da República -, Rousseff faz uma retomada de sua trajetória político-pessoal que culminaria neste momento:

O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, nesse momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política¹⁶.

Em sua última manifestação oficial, Dilma opta por rearticular sua própria história em torno de três experiências: a dor da tortura, no passado mais distante da ditadura civil-militar, a dor da doença, no passado recente enquanto ministra da Casa Civil, quando sofreu de um câncer, e a dor da injustiça, da qual seria vítima no presente, ao ser afastada de seu cargo sem o entendimento de haver cometido crime de responsabilidade. E encerra sua fala com a seguinte declaração: “a luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante”¹⁷, dando a entender que passado e presente, ao menos neste momento na disputa política, são caracterizados mais pela continuidade do que pela ruptura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os discursos presidenciais de Dilma Rousseff sobre a ditadura civil-militar brasileira dialogam com as conjunturas de emergência de seu governo; em seu primeiro mandato, Dilma reiterou continuamente a necessidade de reparação para

15 Idem.

16 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff*. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/rP124>. Acesso em: 17 abr. 2019.

17 Idem.

o fortalecimento da democracia a partir da interrelação entre os conceitos de memória, verdade e história. Já em seu segundo mandato, de grande turbulência desde o início de suas atividades, marcou uma virada significativa em suas manifestações oficiais sobre o regime militar, sendo o passado instrumentalizado na busca por apoio político e visando sua sustentação no cargo.

De modo geral, embora tenha emplacado políticas de memória e reconhecido a responsabilidade estatal sobre os crimes de lesa humanidade cometidos no período de exceção, Dilma manteve-se fiel à ideologia da reconciliação, rechaçando ressentimentos e mantendo-se dentro dos limites jurídicos previamente estabelecidos pela Lei da Anistia. Suas manifestações oficiais finais passam a considerar um tempo múltiplo, ordenado pelas relações da memória frente às turbulências do mundo da política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/ivyGMI>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto**. Porto Alegre, 27 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/tELSY>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011**. Brasília, 09 dez. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/acvX2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade**. Brasília, 16 mai. 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/dhuAP>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/gjQZ1>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia**. Brasília, 22 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/CDMPZ>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia**. Brasília, 31 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/agoO2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff**. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/rP124>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires, Paidós, 2007.

JELIN, Elizabeth. ¿Quiénes? ¿Cuándo? ¿Para qué? Actores y escenarios de las memorias. In: VINYES, Ricard (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. España: Siglo Veintiuno, 2001.

NASCIMENTO, Juliana Marques. **Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira**. Niterói, UFF. Dissertação (mestrado em História). Niterói, 2019.

OLIVEIRA, André de. **Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara**. El País. São Paulo, 20 de Abril de 2016. Disponível em <<https://bitly.com/qQkiP>>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. In: **Anuario de investigación**. UAM-X, México. 2010.

SCHMIDT, Benito Bissi. “É da época e deu”: usos do passado nas narrativas sobre a participação de Dilma Rousseff na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. In: **Perseu**. História, memória e política, n. 7. 2011.

TELES, Edson. Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura. In: **Anais XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association**. 2009.

CAPÍTULO 11

PROFESSORA ELZA VIANNA: A PRIMEIRA DOCENTE NEGRA DE NATIVIDADE-RJ

Data de aceite: 24/05/2021

Márcia Aparecida de Souza

Doutoranda em Educação (UFC), Pesquisadora
e Professora SEEDUC/RJ
<http://lattes.cnpq.br/8067363406032688>

Henrique Cunha Júnior

Doutor em Engenharia Elétrica. Professor
Titular (UFC)
<http://lattes.cnpq.br/3168771550890062>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada sobre a história de vida e a trajetória profissional de Elza Vianna, a primeira professora negra da cidade de Natividade-RJ. Identificando sua contribuição enquanto mulher, negra e educadora. Fato raríssimo para um período em que a atividade de docência era prioridade de brancos, principalmente em uma pequena cidade do interior. Para realização desse trabalho, foram feitas diversas visitas à residência da professora e entrevistas e depoimentos foram gravados, também realizou-se levantamentos documentais e fotográficos. A filha da professora teve grande contribuição com os relatos sobre as memórias sociais e coletivas de sua mãe. No decorrer da pesquisa considerou-se a história de vida da depoente, as instituições escolares nas quais a professora estudou e principalmente a que atuou como docente; Também foram observados os conflitos e enfrentamentos vividos por ela em sua carreira profissional. Por fim, os relatos nos permitiram compreender melhor a complexa

relação mulher negra-educação escolar no pós-abolição e evidenciaram a presença do racismo institucional, além de possibilitarem conhecer a trajetória de vida e os desafios enfrentados pela Senhora Elza Vianna em sua carreira profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias; trajetória profissional; Professora.

TEACHER ELZA VIANNA: THE FIRST BLACK TEACHER OF THE NATIVIDADE -RJ

ABSTRACT: This study aims to present a research carried out on the life history and professional trajectory of Elza Vianna, the first black teacher in the city of Natividade-RJ. Identifying your contribution as a woman, black and educator. Very rare fact for a period in which teaching activity was a priority for whites, especially in a small country town. To carry out this work, several visits were made to the teacher's residence and interviews and testimonies were recorded, documentary and photographic surveys were also carried out. The teacher's daughter had a great contribution with the reports on her mother's social and collective memories. During the research, the interviewee's life history was considered, the school institutions in which the teacher studied and especially the one who worked as a teacher; The conflicts and confrontations experienced by her in her professional career were also observed. Finally, the reports allowed us to better understand the complex relationship between black women and school education in the post-abolition period and highlighted the presence of institutional racism, in

addition to making it possible to know the life trajectory and challenges faced by Ms. Elza Vianna in her academic career.

KEYWORDS: Memories; Professional trajectory; Teacher.

INTRODUÇÃO

A história da população negra no período do século XX foi marcada pela transição entre o período do trabalho escravizado e o trabalho livre. Essa camada da população sofreu as decorrências do racismo estrutural e das implicações da república com ideais eugênicos e europeizantes, num processo de desqualificação do trabalho dos negros e negras.

O século XX também marca as transições entre a vida da maioria da população negra que vivia nas fazendas e sua mudança para a vida urbana em decorrência da substituição do trabalho antes realizado por negros, que foi transformado em trabalho de branco após a chegada das populações imigrantes europeias.

Os recursos teóricos das ciências humanas brasileira tiveram dificuldade em produzir categorias específicas para demonstrarem a realidade brasileira do período colonial. Além do que a apropriação da ciência pela classe branca eurodescendente foi regida por um propósito de apagamento da realidade negra. Não existia nas categorias a nitidez de que o trabalho livre capitalista nem sempre representou para as populações negras o trabalho remunerado, assalariado. Muito menos que as relações sociais não se constituíram apenas da relação trabalho e capital, impunha-se outra categoria, ou seja, a relação população negra e população branca numa estrutura de racismo antinegro constituído de barreiras para o mundo do trabalho urbano. Foi produzida uma ideologia do trabalho imigrante como o trabalho criador da riqueza tendo como consequência a origem de novos campos de enfrentamento para a população negra, com a realidade social que entendia que essa, estaria ideologicamente desqualificada para o trabalho. O fazer “trabalho de branco” passou a ser considerado sinônimo de fazer trabalho bem feito.

Inclusive, a história local do interior agrário brasileiro nas regiões norte fluminense, sul mineiro e Espírito Santo associa as plantações de café, as exportações brasileira e o progresso às imigrações europeia e à república. Neste ambiente histórico é que as populações negras se adaptaram às condições de vida do regime do pós-abolição, no qual a educação era privilégio das populações brancas e os currículos moldados para essa população, neste universo a educação para a população negra representava uma rendição à segunda abolição conseguida por muito poucos.

Ainda nesse enfoque, também podemos considerar a mulher negra “como um sujeito especificado, duplamente estigmatizado, com sentimentos e sentidos diferentes a partir de seu pertencimento racial, da cor da pele de seu corpo negro” e das relações de gênero. (LOPES, 2008, p.22). E sua aceitação em diversos campos de trabalho, inclusive

no espaço escolar, deu-se pela resistência e não pelo entendimento de sua capacidade enquanto profissional. Em relação às relações de gênero, Louro (2001), aponta que

Não parece ser possível compreender a história de como as mulheres ocuparam as salas de aula sem notar que essa foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero: as representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para cada um deles são integrantes do processo histórico. (LOURO, 2001, p. 478).

Considerando os diversos percalços, como os acima apontados, é que se justifica o desenvolvimento desse estudo que apresenta as memórias da primeira professora negra da cidade de Natividade-RJ, que completa 88 anos, nesse ano de 2021.

NATIVIDADE, PALCO DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

A pequena cidade de Natividade situa-se na região Noroeste Fluminense, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Subdivide-se em Natividade, 1ª distrito-sede, Ourânia e Bom Jesus do Querendo. (Figura 1) Atualmente conta com um total de 15.082 habitantes em uma área de 387 km².

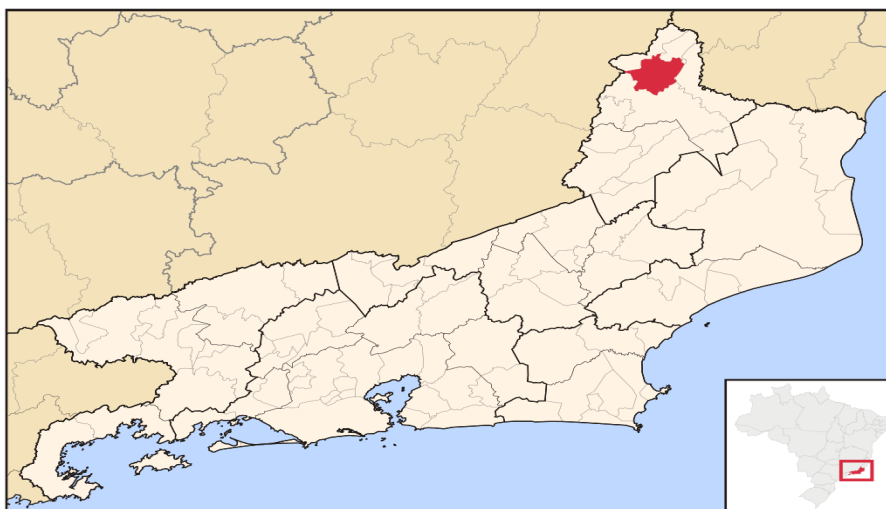


Figura 1: Localização do município de Natividade-RJ

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Natividade_\(Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Natividade_(Rio_de_Janeiro))

O município começou a ser explorado pelo branco considerado desbravador entre 1824 e 1834. Segundo Souza e Cunha (2019), no século XX, grande parte da população negra de Natividade trabalhavam nas grandes lavouras de café e no plantio de algodão e cereais. Após o declínio da agricultura essa população começou a migrar para a cidade, mas como as áreas centrais já estavam ocupadas, os primeiros ranchos começaram a surgir

em áreas ribeirinhas e em morros, formando um espaço urbano periférico, constituído por maioria de população negra. Espaços que “são fruto dos processos de subdesenvolvimento” e forte marca do período pós-abolição. (YADE, 2015, p. 46)

Apesar de ser uma pequena cidade as características dos bairros são bastante diversificadas. Na área central ainda se encontra alguns casarões e outras moradias que nos remetem ao estilo colonial, bem como residências modernas e pequenos e poucos prédios. Nos bairros próximo ao centro observa-se residências do segmento considerado classe média. E à medida que se distancia da parte central encontra-se bairros bastante empobrecidos, localizados em áreas de declive e que comportam residências de risco; Espaços urbanos, que segundo Cunha Júnior (2007, p. 69) são “resultados de situações históricas brasileiras, [que] criam segregações populacionais espaciais e promovem as desigualdades sociais decorrentes das políticas públicas”.

Nesse cenário, trabalhando com discentes oriundos de espaços considerados periféricos é que se apresenta as memórias da primeira professora negra de Natividade. Ela, que teve os pais e avós ainda imersos no sistema escravista e tendo concluído o magistério enfrentou os percalços da cor da pele na obtenção de trabalho.

Os relatos nos permitem compreender as estratégias e formas vida da população negra para a superação das dificuldades sociais e traçar novos horizontes para produção de uma história específica da população negra no período do pós-abolição.

HISTÓRIA DE VIDA

Dona Elza Vianna, como é conhecida na cidade, nasceu em 20 de outubro de 1934, no atual Município de Laje do Muriaé. Filha de Sebastião Vianna e Joaquina Conceição. Oriunda de família muito humilde e já com muitos filhos, quando Dona Elza nasceu sua mãe foi acometida por severos problemas emocionais, psicológicos e psiquiátricos e não conseguiu se recuperar. Tanto que passou a andar sem destino de um lugar para outro e por fim acabou não se conhecendo o destino final da mãe biológica de Dona Elza; O que acarretou na necessidade de seu pai procurar outras pessoas pra cuidarem das crianças, visto que sozinho ele não daria conta de trabalhar para o sustento e cuidar de todos os filhos ainda pequenos. Os filhos foram então passados para os cuidados de outras pessoas. Sr. Sebastião Vianna procurou uma fazendeira moradora de laje do Muriaé e pediu para que essa adotasse a recém nascida, Dona Elza Vianna, porém a referida senhora já havia adotado outras duas crianças e afirmou não ter condições de cuidar de uma terceira criança. Mas na referida casa havia uma senhora que trabalhava para essa fazendeira, que se comoveu com a história de Sr. Sebastião e mesmo já tendo também dois filhos se interessou e pegou a criança para cuidar. E nessa fazenda Dona Elza Vianna cresceu chamando os fazendeiros de Madrinha e Padrinho, visto que literalmente apadrinharam-na e chamando a servidora da fazenda de mãe. E as cinco crianças foram criadas juntas

(os dois filhos dos fazendeiros, crianças brancas; os dois filhos biológicos da trabalhadora da fazenda e Dona Elza, crianças negras). Todas as crianças receberam juntas educação escolar, alimentação, aconselhamento e cuidados por parte dos fazendeiros.

Sobre a educação escolar, as crianças cursaram o primeiro segmento do Ensino Fundamental em um colégio localizado em Laje do Muriaé. E quando concluíram essa etapa o casal de fazendeiros decidiu mudarem-se para Itaperuna-RJ, cidade bem maior, mas que também faz parte da região, para facilitar e continuar a escolarização dos filhos. Naquela época, mesmo em Itaperuna, não havia escola pública que atendesse o segundo segmento do Ensino Fundamental, só havia escola particular. As duas crianças, filhos dos fazendeiros foram matriculados na escola particular, que era bastante cara na época e eles não tinham condições de pagar para todas as crianças. Mas como a menina Elza demonstrava grande interesse e vontade de continuar os estudos, seus padrinhos que eram amigos do dono do colégio, conseguiram uma “bolsa escolar” e dessa forma Dona Elza conseguiu continuar os estudos no Colégio Bittencourt de Itaperuna-RJ. Inclusive, nesse colégio Dona Elza conheceu Lilian, sobrinha dos fazendeiros que a apadrinharam-na, e tornaram-se grandes amigas. Estudavam e saíam juntas, iam à igreja; Vale a pena observar que a família que apadrinhou Dona Elza era evangélica e a criaram de acordo com essa doutrina.

Quando os jovens concluíram o Ensino Fundamental os fazendeiros decidiram vender a fazenda e se mudaram. Foram para Niterói-RJ e levaram com eles a jovem Elza Vianna.

Em relação à continuidade de estudos, a história se repetiu; Os filhos dos padrinhos foram estudar em uma renomada escola particular de Niterói-RJ, o Colégio Plínio Leite, e conseguiram “bolsa de estudos” para a jovem Elza Vianna cursar o Ensino médio na modalidade Curso Normal. Quanto ao material escolar o próprio diretor da escola encarregou-se de conseguir livros com ex-alunos para serem reaproveitados por Dona Elza Vianna e em relação a outros materiais e uniformes os padrinhos se responsabilizaram. E dessa forma ela concluiu o Ensino Médio. E tornou-se professora do ensino primário. (Figura 2)



Figura 2: Formatura de Dona Elza Viana

Fonte: Acervo da família Viana

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE UMA PROFESSORA NEGRA

Após a conclusão do ensino médio, Sr. Plínio Leite, a convidou para trabalhar na secretaria da instituição da qual ela foi aluna; ela aceitou e esse foi seu primeiro emprego.

Trabalhou por algum tempo, não muito, pois conheceu Sr. Joel, comerciante, negro, natividadense e se casaram e vieram morar em Natividade-RJ; que é uma cidade próxima à que Dona Elza nasceu.

Em Natividade a professora Elza Vianna teve bastante dificuldade em conseguir uma vaga como professora, visto que naquela época esses cargos eram definidos por indicação política. Mas como o marido, Sr. Joel, além de ter nascido em Natividade, era um conhecido comerciante e tinha alguns amigos influentes, apesar das objeções ele conseguiu alguns contratos temporários para a esposa.

Passado alguns anos surgiu um concurso para acesso ao magistério, realizado na cidade de Niterói-RJ, a professora Elza conseguiu se inscrever e foi de trem para a referida cidade para realizar a prova. Estadia não foi difícil, pois apesar de que os padrinhos de Dona Elza já haviam falecido na época, a mãe adotiva e os irmãos moravam em Niterói. Ela fez o concurso, foi aprovada e de acordo com sua classificação conseguiu uma vaga no colégio de Elite de Natividade, C. E. Francisco Portella. Ela não precisou começar lecionando nas roças, na época os colégios de zona rural eram administrados pelo Estado. E grande parte dos professores iniciavam suas carreiras em escolas de zona rural só depois de algum tempo é que conseguiam vir para a única escola urbana do município, que era o colégio supracitado.



Figura 3: Docentes do C.E. Francisco Portella (Elza Viana- 1ª à esquerda)

Fonte: Acervo da família Viana

A docente enfrentou diversos preconceitos, não foi boa aceitação pela direção, equipe pedagógica e pais de alunos. A situação era “você vão ter que me engolir”, e mesmo ela sendo bela, elegante, vaidosa, bem trajada (Figura 3), não lecionava para os alunos filhos da elite do município, que eram maioria dos alunos da referida escola. Suas turmas eram de crianças oriundas do Morro São Pedro, Pito, Ladeira São Cristóvão e fazenda do Engenho, alunos pobres, negros e periféricos. Não havia abertura para que ela, professora negra, lecionasse para crianças brancas e de melhores condições financeiras.

E assim foi durante muitos anos, mas apesar das adversidades a professora Elza Vianna era dedicada e empenhada em bem realizar sua função, tanto que era muito respeitada pelos pais de alunos que viam nela uma pessoa exemplar e diferenciada, aquela que ensinava às primeiras gerações escolarizadas de negros de Natividade a ler, escrever e contar. Os pais ficavam encantados ao verem o desenvolvimento de seus filhos.

Em relação ao preconceito e racismo, esses eram observados por exemplo, pela dificuldade da direção do colégio em confiar a ela determinados cargos dentro da escola; Não davam-na oportunidade de atuar em outra função por entender que ela como negra tinha que trabalhar em turma, com alunos negros. Também, na época era o prefeito da cidade que escolhia os profissionais para trabalharem com cargos como acompanhamento da merenda escolar, que a docente pleiteou por diversas vezes, e a ela foi negado possivelmente por haver possibilidade de em algum momento precisar apresentar-se diante de um coordenador regional, por exemplo e o executivo não ia apresentar uma negra como representante de cargos de confiança na educação do município.

Tal contexto nos remete ao parâmetro da “boa aparência”, que aponta “a cor branca [...] naturalizada como padrão humano privilegiado e disseminada como um ideal estético na sociedade brasileira, em detrimento da negritude”. (CARNEIRO, 2006, p.27). Nesse caso, a aparência da mulher negra não atende ao padrão pré-estabelecido da “boa aparência”.

Em outros campos de atuação como na igreja em que frequentava ela também sofreu preconceito e não podia ter acesso a função que a colocasse em destaque. Bento, (2002) corrobora com esse entendimento ao apontar que há uma naturalização da invisibilidade da presença da mulher negra em cargos de destaque e melhor remuneração e o contrário também é observável, ou seja, vê-se sua presença em massa em funções subalternas e de menor remuneração.

Observa-se então que à população branca é/era reservada posições de destaque, já que “(...) teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito”. (BENTO, 2002, p.28).

Outra situação extraescolar, mas que vai refletir na atuação escolar, que vale a pena relatar foi quando D. Elza se interessou em realizar um curso de capacitação para trabalhar com crianças excepcionais, termo usado na época para crianças especiais, que estava sendo realizado na cidade de Itaperuna

Ela foi a única negra, que naquela ocasião conseguiu fazer esse curso. Ocorreu que a senhora que administrava e coordenava o curso, foi sua amiga no período que cursaram o segundo segmento do Ensino Fundamental em Itaperuna. A coordenadora conseguiu uma vaga para a professora Elza Vianna, que concluiu o curso e pela habilitação passou a lecionar para uma turma de crianças excepcionais no Colégio Francisco Portella, essa foi a única vez que ela teve oportunidade de trabalhar em função gratificada, pois todas as muitas outras vezes que tentou houve algum impedimento, aparentava ser vergonhoso uma negra representar algum cargo de evidência na educação do município.

Enquanto professora de crianças excepcionais ela formou uma banda e um coral com os alunos e fizeram emocionante e brilhante apresentação na cidade de Itaperuna, junto a outros docentes que realizaram o mesmo curso. Segundo a professora Ana Lúcia, filha da docente Sr. Elza Vianna essa foi a única vez em que viu autoridades curvarem-se frente ao trabalho realizado por sua mãe, Dona Elza Vianna, a primeira professora negra de Natividade-RJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de vida de Dona Elza se assemelha a muitas histórias de professoras negras que encontraram grande rejeição para ingresso no magistério, numa época em haviam poucos professores e grande demanda pela educação, que não tinha se universalizado. E mesmo as condições sociais, a boa formação profissional e condição

econômica de Dona Elza, não implicaram numa fácil adaptação ou aceitação pelo sistema de emprego governamental; A carreira não fluiu naturalmente. Os relatos de ausência de oportunidade para cargos remunerados demonstram a influência do racismo institucional e da segregação imposta pela sociedade de dominação branca. As barreiras não foram somente as de formação, como a maioria da população negra acreditava ser, mesmo os instruídos enfrentaram diversas restrições para o exercício da profissão.

As memórias e história de vida da Dona Elza ilustra a composição coletiva que nos informa sobre a construção social do lugar da população negra no trânsito do século XX.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray (org.). Psicologia Social do Racismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENTO, Maria Aparecida. **Pactos Narcísicos do Racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo: s.n., 2002 – Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

CARNEIRO, Sueli. **Desigualdades raciais**: fontes de conflito e violência social. In: CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Afrodescendência e Espaço Urbano**. In: CUNHA JR, Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs). Espaço Urbano e Afrodescendência: Um estudo da Espacialidade brasileira para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

GONÇALVES, Benjamin S. (Coordenação e edição) **O Compromisso das Empresas com a Promoção da Igualdade Racial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

LOPES, Tania Aparecida. **Professoras negras e o combate ao racismo na escola**: um estudo sobre a auto-percepção de professoras negras da rede pública de educação do Estado do Paraná, de escolas localizadas no bairro do Boqueirão, do município de Curitiba, acerca de suas práticas de combate ao preconceito e a discriminação racial no interior da Escola. Dissertação de mestrado. Programa de PósGraduação em Educação, na Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del (org). História das Mulheres no Brasil. 2.edição – São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Márcia Aparecida de; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros e suas formações na cidade de Natividade-RJ**. In: Bairros negros cidades negras. CUNHA JÚNIOR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreira (Org.). Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2019.

YADE, Juliana de Souza Mavoungou. **Vozes e territorialidades pós-abolição** : histórias de famílias e resistência identitária - o caso do Cururuquara .Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de PósGraduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015

CAPÍTULO 12

VIDA PÓS-MORTE NO CORPO SEM VIDA: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 26/03/2021

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de História
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0826321713568749>

Christian Fausto Moraes dos Santos

Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de História
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5914025585832203>

RESUMO: As técnicas de preservação cadavérica estão presentes em todos os períodos históricos. Esse capítulo visa descrever e analisar alguns grupos que adotaram essa prática com objetivos religiosos. O foco se deu nos procedimentos técnicos e recursos de que tais grupos dispunham para realizarem o embalsamamento. Portanto, o objetivo é analisarmos as técnicas de preservação cadavérica relacionadas à continuidade pós-morte. Os ciclos de embalsamamento são discutidos num primeiro momento, frisando o porquê dos ideais de cada período transcenderem as barreiras temporais que lhes foram impostas. Num segundo momento são expostas as civilizações com seus métodos de embalsamar e a relação de tais métodos com o imaginário religioso do respectivo grupo. Comparações e reflexões sobre as formas de embalsamar serão

feitas na conclusão assim como serão expostas as múmias que eram produzidas.

PALAVRAS-CHAVE: Embalsamamento; Múmias; Pós-morte; Rituais Fúnebres.

AFTER DEATH LIFE IN THE LIFELESS CORPSE: EMBALMING TECHNIQUES AND RELIGIOUS PRACTICES

ABSTRACT: The techniques of cadaveric preservation are present in all historical periods. This chapter aims to describe and analyze some groups that have adopted this practice for religious purposes. The focus was on the technical procedures and resources that such groups had to carry out embalming. Therefore, the objective is to analyze the cadaveric preservation techniques related to the postmortem continuity. The embalming cycles are discussed at first, emphasizing why the ideals of each period transcend the temporal barriers imposed on them. In a second moment, civilizations are exposed with their embalming methods and the relationship of such methods with the religious imagery of the respective group. Comparisons and reflections on the ways of embalming will be made at the conclusion as well as the mummies that were produced will be exposed.

KEYWORDS: Afterdeath; Funeral Rituals; Embalming; Mummies.

1 | INTRODUÇÃO

A morte é um processo que acomete todos os seres vivos que existem, perpassando por todas as temporalidades. As sociedades

compostas pela espécie humana temem esse processo devido ao desconhecido evocado. Se a vida tem sentido por meio das interações dos indivíduos, a morte se traduz em temor por quebrar tal aspecto (MOORE e WILLIAMSON, pp.3, 2003). Isso fica claro no terror que um cadáver sem preparação gera. As etapas da morte como o *Livor Mortis*, o *Rigor Mortis* e a decomposição geram o sentimento de desamparo (COLMAN, pp.42, 1997).

Enquanto a morte é temida de maneira natural pelos indivíduos humanos, nota-se que ela é lidada artificialmente. Esse processo, historicamente construído, está atrelado a determinantes culturais. Os ritos ganham vida por meio dessa relação. As sociedades pré-literatas, por exemplo, fugiam da morte. No entanto, aos poucos, esses grupos foram reconstruindo sua relação com o fim da vida. A busca de evitar a morte designou ritos ao cadáver (MOORE e WILLIAMSON, pp.3-4, 2003). O embalsamamento significa um confronto com a morte, atitude essa que constrói a significação do grupo e que estabelece uma dinâmica com a visão de mundo no imaginário dessas culturas. O embalsamamento é realizado desde os primórdios da humanidade. Quando se compara diferentes culturas, com distintos aspectos religiosos, é possível compreender quais eram as intenções ao lado das mais diversas técnicas utilizadas (COLMAN, pp.45-48, 1997).

O embalsamamento, seja natural ou artificial, possui como produto restos humanos que preservam partes orgânicas, mantendo assim a forma e parte da aparência. As de tipo natural são aqueles produzidas em meio à local árido, seja com ou sem intencionalidade humana. Quando havia intenção nesse processo, ele passa a ser considerado como natural-artificial. A mumificação mantém a estrutura intracelular apesar da perda da funcionalidade da célula (LYNNERUP, pp.162-164, 2007).

O embalsamamento, enquanto técnica, mudou no decorrer do tempo de acordo com as intenções para sua realização. Os autores Erich Brenner e Robert G. Mayer estipularam que existam três períodos distintos na história dessas técnicas, que se definem por meio das diferentes intenções para a conservação do cadáver. O primeiro período é chamado período das culturas antigas, se iniciando das primeiras evidências até o ano de 650 D.C; o segundo período é conhecido como período dos anatomistas (650 D.C. – 1861 D.C.) e o terceiro e último período é conhecido como período funerário (1861 D.C. – tempo presente) (BRENNER, pp.316, 2014) (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

O período das culturas antigas congrega uma multiplicidade de civilizações que possuíam uma visão de mundo própria. Os fatores religiosos e mágicos individuais aparentam ser o grande fator motivador da realização da preservação para as civilizações desse período, o mesmo valendo para técnicas e recursos (JOHNSON et al, pp.983, 2012) (THOMAS, pp.236, 1989). Na maioria desses grupos a intenção era de preservar o cadáver para que seu espírito, ou identidade, pudesse transitar ao seu respectivo paraíso ou pudesse continuar existindo no espaço terreno (MOORE e WILLIAMSON, pp.4, 2003) (THOMAS, pp.236, 1989). A relevância de se estudar um procedimento como esse é devido sua centralidade nessas sociedades. O lidar com a morte garante coesão social e

reorganização grupal, independente do processo proposto (ARRIAZA et al, pp.196, 1998).

Ao utilizar o marco temporal de 650 D.C. pode-se cometer um erro grave quando se estuda o embalsamamento. Esse ponto deve ser entendido como divisa entre duas eras do embalsamamento. O período anterior a esse ano é dito como o período das culturas antigas, servindo como identificação de modelos de embalsamamento com enfoque religioso. Tal divisa se dá porque, por volta do ano 650 D.C., na Idade Média Europeia, surgiu o embalsamamento com foco na preservação da imagem do defunto. O erro que não deve ser cometido é o de achar que após o ano 650 D.C. não surgiram novas culturas que realizavam o embalsamamento com enfoque religioso. Os marcos temporais do embalsamamento referenciam o começo de novas intenções para embalsamar e não o fim das anteriores (BRENNER, pp.316, 2014) (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

Esse material se centra nos modelos de embalsamamento com intenção religiosa que surgiram depois de 650 D.C. A divisão aqui escolhida se centra numa questão temporal, tendo esse material objetivado as culturas, mundo afora, que não fazem parte da antiguidade. As civilizações que surgiram antes de 650 D.C. estão reunidas e debatidas em outra pesquisa por nós realizada.

2 | A MÚMIA DO IMPERADOR: A MÚMIA INCA E SUAS VARIANTES REGIONAIS

Civilizações existiram dentro do espaço Americano desde 4000 A.C. Tais grupos desenvolveram tecnologias sofisticadas, mas, ao lado dessas, permaneceram utilizando recursos do paleolítico. Os Incas se constituíram enquanto povo por volta do século XII, mas a estrutura de império só se consolidou em 1438. O grupo Inca era formado por cerca de cem mil indivíduos. No entanto, o império era formado por 10 milhões de habitantes, tendo isso sido possível devido a boa administração, questões militares e vantagens de tipo econômico e de proteção. O império começou sua derrocada com a invasão espanhola em 1532, essa liderada por Francisco Pizarro (MONTGOMERY e KUMAR, pp.254-266, 2016).

Os Incas por terem um império de larga extensão acabaram se apropriando de conhecimentos regionais que lhes foram úteis, um desses foi o embalsamamento. O que se nota é que haviam várias metodologias, tendo elas variado de acordo com a regionalidade e em relação à posição social que possuía o defunto (VREELAND, pp.168-169, 1998). Ao que tudo aparenta, apenas pessoas de alta hierarquia eram embalsamadas. No entanto, a metodologia dos imperadores e kurakas (líderes regionais) diferia das dos outros indivíduos (THOMAS, pp.231-232, 1989). Nenhum exemplar de múmia real remanesceu. Restaram apenas relatos de cronistas Incas e de Espanhóis que se depararam com elas. Dentre os motivos pensa-se na destruição por parte dos locais e a falta de cuidados por parte dos espanhóis, que não as restauraram, provocando a deterioração delas nos séculos XVI e XVII (HEANEY, pp.21, 2018) (WEBB, pp.176-177, 2015).

A múmia do imperador era conhecida como Yllapa, sendo ela um objeto de veneração

que trazia luz aos indivíduos, pois era dito que ela continha o último sopro de vida do dignitário. É provável que a metodologia empregada no preparo da mesma foi apropriada de grupos andinos por volta de 1300 D.C. Os procedimentos técnicos encontrados nos relatos afirmavam ocorrer a evisceração onde o coração era retirado, secado e disposto num ícone de ouro, assim como a retirada do intestino. Substâncias balsâmicas eram aplicadas no exterior e interior, sendo esse corpo levado a um local frio com incidência do sol, para que pudesse dessecar. Essa era a metodologia mais comum nas terras altas centrais (VREELAND, pp.170, 1998). Esse corpo recebia cera e tinturas para modelar, sendo ele todo enfeitado com penas ouro e pedras preciosas (HEANEY, pp.5-6, 2018) (THOMAS, pp.231-232, 1989).

Durante o período de um mês o corpo do imperador permanecia com suas vestes reais, assim como era disposto num trono (VREELAND, pp.171-172, 1998) (WEBB, pp.177, 2015). Depois de passado o mês a Yllapa era levada numa praça, para que ocorressem comemorações, pois ela ainda teria vida. Em seguida ele era colocado num palácio suntuoso, cheio de joias onde havia o corpo de outros imperadores mumificados (HEANEY, pp.6, 2018). O fato de que o imperador era colocado numa câmara junto de corpos de concubinas, esposas e lhamas que foram sacrificadas, assim como oferendas, nos leva a crer na ideia de um pós-vida (THOMAS, pp.232, 1989). O papel do imperador mumificado era o de manter sua linhagem, pois uma vez que seu corpo fosse preservado, a existência de seu grupo estava assegurada (HEANEY, pp.6, 2018). Nenhum familiar ou indivíduo podia visitar a múmia do imperador, apenas os profissionais encarregados, que cuidavam de manter as provisões e oferendas ao corpo defunto (VREELAND, pp.172-173, 1998).

Fora do planalto central, nas terras baixas e costa, as técnicas de mumificação variavam. No entanto, a evisceração aparenta ter sido uma constante nas diferentes metodologias desenvolvidas. O corpo era enrolado em tecidos, após isso recebia uma camada de algodão, seguido de mais uma camada de tecido e uma série de sementes de algodão, sendo muitas vezes aplicada uma corda ao redor (VREELAND, pp.170, 1998). No topo desse conjunto trabalhado, era colocada uma cabeça falsa que tinha sido ornamentada. Alguns dos corpos no interior desses mantos estavam muito bem preservados, enquanto outros encontravam-se bem deteriorados (WEBB, pp.178, 2015).

Como colocado, haviam variantes locais. Em Pachacámac o corpo era tratado no método acima, recebia uma série de oferendas para o pós-vida e as cabeças falsas eram de diferentes materiais. Dentro desse grupo havia cabeças de madeira talhadas com conchas nos olhos, de cerâmica com detalhes coloridos e de pano pintado recheado com raízes e folhas (FLEMMING, pp.40-43, 1986). Na província de Carangas o processo era similar, havendo uma incisão abdominal para retirar as vísceras, sendo esse corpo dessecado pelo frio e sol e resguardado com oferendas (VREELAND, pp.170-171, 1998). No grupo Chacapoya a metodologia era similar. No entanto, as vísceras eram retiradas por um alargamento anal que depois era selado com panos. A pele nesse grupo era tratada

com plantas andinas e esse corpo também recebia oferendas (WEBB, pp.178, 2015).

O Kuraka recebia um procedimento similar àqueles citados que não eram o do imperador. No entanto, por ter uma posição social de liderança, os itens que lhe eram dispostos para o pós-vida eram únicos. Esses líderes regionais eram dispostos numa sala própria, de maneira que todas as suas posses lhe acompanhavam, assim como oferendas. Além disso, servos e mulheres sacrificados lhes serviriam no pós-vida, sendo esses cadáveres dispostos ao seu lado (VREELAND, pp.171, 1998).

31 CAÇADORES DE CABEÇAS: OS JÍVARO-SHUAR E A PRESERVAÇÃO CRANIANA

Dentro do espaço sul-americano surgiu, entre diferentes culturas, um fenômeno cultural chamado de “caçada de cabeças”. Sua presença, em diferentes partes do mundo, conota uma questão primitiva de muitos grupos. No entanto, uma etnia manteve essa metodologia até o século XX, os Jívaro-Shuar (ARRIAZA et al, pp.211, 1998). Esse grupo vivia na bacia do rio Amazonas, numa região montanhosa que fica ao sul do Equador e ao norte do Peru (JANDIAL et al, pp.1215, 2004) (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009). Essa técnica de embalsamamento vem desde períodos pré-coloniais, sendo que o diferencial dos Jívaro-Shuar, entre outras etnias de caçadores de cabeça, reside no fato de que estes encolhem o crânio para o tamanho de um punho adulto (ARRIAZA et al, pp.212, 1998).

A cabeça preparada se chama Tsantsa. Ela funcionava como uma espécie de troféu e havia muitos motivos para sua busca (THOMAS, pp.233, 1989). O motivo para a promoção desse tipo de caçada se pautava na questão ideológico-religiosa, pois a morte natural de um indivíduo do grupo era considerada fruto de pragas feitas por outro grupo (JANDIAL et al, pp.1217, 2004). O processo era organizado pelo Kuraka do povoado ao lado do xamã, sendo uma batalha que poderia ter de cinco a cinquenta guerreiros, seu objetivo era obter o máximo de cabeças possíveis (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009).

Todo o processo ritual em torno da caçada importava muito. O mesmo se iniciava com uma preparação na noite anterior ao começo da viagem. Os guerreiros bebiam cerveja de mandioca, se entorpeciam com um alucinógeno, *Natéma*, e o xamã bebia o *Maikua*, que permitia o contato com os antepassados. O grupo viajava, cercava o outro povoado, invadia o mesmo e focava em ataques de tacape com dardos venenosos. Quando necessário, lutavam com lanças de madeira. Com os inimigos mortos, as cabeças eram retiradas pelo pescoço num corte em V, sendo esse feito com uma faca de metal ou de madeira que eram depois deixadas no mesmo local (JANDIAL et al, pp.1217, 2004).

O objetivo não era conquistar o território inimigo, mas sim garantir o máximo de cabeças possíveis. Depois do ataque, os invasores recuavam. O recuo se dava por medo dos espíritos raivosos na região, por isso as facas também eram deixadas para trás. Os Jívaro-Shuar retornavam à sua aldeia e davam início à confecção do troféu. A cabeça era

toda escalpelada, sendo retiradas as entranhas e ossos, no entanto as cartilagens eram mantidas assim como o que restava do cabelo (JANDIAL et al, pp.1217-1218, 2004). Essa etapa era rápida levando de quinze à vinte minutos. No entanto, o processo completo geralmente levava oito dias (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009) (THOMAS, pp.233, 1989). Como a viagem de volta com as cabeças costumava demorar, em muitos casos as mesmas estavam em estado de putrefação ainda durante o transporte (ARRIAZA et al, pp.213, 1998),

As cabeças eram então dispostas num recipiente com água de rio e plantas cozidas, havendo a presença de tanino, coagulantes e antissépticos. Se a cabeça estivesse fresca ela não necessitava de calor, mas caso a putrefação tivesse começado ela era condicionada a um processo de aquecimento (ARRIAZA et al, pp.213, 1998). Esse processo levava de quinze a vinte minutos e, durante o mesmo, havia a recitação de passagens rituais importantes (JANDIAL et al, pp.1218-1219, 2004). O crânio tinha seus orifícios selados com fibras vegetais e gravetos, enquanto que o topo era selado pelos cabelos abundantes (ARRIAZA et al, pp.214, 1998). A cabeça era colocada numa estaca e assim os Jívaro-Shuar reiniciavam a marcha de volta ao seu povoado (JOHNSON et al, pp.1000, 2012).

O processo de encolhimento dependia da introdução de pedras e areia quentes que tinham sido previamente aquecidas num prato. A cabeça recebia primeiro a areia, sendo chacoalhada para se espalhar e depois recebia pedras, processo que conforme a redução desse saco de pele, ia necessitando da introdução de pedras cada vez menores (THOMAS, pp.233, 1989). A preservação do crânio significava manter o inimigo preso e reduzido ali, sendo as pedras quentes úteis para acalmá-lo (JANDIAL et al., pp.1219, 2004). Óleos vegetais e gorduras eram utilizados para modelar a face, portanto seu escurecimento vem desses fatores e da fumaça das pedras e areias aquecidas (ARRIAZA et al, pp.214, 1998). Esse saco de pele era recheado com carvão e por fim estava pronta a Tsantsa (THOMAS, pp.233-234 1989).

O processo em si tinha mais de uma motivação. A primeira delas era o de poder libertar os antepassados de seu grupo, pois se alguém morrera por um sortilégio, o rito final da *Tsarutama* poderia libertar este antepassado (JANDIAL et al, pp.1220, 2004). O crânio também funcionava como um troféu e um amuleto, pois detinha os atributos do indivíduo decapitado, uma vez que o guerreiro inimigo tinha seu espírito ali encerrado, podendo este ser evocado. Esse processo pode parecer muito violento. No entanto, tais valores eram construídos entre esses grupos dentro de um modelo ideológico pautado em crença construído desde a infância. Cabe ressaltar que a vida seria então mantida no pós-morte, só que encerrada dentro desse crânio e utilizada pelo seu possuidor (ARRIAZA et al, pp.210-214, 1998).

Uma curiosidade é notar que devido à longa duração desse grupo, as cabeças-troféus vieram sendo produzidas até o século XX. No século XIX o interesse por esses crânios se ampliou, o que gerou uma série de cabeças falsas, preparadas a partir de animais

ou por meio da obtenção de cabeças de defuntos em hospitais da região. As cabeças falsas passaram a ser vendidas como acessórios, sendo apenas possível diferenciar elas das verdadeiras por meio de uma análise forense com recursos bioquímicos (SAUVAGEAU et al, pp.72-74, 2009).

4 I OS NATIVOS ESTADUNIDENSES: TANATOPRAXIA E RITOS FÚNEBRES DE CIVILIZAÇÕES NATIVAS DOS EUA

Na América do Norte nota-se que foram encontradas múmias de diferentes grupos populacionais, sendo a ampla maioria delas de tipo natural. As principais regiões onde se encontraram esses corpos foram nos atuais estados do Texas, Utah, Arizona, Colorado e Novo México. Os grupos que mais se destacam são os Anasazi, Sinagua e Hohokam. Os Anasazi são a etnia mais citada, tendo eles existido entre 100 e 700 D.C. A técnica desenvolvida por este grupo consistia em envolver o corpo em panos e inumá-lo. O processo de dessecação, nesse período, não era totalmente intencional, ocorria pela aridez do solo. Esse grupo assim como a ampla maioria dos grupos não tinha a mumificação como um objetivo final. No entanto, os Anasazi mantinham oferendas aos mortos, levando à ideia de pós-vida. Os descendentes desse grupo, entre os anos de 700 e 1300 D.C., passaram a realizar tal processo de maneira intencional empregando um processo natural antrópico (EL-NAJJAR et al, pp.122-123, 1998).

A fonte “A Further Contribution to the Study of the Mortuary Customs of the North American Indians” de 1881 feita pelo autor H.C. Yarrow traz alguns traços sobre o embalsamamento entre grupos Indígenas que habitavam a Virgínia, Flórida e as Carolinas. O autor comenta a respeito de uma série de relatos do século XVIII, sendo os grupos da Virgínia o enfoque de sua obra. Aparentemente, o embalsamamento se centrava aos grupos elevados e ao líder. O processo relatado se dava por meio da retirada da pele, evitando retaliações, assim como das carnes, a fim de que os ossos ficassem limpos. Os ossos eram secos ao sol, passando por um processo de reintrodução na pele, que fora privada de dessecação e diminuição. Essa reintrodução era feita evitando retaliações, sendo o corpo preenchido com areia branca fina para evitar o vazio da retirada das carnes (JOHNSON et al, pp.1002, 2012) (YARROW, pp.81-82, 2010).

O corpo, depois de pronto, recebia uma camada de óleos vegetais e graxas, sendo isso usado para garantir que a pele não secasse, assim como evitava a putrefação (YARROW, pp.82, 2010). A múmia era então enrolada em um tipo de fibra e depois colocada no alto de alguma árvore, na sequência era inumada ou disposta numa caverna (JOHNSON et al, pp.1002, 2012). Antes de ser enterrado havia um processo de veneração do cadáver. Esse corpo era disposto num altar elevado, aos seus pés eram dispostas suas carnes dessecadas dentro de uma bacia, sendo ele venerado e aclamado. Os líderes espirituais providenciavam suas necessidades, como as oferendas, o que conota a questão do pós-vida. Os costumes mudavam regionalmente, havendo casos onde os ossos eram

guardados em caixas de madeira. Em outros locais, pirâmides de terra eram erigidas para se depositar esses corpos embalsamados. Em todos os casos as joias e utensílios eram inumadas com o defunto (YARROW, pp.82-84, 2010).

5 I CORPOS GELADOS: EMBALSAMAMENTO DA CIVILIZAÇÃO ALEUTA

Na região do Ártico, diversos corpos mumificados foram achados, sendo a maioria deles resultado da mumificação natural sem intenção do homem. Esse processo ocorre devido às condições naturais propícias. A maioria das múmias são do Alasca continental, sendo a mais velha delas de 400 D.C. Porém, elas todas vieram de processos naturais não planejados. No entanto, no arquipélago de Kodiak, especificamente nas ilhas Aleutas, houve o desenvolvimento de um processo de embalsamamento (ZIMMERMAN, pp.84, 1996; ZIMMERMAN, pp.138, 1998). Sendo o modelo artificial o centro de nossas intenções, o enfoque é pensar na metodologia dos grupos Aleutas.

Esse grupo populacional tinha similaridades com os esquimós do Alasca. Seu modelo de vida era dependente de caça e coleta, sendo os produtos do mar os principais recursos. Eles não viviam em iglus como parte da população esquimó, sendo suas casas chamadas de Barabara. Estas eram construções de madeira e grama geralmente erigidas no subsolo. Com relação à cultura do embalsamamento, os registros mais antigos desta prática, entre os moradores das ilhas Aleuta, datam por volta de 1000 D.C. (JOHNSON et al, pp.1003, 2012).

Os Aleutas se propuseram a realizar o embalsamamento porque acreditavam que remanescentes espirituais ainda habitavam o cadáver, portanto ele necessitava de algum cuidado. Esses indivíduos desenvolveram um amplo interesse anatômico elaborando, inclusive, um longo vocabulário sobre as partes. O processo de aprendizado se deu pela exploração de corpos de indivíduos do grupo, havendo um processo de anatomia comparada com a abertura de corpos de animais marinhos. A questão fúnebre era algo muito importante à tal cultura. A maioria dos corpos achados datam do século XVIII, sendo que o objetivo era limitar a putrefação (ZIMMERMANN, pp.87, 1996; ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

Havia variação técnica na maneira de embalsamar, esta pautada na posição hierárquica do indivíduo. A técnica superior era realizada aos caçadores e líderes da sociedade, havendo no caso desses indivíduos a evisceração via pélvis ou pela região abdominal. Parte da gordura era retirada e não havia aplicação química. No entanto, grama seca era utilizada para preenchimento das cavidades (ZIMMERMAN et al, pp.97, 1971; ZIMMERMAN, pp.87, 1996; ZIMMERMAN, pp.147, 1998). Esse corpo era amarrado e colocado numa correnteza de alta velocidade, de maneira que assim restariam apenas a pele e os músculos (JOHNSON et al, pp.1003, 2012). O corpo era flexionado em posição fetal, isso por alguns motivos como a questão de economizar espaço, garantir conforto ao morto e manter posição de dormência para que ele não incomodasse mais os vivos

(ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

Com as cordas já cortadas, a múmia era deixada para secar ao ar livre. O fogo era utilizado quando necessário para acelerar o processo, isso para que o máximo de umidade pudesse ser eliminada. Esse corpo era vestido com uma roupa de pele de aves marinhas e, depois, enrolado num manto feito de tripas, por ser à prova d'água. Finalmente, uma última camada de peles de focas e leões marinhos era colocada. O corpo era disposto numa caverna fúnebre, podendo estar suspenso no teto ou elevado numa plataforma específica para isso. Essas cavernas de tipo vulcânico geram um vento seco e quente, condição propícia à preservação (ZIMMERMAN, pp.87-89, 1996; ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

A metodologia inferior não se diferenciava muito da superior. Nesse método ocorriam os mesmos processos do tipo superior, com exceção da evisceração e do preenchimento das cavidades com folhas secas. Essa prática perdurou até o século XVIII, pois a partir daí a vida desses grupos mudou com a exploração Russa na região (ZIMMERMAN et al, pp.97, 1971; ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

6 | MÚMIAS DEFUMADAS: PRESERVAÇÃO CADAVERICA E RITOS FÚNEBRES ENTRE CIVILIZAÇÕES DA OCEANIA

Na região da Oceania nota-se que diferentes métodos de embalsamamento foram desenvolvidos. No entanto, eles possuem traços similares entre si. As principais metodologias abordadas estão na Austrália, em Papua Nova Guiné e na Nova Caledônia (VALENTIN e SAND, pp.165, 2019). As metodologias em si variam de dessecação por exposição ao sol ou de dessecação por via de defumação. Elas podem ser simples ou compostas, havendo, no primeiro caso, apenas dessecação e, no segundo, algum processo aliado a esse como evisceração (PRETTY e CALDER, pp.289-290, 1998).

O procedimento de embalsamamento desses grupos também tinha motivações espirituais. Para esses indivíduos o espírito poderia ser mantido no grupo ou ao menos no corpo, sendo necessário que esse corpo pudesse ter durabilidade. Alguns grupos consideravam a possibilidade de reassociação, ou seja, a alma ainda habitaria o grupo. Para outros ocorria a continuidade pós-vida mas não no interior do grupo (LOHMANN, pp.191, 2005). Tal cosmogonia era restrita à líderes e guerreiros. Encontramos, contudo, outras motivações além da espiritual, como o luto, a ideia de enaltecer o líder ou até mesmo gerar relíquias com partes do corpo (PRETTY e CALDER, pp.293-295, 1998).

A respeito das metodologias de embalsamamento registradas na Oceania, chama a atenção a do território australiano. A primeira etapa era de dispor o corpo suspenso numa árvore, podendo ser livre ou numa plataforma, para que ocorresse a dessecação pelo sol. Alguns grupos do território australiano utilizam o mesmo processo mas realizam defumação, sendo todos os orifícios selados nessa dinâmica. Em certos momentos, ocorria a evisceração, o que refinava o processo. Esses grupos também descamavam a pele,

utilizavam uma argila vermelho ocre ao redor da fâscia assim como um lubrificante. Deste modo, o corpo estava pronto, sendo que alguns membros do corpo eram utilizados em rituais (PRETTY e CALDER, pp.296-297, 1998).

No caso de Papua Nova Guiné o que fica aparente é que as ilhas menores tinham metodologias diferentes da ilha principal. O corpo era deixado secando durante algum tempo longe do grupo, sendo depois eviscerado por meio de uma incisão entre as costas e a costela. As vísceras eram jogadas ao mar, sendo introduzido no corpo medula de palmeira, além disso o cérebro era eviscerado, sendo o corpo colocado na praia para secar mais uma vez. O corpo sofria agulhadas, provavelmente de bambu, para extravasar os líquidos e o segundo processo de secagem levava meses. Com o corpo pronto se nota uma dinâmica de utilizar a argila vermelho ocre e conchas no lugar dos olhos. O corpo estaria pronto, no entanto, com o tempo, ele entrava em decomposição restando apenas a cabeça que era o mais importante (PRETTY e CALDER, pp.297-298, 1998).

No caso da ilha de Nova Guiné o método difere pelo fato de que utilizam fumaça no processo de embalsamamento (PRETTY e CALDER, pp.298, 1998). A defumação era empregada principalmente pelo grupo Anga. Os Anga eram compostos por muitos vilarejos que não eram, necessariamente, aliados. Contudo, comungavam diversas tradições como a cabana de defumação para processos de mumificação (BECKETT, pp.389-390, 2015). É bem provável que essa metodologia tenha surgido a partir do uso de fumaça para preservação da caça (PRETTY e CALDER, pp.298, 1998). O procedimento começava entre 3 e 6 dias depois da morte, portanto o corpo já apresentava sinais de decomposição. Essa cabana era feita de madeira com teto de folhas da selva, sendo assim em seu interior se dava a defumação. O corpo era colocado numa cadeira elevada, recebendo continuamente fumaça de uma planta chamada Tomunga, processo que durava uma semana (BECKETT, pp.390, 2015; BECKETT B, pp.16, 2021).

A defumação em si já permitia que parte do líquido fosse extraído. No entanto, em continuidade ao processo, o corpo recebia uma massagem de uma planta com propriedades esfoliantes chamada Kukia. Essa planta permitia a retirada da camada mais externa da pele. Sendo assim, ela, ao lado de agulhadas de bambu, permitiam a extração de líquidos. Esse revezamento durava um período de 30 à 60 dias. Esse corpo era disposto numa nova cadeira fúnebre recebendo uma ampla camada de argila vermelho-ocre, essa agindo como um dessecante e protetor ao ambiente. Um cano de bambu é colocado através do reto para que se retire o que restou de umidade. Esse corpo era disposto ao lado de outros corpos de lideranças da vila, isso sendo num precipício que evita o contato com umidade (BECKETT, pp.390, 2015; BECKETT B, pp.16-17, 2021).

Esse grupo conseguiu promover, em um ambiente muito úmido, um embalsamamento de longa duração. De fato, a engenhosidade do processo está na cabana de defumação. A cabana cria um microclima que possui temperaturas mais elevadas e um clima mais seco. Além disso, o PH se mantém em 5,2 e a fumaça possui formaldeído. Todos esses

fatores contribuem para que bactérias e fungos não tenham capacidade de atuar. Tal técnica resulta em múmias com considerável longevidade. No entanto, como ficam em locais expostos, sua durabilidade é menor do que o esperado (BECKETT, pp.391, 2015; BECKETT B, pp.21, 2021).

Uma última metodologia de mumificação registrada na Oceania é a do grupo Faténaoué, que vive no território da Nova Caledônia. O processo se daria por defumação e ocorria dentro de uma casa, sendo o corpo previamente perfurado para se introduzirem extratos de plantas. Esse procedimento era exclusivo para líderes e guerreiros. Havia, portanto, o embelezamento da face, além de que a pele era retirada. O corpo era disposto em posição fetal, sendo colocado dentro de um cesto e disposto num vale em locais secretos. Não era permitido cultivar essas múmias, ou seja, elas não eram visitadas. No entanto, elas continuavam influenciando os membros do vilarejo. É difícil dizer quando esses procedimentos começaram. No entanto, os membros do grupo afirmam sempre terem feito tais procedimentos, que, inclusive, perduram até hoje (VALENTIN e SAND, pp.172, 2019).

7 | OS MODELOS ASIÁTICOS: AS VARIEDADES DE EMBALSAMAMENTO DO EXTREMO ORIENTE

A Ásia possui uma vastidão territorial, além de um número considerável de civilizações. Com tal diversidade uma série de procedimentos de embalsamamento foram produzidos. Pensando num grande número de civilizações, nos atentamos aqui aos modelos produzidos na China, Japão e Filipinas. O caso Chinês é o mais complexo, pois existem múmias de diferentes períodos, tendo elas surgido por via natural, artificial intencional e artificial não intencional. Isso acontece devido a longevidade dessa civilização que desde o século II A.C. se encontra unificada como um poderoso império. Outro ponto que tornou isso possível na China foi a medicina dessa civilização. O bom desenvolvimento desse aspecto influenciava em como eles lidavam com seus defuntos (MONTGOMERY e KUMAR, pp.169-191, 2016).

É interessante notar que os chineses pensavam na importância da alma e entendiam que era primordial que o corpo tivesse certa preservação. Apesar de tal relevância, a preservação não era essencial para a transição, mas sim a boa disposição fúnebre do cadáver. Mesmo que nesse caso possamos pensar na ideia de uma mumificação artificial não intencional, foram encontradas evidências em outros locais que revelam a possibilidade do embalsamamento (WANG, pp.59, 1996). Alguns cadáveres estudados das dinastias Song (960-1270) e Ming (1368-1644) revelaram que, no interior de seus caixões, havia sinais de mercúrio e cal (SHIN et al, pp.15, 2021).

O provável método de embalsamamento era destinado apenas à nobres. Este poderia consistir num processo onde ocorria um dessecamento prévio da múmia, sendo

essa disposta numa solução de mercúrio ou cal por longo tempo e depois inumada (WANG, pp.59, 1996). Outra questão que pode ter gerado a mumificação, no caso dessas dinastias, pode ter sido o método *Hoegwakmyo* que também era utilizado pela dinastia Joseon (1392-1910) da Coréia do sul. Nesse modelo, o corpo era colocado em dois caixões, um dentro do outro, sendo o ar retirado de ambos. Ao redor desses caixões era colocado muito carvão e uma ampla camada de cal, sendo esse caixão inumado e selado com uma pedra cimentada ao todo (OH et al, pp.71-73, 2017). Esse modelo não permitia contatos com o ambiente externo (SHIN et al, pp.5, 2021).

Assim como na China, a maioria das múmias encontradas no Japão são de tipo natural (YAMADAL et al, pp.76, 1996). Apesar dessa condição, nota-se que cadáveres do clã Fujiwara (794-1185) demonstram sinais de possíveis tratamentos no pós-morte (FUJITA et al, pp.7-9, 2021). Esse clã aparenta ser o único a ter produzido múmias artificiais no Japão, sendo algo não muito comum no país, além do processo de auto-mumificação budista (SAKURAI et al, pp.313, 1998). A metodologia de mumificação desenvolvida pelos Fujiwara não é conhecida. No entanto, pelos sinais reportados, é possível que ocorresse a evisceração. O corpo era dessecado e disposto numa solução preservativa de mercúrio (FUJITA et al, pp.9, 2021) (YAMADAL et al, pp.76, 1996).

Outro modelo encontrado em diversos países asiáticos é o de auto-mumificação de monges budistas. Nosso enfoque se situa em notar o modelo Japonês *Nikushin*. Apesar de semelhanças com o método Chinês, os mesmos possuem diferenças (SAKURAI et al, pp.308, 1998). O motivo desse processo era o de encontrar o nirvana por meio de imolação, além de que eles pretendiam renascer dali 5,670,000,000 anos, momento que surgiria o buda do futuro, o Maitreya Buddha (HORI, pp.225, 1962). Esse procedimento tem sido comum na ilha asiática desde o começo do século XI (BECKETT e CONLOGUE, pp.47, 2015).

Esse tipo de múmia é chamada de *Sokushinbutsu*, sendo ela possível de produzir apenas por meio de um intenso rigorismo e ascetismo (FUJITA et al., pp.3, 2021) (HORI, pp.226, 1962). Essa mumificação começava em vida, havendo um intenso processo dietético. Essa dieta restringia cereais e uma série de alimentos mantendo-se apenas sementes, castanhas, pouca água e um chá de uma árvore chamada Urushi (BECKETT e CONLOGUE, pp.48-49, 2015). Tal cenário durava anos, sendo assim o baixo consumo de alimentos tornava os níveis de gordura, massa muscular e hidratação no mínimo (FUJITA et al, pp.4, 2021). Acredita-se que o chá propicie a criação de condições bactericidas internas no corpo (BECKETT e CONLOGUE, pp.49, 2015).

O indivíduo em algum momento morria, a partir daí os outros monges entravam em ação dispondo o corpo em uma urna funerária que seria inumada por três anos (SAKURAI et al, pp.314, 1998). Nessa urna era colocado papel, madeira ou cal para absorver a umidade (BECKETT e CONLOGUE, pp.49, 2015). Muitas vezes esses corpos não estavam num estado de conservação ideal, sendo assim surgiam alguns auxílios por parte dos monges.

Um dos processos poderia ser um dessecamento com fogo ou por meio da defumação (SAKURAI et al, pp.323, 1998). Em casos mais raros se nota a realização da evisceração e introdução de cal no corpo (FUJITA et al, pp.4, 2021). Se o corpo estivesse pronto ele era disposto na posição de lótus, sendo enfeitado e pintado com ouro (BECKETT e CONLOGUE, pp.49, 2015).

O último caso de mumificação na Ásia a ser comentado é o das múmias de fogo produzidas nas Filipinas. O grupo que produz essas múmias, chamadas de *Igorot*, são os Ibaloy que vivem na região de Benguet. As estimativas do começo da produção desse modelo datam entre 2000 A.C. e 1200 D.C. No entanto, a maioria dos exemplares datam entre 1700 D.C. e 1900 D.C. Apesar das Filipinas fazerem parte da Ásia, os processos internos e externos têm mais relações e influências com a região da Oceania. Isso reflete na própria forma de embalsamamento dos Ibaloy, que tem muitas semelhanças com o realizado pelos Anga de Papua Nova Guiné (BECKETT et al, pp.127, 2015; BECKETT et al, pp.30, 2017; BECKETT A, pp.4, 2021).

A intenção desses indivíduos era mumificar seus entes queridos e colocá-los na montanha sagrada Kabunyan. Essa montanha seria o deus que criou os Ibaloy. Portanto, atrelados a tal mito cosmogônico, os mortos deveriam retornar ao seu local de criação. A alma ainda remanescente no corpo poderia estar com deus quando esses fossem dispostos na caverna, sendo algo feito para os dois sexos e para todas as idades (BECKETT et al, pp.127, 2015; BECKETT et al, pp.35, 2017; BECKETT A, pp.11, 2021)

Como a região era muito úmida e quente, esse processo não tinha como ser natural, dependendo então da ação humana. A mumificação começava no último sopro de vida do indivíduo, quando uma solução de água e sal era mecanicamente deglutida pelo recém falecido. O corpo recebia, em seguida, uma ampla lavagem com água fria. Posteriormente, o mesmo era enrolado num lenço fúnebre, com a cabeça recebendo um cachecol do mesmo tecido. Após esta preparação prévia, o corpo era disposto em uma cadeira fúnebre, amarrado com cipós e colocado na casa de defumação. Embaixo da cadeira uma chama era acendida para que ocorresse a desidratação. Os líquidos iam extravasando do corpo devido ao calor, além de que, um processo manual e a gravidade auxiliavam os fluídos corporais a caírem num jarro e serem absorvidos pelo lenço fúnebre (BECKETT et al, pp.128, 2015; BECKETT et al, pp.28-29, 2017; BECKETT A, pp.17, 2021).

O corpo era exposto ao sol, tinha sua pele descamada e depois retornava à cadeira. Uma loção composta do extrato de plantas como *Psidium guajava*, *Ficus séptica*, *Phaseolus lunatus*, *Dolichos lablab*, *Embelia philippinensis* era ministrada em toda a pele. A múmia, depois, ficava entre 40 e 60 dias na cabana defumando. Além da defumação corporal, fumaça de tabaco seria introduzida na boca da mesma. A fumaça e a solução salina provavelmente não tinham os respectivos efeitos de proteção e desidratação interna esperados. A composição fenólica da fumaça e o fator de ter formaldeído por ser de madeira adiavam a putrefação. Já o calor intenso do fogo eliminava os líquidos, promovendo a

desidratação. Por fim, as loções provavelmente geravam uma camada externa alcalina ou ácida, que não era propícia para a proliferação de bactérias (BECKETT et al, pp.29-30, 2017; BECKETT A, pp.17-19, 2021).

Esses corpos eram colocados em caixões de formatos ovais, retangulares ou de tamanho amplo onde toda uma família poderia ser disposta. Havia muitas comemorações antes de serem depositados nas cavernas, ocorrendo danças, oferendas e sacrifícios. Apesar do clima quente e úmido da ilha, as cavernas são frias e secas. Além disso, os cadáveres estão em caixões, portanto, eles podem durar centenas de anos (BECKETT et al, pp.129, 2015; BECKETT A, pp.18, 2021).

8 | REFLEXÕES E COMPARAÇÕES ENTRE AS METODOLOGIAS DE EMBALSAMAMENTO

No início deste material foi dito que o primeiro período de embalsamamento foi até 650 D.C., momento esse em que o segundo período surgiu (BRENNER, pp.316, 2014). De fato, a partir de 650 D.C, o ato de embalsamar incorpora novas finalidades (JOHNSON et al, pp.983, 2012). Posto isso, as intenções que estimavam a garantia do pós-vida não desapareceram a partir de 650 D.C. e muitas ainda estariam por vir, como ficou evidente no decorrer deste capítulo. A divisão dos períodos designa que intenções dentro de novos paradigmas surgiram e não que as outras desapareceram. Portanto, enquanto na Europa se tem, a partir de 650 D.C., a intenção voltada à proteção da imagem do defunto, nos outros locais a ideia ainda era proteger a alma ou essência do morto (BRENNER, pp.316, 2014). Essa prática com intenções religiosas ainda era vista no terceiro período, a Era da indústria fúnebre, que começou em 1861 D.C. (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

Isso significa dizer que, mesmo depois de 650 D.C., culturas poderiam surgir e produzir múmias com as intenções do primeiro período, como foi o caso dos vários grupos citados (HEANEY, pp.5, 2018). Os períodos então são atravessados, de maneira que, num mesmo ano, dois locais distintos podem ter paradigmas de diferentes períodos do embalsamamento (JOHNSON et al, pp.983, 2012). Outra questão interessante é notar como o modelo do Período das culturas antigas possui longa duração. Por um lado, temos múmias como a dos Chinchorro, cultura que não foi trabalhada nesse material, sendo produzidas desde 7000 A.C. (ARRIAZA, pp.131, 1996). Por outro, se nota que, até o começo dos anos 1900, os Ibaloy ainda realizavam o embalsamamento com a intenção de alcançar o pós-vida (BECKETT, pp.4, 2021).

A diferença entre ambos os modelos (Chinchorro e Ibaloy) é de, aproximadamente 9000 anos, questão essa que revela dois fatos interessantes. O primeiro deles é a ideia de que a intenção de embalsamar atravessa boa parte das temporalidades humanas (COLMAN, pp. 48, 1997). O segundo fato é que o paradigma do primeiro período, que estima a continuidade da essência num pós-vida, tem longuíssima duração, sendo maior

que o dos outros dois períodos (BRENNER, pp.316, 2014).

Os métodos desenvolvidos revelam uma série de questões que podem ser discutidas e comparadas. Os grupos humanos temem a morte e se aterrorizam com a desfiguração que ela gera (MOORE e WILLIAMSON, pp.3, 2003). Tal condição biológica ao lado das crenças dos grupos suscitam na busca da continuidade ao indivíduo, isso por meio da preservação orgânica de suas partes (COLMAN, pp.45, 1997). Mesmo com tal desconforto gerado pela morte, nem todos nestas sociedades estavam dentro do seletivo grupo dos indivíduos embalsamados (THOMAS, pp.236, 1989).

Em alguns grupos apenas líderes, guerreiros e membros da corte poderiam ser embalsamados, enquanto em outros era algo mais coletivo. No primeiro caso se incluem os Incas, Nativos Estadunidenses, grupos da Oceania, Chineses, Japoneses e múmias de budistas. No segundo caso se incluem os Jívaros e os Aleutas.

A posição do indivíduo era central nos grupos onde o acesso era limitado a poucos membros do grupo. Nota-se uma questão hierárquica, onde esse processo era voltado para a elite. A questão de gênero está envolvida nesse debate pois em boa parte dos casos apenas homens ocupavam tal posição, havendo somente o embalsamamento destes. No caso das múmias produzidas intencionalmente dos grupos da Oceania e dos nativos estadunidenses estas eram, em sua maioria, de homens (PRETTY e CALDER, pp.293-295, 1998) (YARROW, pp.81, 2010). No caso dos Anga da Oceania isso se dava pelo fato de que os guerreiros e líderes eram majoritariamente homens. Com os nativos estadunidenses a situação era semelhante, pois os líderes também eram homens.

Em relação aos Chineses, japoneses e Incas os indivíduos que ocupavam o poder também eram homens. Seno assim o embalsamamento era uma prática destinada a eles. A diferença é que nesses casos membros da corte também podiam passar por processos de preservação cadavérica. Essa proposição determina que esposas e mulheres com funções na corte, puderam ser embalsamadas.

Nas sociedades que possuíam premissas mais coletivas em relação ao embalsamar, isso acontecia devido a dois fatores. Primeiramente, nota-se que esses grupos possuíam baixo grau de hierarquia social, como fica aparente com os Aleutas (ZIMMERMAN et al, pp.97, 1971). Em relação aos Jívaro o embalsamamento estava mais ligado a um sistema de crenças. Pois, as cabeças obtidas tinham uma função ritual de livramento de maldições. Sendo um procedimento feito em relação a indivíduos do grupo rival, o que importava era conseguir a cabeça, independente de quem era esse indivíduo (JANDIAL et al, pp.1217, 2004).

As intenções nos casos apresentados de embalsamamento estiveram atreladas à uma busca pela continuidade da essência dos indivíduos (BRENNER, pp.316, 2014). A continuidade poderia ser um paraíso terreno ou em outro plano, sendo processos utilitários ao grupo. Isso se dava de acordo com as construções teológicas e ideológicas dessas sociedades. Tais traços dependiam do espaço geográfico em que o grupo vivia, assim

como a própria organização social dessa civilização (MOORE e WILLIAMSON, pp.3 - 4, 2003).

Interessa aqui estipular cada grupo dentro de um determinado modelo. Os grupos que acreditam num paraíso em outro plano são os Incas, os chineses, os japoneses e as múmias budistas. Os grupos que tinham a ideia de um paraíso terreno eram os nativos estadunidenses, os Aleutas, as etnias da Oceania e os Ibaloy nas Filipinas. Vale situar que para os Aleutas, os Anga, os Ibaloy e os Incas, suas múmias continuavam influenciando a sociedade. Isso significa dizer que elas poderiam estar no plano dos vivos ou não, podendo influenciar no cotidiano. No caso dos Jívaro a questão era momentânea e meramente utilitária (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009).

A última questão a ser colocada remete às diferentes maneiras que foram propostas para embalsamar. Os primeiros grupos humanos, por longo tempo, fugiram da morte, geralmente abandonando seus cadáveres pelo terror que ela causava (MOORE e WILLIAMSON, pp.4, 2003). Isso mudou apenas com os Chinchorro que produziram as primeiras múmias naturais, mas com intenção, de que se tem registro (ARRIAZA, pp.134, 1996). É por meio da observação do ambiente natural, e de outras técnicas, que as civilizações puderam pensar em realizar dinâmicas de embalsamamento (COLMAN, pp. 48, 1997).

As inspirações de cada grupo se deram de acordo com as condições ambientais que lhes cercava. É por meio das primeiras tentativas de conservação de corpos, fosse na observação ou realização de mumificação natural, que esses grupos começaram processos tanatopráticos de preservação (LYNNERUP, pp.162, 2007). Com relação a certas culturas foram os dois fatores, geografia e costumes internos, como a defumação da caça, que propiciaram tal prática. Em outros foi apenas um deles, pois as condições ambientais poderiam não ser propícias para ser natural, ou o grupo não realizava defumação nem salgavam a carne, estando dependentes de um dos dois fatores (COLMAN, pp. 48, 1997).

Determinadas as origens da mumificação, vale situar cada técnica de acordo com os grupos. Em relação à técnica de mumificação natural-artificial nenhum dos grupos aparenta ter tido tal tendência. A técnica de evisceração ao lado de dessecamento se deu entre os Incas, Nativos Estadunidenses, Aleutas e no caso específico dos nativos Australianos. O modelo de defumação predominou entre os Grupos da Oceania, os Ibaloy das Filipinas e, quando necessário, na Auto-mumificação Budista. Um modelo específico de grupos asiáticos se deu entre Chineses e Japoneses, que foram as múmias produzidas por dessecamento e imersas em solução preservativa de mercúrio. O caso das Tsantsa dos Jívaros é mais único, porém poderia entrar na evisceração ao lado de dessecamento.

O esquema acima apenas resume e organiza as metodologias de embalsamamento. É possível notar que os recursos e primor técnico foram diferentes, mesmo que a lógica fosse a mesma. Portanto múmias de diferentes qualidades e resultados foram obtidas (COLMAN, pp. 48, 1997).

Tal comparação não pretende dizer que existem modelos piores ou melhores, mas sim que um é mais sofisticado que o outro. A efetividade de um ou de outro depende, também, das condições naturais em que essas múmias eram preservadas. Independente das colocações, todos os métodos foram capazes de gerar múmias com partes orgânicas ainda presentes. A comparação de efetividade só poderia acontecer se elas fossem produzidas em ambientes similares. Mas uma referência pode ser estabelecida a partir de dados como os procedimentos de mumificação adotados e com quais recursos estes foram utilizados (COLMAN, pp. 48, 1997).

REFERÊNCIAS

ARRIAZA, B. **Preparation of the dead in coastal Andean preceramic populations.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp.131-140.

ARRIAZA, T.B., ARROYO, F.C., KLEISS, E. e VERANO, J.W. **South American Mummies: Cultures and disease.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.190-234

BECKETT, R.G. **Smoked bodies of Papua New Guinea.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.389-393.

BECKETT, R.G. e CONLOGUE, G. **Buddhist self-mummification.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.57-50.

BECKETT, R.G., MASCALI, D.P. e CONLOGUE, G. **Fire mummies: The Ibaloy mummies of the Philippines.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.127-130.

BECKETT, R.G., CONLOGUE, G.J., ABINION, O.V, AMORES, A.S. e MASCALI, D.P. **HUMAN MUMMIFICATION PRACTICES AMONG THE IBALOY OF KABAYAN, NORTH LUZON, THE PHILIPPINES.** Papers on Anthropology, V.26, N.2, pp.24-37, 2017.

BECKETT A, R.G. **Fire Mummies of the Kabayan Region of Benguet Province, Luzon, the Philippines.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-25.

BECKETT B, R.G. **Smoked Bodies of Papua New Guinea.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-26.

BRENNER, E. **Human body preservation – Old and new techniques.** Journal of Anatomy, V.224, pp.316-244, 2014.

COLMAN, P. **Corpses, coffins and Crypts, A history of burial.** 1 ed. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1997.

EL-NAJJAR, M.Y., MULINSKI, T.M.J. e REINHARD, K.J. **Mummies and mummification practices in the southern and southwestern United States.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.121-137.

FLEMING, S. **The Mummies of Pachacamac.** Expedition Magazine, V.28, N.3, pp.39-45, 1986

FUJITA, H., KOIKE, J., SUGIMORI, H. e SHIN, D.H. **Mummies in Japan.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-14.

HEANEY, C. **How to Make an Inca Mummy: Andean Embalming, Peruvian Science, and the Collection of Empire.** Isis, V.109, N.1, pp.1-27, 2018.

HORI, I. **Self-Mummified Buddhas in Japan. An Aspect of the Shugen-Dô ("Mountain Asceticism") Sect.** History of religions, V.1, N.2, pp.222-242, 1962.

JANDIAL, R., HUGHES, S.A., ARYAN, H.E., MARSHALL, L.F. e LEVY, M.L. **THE SCIENCE OF SHRINKING HUMAN HEADS: TRIBAL WARFARE AND REVENGE AMONG THE SOUTH AMERICAN JIVARO-SHUAR.** Neurosurgery, V.55, N.5, pp.1215-1221, 2004

JOHNSON, E.C., JOHNSON, G.R. e JOHNSON, M. **The origin and history of embalming.** In: Embalming history, Theory and practice. 5 ed. New York: Mcgraw hill, 2012, pp.981-1078.

LOHMANN, R.I. **The Afterlife of Asabano Corpses: Relationships with the Deceased in Papua New Guinea.** Ethnology, V.44, N.2, pp.189-206, 2005.

LYNNERUP, N. **Mummies.** American Journal of Physical anthropology, V.134, N.s45, pp.162-190, 2007.

MOORE, C.C., WILLIAMSON, J.B. **THE UNIVERSAL FEAR OF DEATH AND THE CULTURAL RESPONSE.** In: Handbook of death and dying, VOL.2. 1 ed. Londres: Sage publications, 2003, pp.3-13.

MONTGOMERY, S.L. e KUMAR, A. **A History of Science in World Cultures.** 1 ed. Londres: Routledge, 2016.

OH, C.S., KANG, I.U., HONG, J.H., SLEPCHENKO, S., PARK, J.B. e SHIN, D.H. **TRACING THE HISTORICAL ORIGIN OF JOSEON MUMMIES CONSIDERING THE STRUCTURAL SIMILARITIES BETWEEN THE BURIAL SYSTEMS OF KOREAN AND CHINESE DYNASTIES.** Papers on Anthropology, V.26, N.2, pp.68-81, 2017.

PRETTY, G.L. e CALDER, A., **Mummification in Australia and Melanesia.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp. 289-307

SAKURAI, K., OGATA, T., MORIMOTO, I., LONG-XIANG, P. e ZONG-BI, W. **Mummies from Japan and China.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed., Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.308-335

SAUVAGEAU, A., KREMER, C., BROCHU, V., JULIEN, F., RACETTE, S. **Jivaro Tsantsas or Shrunk Head: An Expertise of Authenticity Evaluation.** The American Journal of Forensic Medicine and Pathology, V.30, N.1, pp.72-74, 2009.

SHIN, D.H., OH, C.S. e HONG, J.H. **Mummies of Song-Ming Dynasty in China.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-20.

THOMAS, L.V. **El cadaver.** 1 ed., Cidade do México: Colección popular, 1989.

VALENTIN, F. e SAND, C., **Mummification of the human body as a vector of social link: The case of Faténaoué (New Caledonia).** In: Archaeologies of Island Melanesia: Current approaches to landscapes, exchange and practice. 1 ed., Sidney: Australian National University Press, 2019, pp.165-177.

VREELAND, J.M. **Mummies of Peru.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed., Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.154-189.

WANG, B.H. **Excavation and preliminary studies of the ancient mummies of Xinjiang in China.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp. 59-69.

WEBB, E. **Inca Mummies.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.176-179.

YAMADAL, T.K., KUDOU, T., IWANAGA, H.T., OZAWA, T., UCHIH, R. e KATSUMATA, Y. **Collagen in 300 year-old tissue and a short introduction to the mummies in Japan.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp.71-79.

YARROW, H.C. **A Further Contribution to the Study of the Mortuary Customs of the North American Indians.** 1 ed. Project Gutenberg: Washington D.C., 2010.

ZIMMERMAN, M.R., YETMAN, G.W. e SPRINZ, H. **EXAMINATION OF AN ALEUTIAN MUMMY.** Bulletin of the New York Academy of medicine, V.47, N.1, pp.80-103, 1971.

ZIMMERMAN, M.R. **Mummies of the Arctic regions.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp. 83-92.

ZIMMERMAN, M.R. **Alaskan and Aleutian mummies.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp. 138-153.

A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ESFERA PÚBLICA

Data de aceite: 24/05/2021

Naiara Cristina Gonçalves Rocha Passos

Doutoranda do curso de pós graduação em Estudos de Culturas Contemporâneas, Mestre pelo mesmo programa, formada em Radialismo pela Universidade Federal de Mato Grosso

Andrea Ferraz Fernandez

Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP), doutora em Ergonomia da Informação (UPC/ Espanha), professora do curso de Comunicação Social da UFMT

Trabalho apresentado no GT de Mídias Alternativas, integrante do IV Encontro Regional Centro-Oeste de História da Mídia – Alcar Centro-Oeste, 2018

RESUMO: Este artigo trata da categoria de mídia alternativa a partir de uma perspectiva teórica, onde é discutido, a partir das perspectivas do autor Christian Fuchs, uma definição e distinção desses meios alternativos. O artigo é uma contribuição para fundamentos teóricos de estudos de mídia alternativa e questiona a dominação hegemônica, que estabelece domínios, hierárquicos de política, economia, e cultura, assim como os meios de comunicação de massa, como TV, Radio e Jornal. Assim as mídias alternativas expressa o ponto de vista dos oprimidos, grupos e indivíduos dominados e defende o avanço de uma sociedade cooperativa. A forma de produto da mídia alternativa visa o avanço da imaginação; é dialético porque

envolve dinâmica, não-identidade, rupturas e o inesperado. A categoria de mídia alternativa está conectada a noção de Habermas sobre a esfera pública. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

PALAVRAS-CHAVE: Mídias alternativas; esfera pública; produto.

ABSTRACT: This article deals with the alternative media category from a theoretical perspective, where it is discussed, from the perspective of the author Christian Fuchs, a definition and distinction of these alternative means. The article is a contribution to the theoretical foundations of studies of alternative media and questions hegemonic domination, which establishes domains, hierarchical levels of politics, economics, and culture, as well as the media of such as TV, Radio and Newspaper. So the alternative media expresses the point of view of oppressed, dominated groups and individuals and advocates the advancement of a cooperative society. THE alternative media product form aims at advancing the imagination; it is dialectical because it involves dynamics, non-identity, ruptures and the unexpected. The alternative media category is connected Habermas' notion of the public sphere.

KEYWORDS: Alternative media; public spheres; products.

O presente artigo pretende desenvolver uma definição e distinguir diferentes dimensões de mídia alternativa, e para isso é preciso fazer uma pergunta: Como e por quem estão sendo

utilizadas as mídias alternativas?

Segundo o autor Souza, (2003, p. 172) “a mídia alternativa é contra- hegemônica, isto é, desafia os sistemas estabelecidos, hierárquicos de política, economia, e cultura”, sendo assim a mídia alternativa assume muitas formas. O que é necessário, além de estudos empíricos, são também maiores esforços no sentido de oferecer abordagens teóricas dos meios alternativos de comunicação. A mídia alternativa não deve ser entendida apenas como práticas alternativas de mídia, mas também como meios de comunicação que “oferecem” liberdade de questionamento a sociedade e temas não convencionais.

Dentro do que é conhecido como comunicação de massa, os jornalistas por exemplo são atores que produzem conteúdo, com a ajuda de regras, procedimentos, estruturas e tecnologias específicas. Este sistema visa informar um público mais amplo, e informar o público neste contexto significa que os jornalistas / produtores visam uma transformação da consciência do público. O conteúdo fornecido pode ter valor de notícia, valor de entretenimento ou valor artístico-estético (Fuchs, 2010). A distribuição do conteúdo para que alcançasse o público e os potenciais destinatários, era armazenada e transmitida através de tecnologias de transmissão e estruturas organizacionais. O autor segue explicando que a “ distribuição de conteúdo é a base da recepção, se a recepção parar, não há mais necessidade de produção, os bens produzidos só são significativos se forem consumidos, produção implica necessidade de distribuição e consumo” (Fuchs 2010, p. 120). Na recepção, os usuários interpretam o conteúdo da mídia com base em suas experiências vividas e contextos sociais. O significado dos objetos sempre depende do contexto societal e histórico, eles são determinados pelo contexto social da produção e uso de sistemas de sinais. Diferentes significados podem ser atribuídos ao mesmo objeto, o autor Stuart Hall (1999) apontou que certo grau de determinismo na forma de hegemonia, bem como um certo grau de indeterminismo na forma de negociar o significado opositivo está presente no processo de recepção cultural. A principal conquista de Hall é que ele mostrou que não há correspondência necessária entre codificação e decodificação, diferentes interpretações podem existir em paralelo e mesmo com oposição e antagonismo entre si.

Os meios de comunicação não são apenas sistemas sociais, são sistemas sociais que atingem um público amplo e são, portanto, parte dos processos de comunicação nas esferas públicas, portanto, a noção de esfera pública é importante para uma teoria social da mídia em geral e como resultado também por uma teoria social de mídia alternativa.

Para Habermas (1974), a esfera pública como tipo ideal é um reino que é acessível a todos os cidadãos, para que possam controlar e limitar o poder do Estado através da discussões, crítica, controle e eleições (formação da opinião pública). Na luta pelo iluminismo e contra a monarquia, a esfera pública burguesa, baseada em princípios constitucionais de direitos, os meios de comunicação surgiram e, ao longo de seu desenvolvimento, no entanto, seriam deformados e controlado por interesses especiais que constituem “um clima de opinião não pública ”(Habermas, 2001, p 77) que é manipulada

pela mídia e publicidade, Habermas imagina e defende uma verdadeira esfera pública, na qual todos os grupos e partidos tornam a informação acessível ao público, envolvem-se em discussões públicas, e fazer compromissos políticos que são “legitimados através deste processo de comunicação ” (Habermas, 2001. pag78,).

Para Habermas, uma verdadeira esfera pública é compatível com a sociedade capitalista, ele imagina a transformação do sistema político, mas não das relações de produção e propriedade. Como o capitalismo é baseado no controle desigual de recursos pela classe social, pode-se argumentar que a desigualdade de recursos resultará em vantagens materiais injustas na formação da opinião pública (como através da estrutura de propriedade dos meios de comunicação de massa) para certos grupos e que a noção de Habermas da esfera pública é, portanto, idealista.

Em relação à mídia, o autor distingue entre uma “esfera pública manipulada” / publicidade manipulada (Habermas, 1989, p.217) e “uma publicidade crítica”. Para o autor, a publicidade crítica é a qualidade de uma verdadeira esfera pública baseada na ação comunicativa. Não é visto como publicidade que luta no capitalismo contra o capitalismo, mas como uma visão ideal. Habermas não ignora a “colonização da esfera pública por imperativos de mercado”, mas mesmo assim ele não vê a abolição destes imperativos como necessária (Habermas, 1989,. p, 469).

Essa esfera pode ser lida tanto como uma crítica socialista quanto como uma radicalização da abordagem do autor. Para ele, a função crítica de um público proletariado é contribuir com meios intelectuais para as lutas de classes. Ele caracteriza o proletário contrário ao público como sendo radicalmente diferente e oposta à esfera pública burguesa, como uma expressão do grau e emancipação da classe trabalhadora, “ uma esfera de comunicação autônoma de proletariados, uma sociedade dentro da sociedade , uma expressão da auto-organização e desdobramento dos interesses dos trabalhadores, e uma autodefesa da organização da classe trabalhadora” (Habermas, 2006. p, 480). Esta esfera generaliza e unifica as experiências coletivas do proletariado, especialmente suas experiências na produção e seu contexto de vida. Podemos citar a utilização das mídias digitais como um meio de mídia alternativa, sites, redes sociais, blogs dentre outros, onde a produção de conteúdo tem liberdade para auxiliar e tratar de lutas e anseios das classes de maneira mais generalizada.

FORMULAÇÕES SOBRE AS MÍDIA ALTERNATIVA

Os autores Cammaerts e Carpentier (2008) nos elucidam com uma tipologia das teorias dos meios alternativos, onde eles distinguem entre três tipos de abordagens para definir meios alternativos de maneiras diferentes.

Primeiro, eles tratam que a abordagem da mídia alternativa precisa ser comunitária (um espaço com a participação de todos) e argumentam que a participação de membros

de uma comunidade na produção de conteúdo e organização dessa mídia é central para se fazer das mídias alternativas um meio de mídia crítica ao sistema. Os autores vêem o fornecimento de conteúdo por mídia alternativa como alternativa à mídia convencional (em larga escala, estatal ou comercial, hierárquica e dominantes). Em segundo lugar, que essa abordagem e utiliza da noção de meios contra-hegemônicos que fazem parte da sociedade civil e formam uma terceira voz entre mídia estatal e mídia comercial. E, finalmente, pode-se identificar abordagens que falam de meios rizomáticos que são relacionados porque ligam diferentes grupos de protesto e movimentos, conectam o local ao global, e estabelecem diferentes tipos de relações com o mercado e / ou o estado.

Segundo Fuchs (2010) nem todos os cidadãos podem facilmente se tornarem escritores, as abordagens de processo são principalmente orientadas para a comunidade de pequena escala auto-organizadas e meios de comunicação que permitem a participação do cidadão. O perigo que existe nessa orientação é que tais mídias permaneceram insignificante e incapaz de ter um potencial político transformador porque eles terão mais dificuldades em atingir o público de massa e, portanto, não podem ser incorporados em uma grande esfera contra-pública. Esses meios tendem a produzir conteúdos fragmentados e desconectados ao público, e que só são acessados por subgrupos isolados comprometendo a possibilidade de uma grande esfera de comunicação política, que é acessada por todos os explorados, oprimidos, e excluídos grupos de indivíduos. Firmino (2013) caracteriza a alternativa de pequena escala midiática como um gueto “alternativo” que carece de recursos e, portanto, relevância o autor fala da ameaça da mídia alternativa permanecer insignificante e sem fins lucrativos.

Não estamos dizendo que a mídia comunitária em pequena escala não devem ser considerada formas de mídia alternativa, mas é importante enfatizar que eles não são adequadas para apoiar e avançar processos de mudança política em larga escala. O ideal de praticar a democracia popular em um mundo dominado pela economia e as elites políticas que controlam recursos econômicos e políticos podem se tornar problemáticas para mídia alternativa. Se eles não têm recursos, então a auto-exploração e o trabalho precário será o resultado. A escassez de recursos pode resultar em tempos e conflitos internos e divisões que consomem energia que minam ainda mais as potenciais de mídia alternativa (Fuchs, 2010)

Um cenário midiático pluralista, em que cada consumidor pode se tornar um produtor de mídia com a ajuda de mídia alternativa, não é automaticamente um movimento de democracia midiática. Se apenas alguns são ouvidos, então uma situação de tolerância repressiva, emerge e legitima a existência continuada do capitalismo dominante e corporações de mídia que centralizam lucros, riqueza, poder, destinatários e influência.

Mídia alternativa é a mídia que desafia as formas capitalistas dominantes da mídia de produção, estruturas de mídia, conteúdo, distribuição e recepção. No jornalismo convencional, encontra-se jornalistas como uma classe de trabalho assalariado um

profissional que é confrontado com pressões corporativas e políticas, e tem sua produção jornalística condicionada por processos de poder, e o acúmulo de capital de status jornalístico. O modelo de jornalismo cidadão, em que se encontra a independência dos escritores das empresas e dos influenciadores, desafia este modelo de produção. Qualquer um pode ser um autor sem treinamento ou experiência específica. Cidadãos comuns podem se tornar jornalistas, então o jornalismo se torna controlado pelos cidadãos.

Indivíduos ou grupos que são afetados por certos problemas, tornam-se jornalistas ou, pelo menos, o assunto positivo do jornalismo cidadãos. Tal prática jornalística é frequentemente parte das práticas do movimento de protesto. Os consumidores se tornam produtores e o público se torna ativo. O conteúdo e a forma da mídia tradicional são ideológicos. O conteúdo é estritamente definido por o que é considerado popular e vendável (Fuchs, 2010).

A busca pelo lucro pode resultar na falta de qualidade, complexidade e sofisticação, o conteúdo leva em uma forma ideológica, seja por relatar que é baseado em manipulação ou por histórias que são relatados como importantes, mas não são realmente importantes para a sociedade em geral. Em qualquer caso, tal conteúdo visa distrair os destinatários do confronto com problemas sociais reais e suas causas. A mídia alternativa, em contraste, é caracterizada por formar conteúdos críticos, que fornece alternativas às perspectivas que refletem o domínio do capital, patriarcalismo, racismo, sexismo, nacionalismo, bem como para transcender a filtragem e censura de informações por monopólios de informações corporativas, monopólios estatais ou monopólios culturais em informação e comunicação.

Muitas vezes as mídias alternativas são organizações de mídia de base. Em tais sistemas, há um coletivo na tomada de decisão de propriedade e consenso por parte daqueles que trabalham na organização, sem hierarquias e autoridades. Há um foco em mídias não comerciais que não são financiadas por anúncios ou venda de mercadorias, mas por doações, financiamento público, recursos privados, ou sem estratégias de custo.

A divisão do trabalho é sublimada: os papéis de autores, designers, editores, impressores e distribuidores estão sobrepostos. Na mídia tradicional, a distribuição é uma forma de marketing que faz uso de alta tecnologia departamentos de distribuição, marketing e relações públicas, especialistas e estratégias, vendas departamentos, anúncios e contratos de distribuição. Em mídia alternativa, também são usadas tecnologias que permitem reprodução fácil e barata. Estratégias como anticopyright, acesso livre ou conteúdo aberto permite que o conteúdo seja compartilhado, copiado, distribuído, ou mudado de forma aberta.

Além disso, encontra-se também distribuidores alternativos ou alternativas instituições (por exemplo, livrarias ou bibliotecas alternativas) que se concentram na distribuição de títulos alternativos. No nível da recepção, uma distinção entre recepção manipulativa e crítica pode ser desenhado. No primeiro caso, o conteúdo é interpretado de maneiras que criam falsa consciência. No segundo caso, o conteúdo é interpretado de forma

a permitir que os destinatários questionem a dominação. Uma interpretação do conteúdo de mídia alternativa é criticar a forma consumida ou, o conteúdo provocar insights subjetivos que permitem aos destinatários questionar certas formas de dominação, desenvolver idéias de modelos alternativos de existência de cooperação e pode potencialmente orientar ações transformadoras e lutas sociais. (Fuchs, 2010)

Um aspecto importante aqui é que há um julgamento objetivista de que a cooperação é a forma verdadeira, original e essencial da existência humana (Fuchs, 2010). Manipulação, em contraste à recepção crítica, significa que os destinatários interpretam o conteúdo e, conseqüentemente, a realidade em formas que não questionam a dominação, mas avançam, legitimam ou deixam estruturas dominantes / heterônomas intocadas.

As categorias de crítica e manipulação da consciência referem-se a estados de consciência. Certamente, o caso ideal dentro da sociedade contemporânea é que todas essas alternativas práticas e estruturas são dadas. Nesses casos, as mídias alternativas são baseadas na produção de conteúdo crítico de jornalistas cidadãos autogeridos amplamente disponível, distribuído, e atinge um grande público, que criticamente recebe conteúdo e se torna a própria ativação na produção jornalística crítica.

Nesse caso, há uma dialética de produção de mídia autogerida e estruturas críticas de mídia, onde o caso ideal para o jornalismo é um quadro societal diferente, que permite que todos os cidadãos tenham tempo, habilidades e recursos para que todos possam atuar como jornalistas críticos e destinatários críticos ao mesmo tempo e suas práticas constituem uma esfera pública, na qual as decisões são tomadas coletivamente em processos participativos de base. A distinção entre produção e recepção desaparece completamente e as mídias alternativas se tornam o padrão da maneira de fazer mídia.

Um requisito mínimo para falar de um meio alternativo é o conteúdo crítico ou a sua forma crítica. O autor Marx nos adianta sobre a teoria da mídia crítica nos seus escritos sobre a imprensa. Para Marx, a essência da imprensa é que é crítica, e não comercial. “O escritor, claro, deve ganhar para poder viver e escrever, mas ele não deve de modo algum viver e escrever para que ganhe ... A principal liberdade da imprensa está em não ser um comércio ”(Marx, 1842, p. 71), assim o argumento é que as estruturas capitalistas são prejudiciais à livre expressão crítica com a imprensa. O argumento de Marx mostra que o objetivo é uma imprensa livre em uma cooperativa, não uma sociedade capitalista.

Crítica aqui é entendida como oposição a toda dominação, entendemos que a crítica marxista não é apenas uma crítica econômica que ignora formas não econômicas de dominação baseadas, por exemplo, no gênero, raça, etnia, nação, etc., mas que é uma forma de crítica em que todas as formas de dominação são vistos como injustificados e injustos.

O autor (Fuchs, 2008) discorre que a mídia alternativa é crítica por causa de quatro qualidades, a primeira qualidade de mídia crítica é a negação do nível de conteúdo, o conteúdo expressa um interesse e tenta prestar atenção à realização de possibilidades

suprimidas de desenvolvimento social. Tal mídia não aceita estruturas sociais existentes como elas são, elas não estão interessadas na sociedade como é, mas no que poderia ser e poderia se tornar. Seu objetivo é o fortalecimento da cooperação, participação e a criação de uma sociedade participativa e cooperativa. Por isso, subjacente é o julgamento de que a cooperação e a participação são mais essenciais, verdadeira e desejável do que competição e exclusão. Conteúdo crítico desconstrói ideologias que afirmam que algo não pode ser mudado e mostram um conteúdo potencial contra-tendências e modos alternativos de desenvolvimento. A mídia crítica tem como objetivo avançar nas lutas que transformam a sociedade para a realização de potenciais cooperativos.

A segunda qualidade da mídia alternativa é o realismo dialético no nível de conteúdo. Primeiro de tudo, é baseado na realista suposição de que existe um mundo fora da cognição que pode ser percebido, analisado, publicado, criticado e alterado e assim a tarefa da mídia crítica é descobrir e revelar a essência por trás da existência que é ideologicamente distorcida, a mídia crítica analisa os fenômenos sociais não baseados na razão instrumental e na lógica unidimensional (Fuchs, 2008).

A terceira qualidade da mídia alternativa é o realismo dialético no nível da forma, significa que a forma envolve ruptura, mudança, não-identidade, dinâmica e o inesperado - a forma é ela própria contraditória. (Fuchs, 2008).

A quarta qualidade dos meios críticos é a expressão materialista dos interesses dos dominados no nível de conteúdo. O conteúdo da mídia crítica é materialista no sentido de que aborda fenômenos e problemas não em termos de idéias absolutas e predeterminado desenvolvimento social, mas em termos de distribuição de recursos e de lutas sociais. (Fuchs, 2008).

Eles são com base na visão de que os recursos básicos são altamente desigualmente divididos na contemporaneidade sociedade. Os meios críticos em um ou outro aspecto tomam o ponto de vista das classes oprimidas ou exploradas a considerar que as estruturas de opressão e exploração beneficia certas classes em detrimento de outros e, portanto, deve ser transformada.

Os meios alternativos são baseados no julgamento de que a cooperação é mais desejável do que concorrência (Fuchs, 2008), que é apenas outra maneira de dizer que as estruturas de exploração e a opressão precisa ser questionada, criticada e sublocada. Estruturas de base não comerciais e de pequena escala que usam distribuição alternativa podem ser uma vantagem em situações em que a mídia tem como objetivo mobilizar as comunidades locais e para a auto-organização de cidadãos interessados podem se tornar produtores de mídia por si próprios.

O PÚBLICO E AS MÍDIAS ALTERNATIVAS

Meios alternativos têm o potencial de estimular o debate público (Downing, 2001).

Eles não são apenas mídia, mas mídia embutida na sociedade. É preciso analisá-los juntamente com seu contexto social, a fim de evitar o essencialismo da mídia. Portanto a mídia crítica deve ser vista como parte de um contexto político mais amplo. Como já dito a mídia alternativa é mídia da multidão, elas expressam as experiências dos dominados e emergem no processo de lutas e são uma forma de luta de classes e organização proletária. Considerando que no 1970 e 1980, as lutas políticas foram fortemente orientadas para o reconhecimento de identidades (mulheres, gays e lésbicas, transexuais, etc.) essas lutas específicas têm até certo ponto tornar-se unificado pelo reaparecimento de questões de classe devido à ascensão de fortes desigualdade.

Tipos de mídia crítica

Dada a condição de que a forma e o conteúdo sejam considerados decisivos no caráter alternativo da mídia, não se pode argumentar que toda a produção, não-comercial, “livre”, independente, auto-gerida, auto-organizada, auto-propriedade, etc. são alternativas, embora muitas delas sejam porque apresentam conteúdo crítico, eles são mais propensos a serem críticos do que os meios de comunicação convencionais. Existe uma distinção entre forma crítica e conteúdo crítico, onde forma crítica é possível sem conteúdo crítico e conteúdo crítico é possível sem forma crítica. Mas ambos podem também estar presente simultaneamente.

Existem meios alternativos onde a forma é geralmente mais importante que o conteúdo e vice-versa. Na mídia, que são tipos de arte como teatro, literatura, artes visuais, filmes, música, concertos, a forma é de importância específica porque a arte vive através de formas não idênticas que visam fortalecer a imaginação.

Herbert Marcuse (1978) argumenta que a arte só pode ser um fator social como arte autônoma. A arte seria uma parte da sociedade, mas uma que transcende a sociedade capitalista, constituindo uma esfera autônoma de formas que transcendem o capitalismo. A beleza da arte não é um retrato da sociedade como ela é, mas uma metáfora para a sociedade como poderia ser. A noção de autonomia da arte que Adorno e Marcuse descreveram pode ser generalizado não apenas para a arte, mas para todos os produtos de mídia alternativa (incluindo também a expressão na área de cultura, não apenas as artes altas).

REFERÊNCIAS

ADORNO T W (1970) *Teoria crítica da escola de. Frankfurt*. Alemanha Edt. Oxford: Oxford University Press 2006

DOWING J H *Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements*. London: Sage.

____ (2002) *Independent Media Centres: A Multi-local, Multi-media Challenge to Neoliberalism*, in M Raboy (ed) *Global Media Policy in the New Millennium*. Luton: University of Luton Press, (2001)

FIRMINO DA SILVA, F. *Moblogs e microblogs: jornalismo e mobilidade*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p. 257-274

FUCHS, C. *Algumas Implicações das Obras de Pierre Bourdieu para uma Teoria da Auto- Organização Social*. Austria European edf. Journal of Social Theory (2003)

_____. *Structuration Theory and Self-Organization, Systemic Practice and Action Research*. Austria European edf. Journal of Social Theory (2003)

_____. *Internet and Society: Social Theory in the Information*. Austria European edf. Journal of Social Theory (2008)

_____. *Trabalho no capitalismo informacional, a sociedade da informação* *Jornal europeu da teoria social*. Austria European edf. Journal of Social Theory (2010)

HABERMAS J. A. *Esfera Pública: A transformação estrutural da esfera pública*. Cambridge, MA. Edt MIT Press (2001).

_____. (1992) *Reflexões adicionais sobre a esfera pública e observações finais, em Habermas e na esfera pública*. (ed.). Cambridge, MA: MIT Press, - (1974)

_____. *Comunicação política na sociedade de mídia: a democracia ainda desfruta de uma dimensão epistêmica? O Impacto da Teoria Normativa na Pesquisa Empírica, Teoria da Comunicação* (ed.). Cambridge, MA: MIT Press, - (1989)

Hall S. *Codificação / Decodificação, em Simon Durante* (ed) *O Cultural Studies Reader*. Nova York ed. Routledge, (1999)

MARCUSE H (1969) *Repressive Tolerance, a Critique of Pure Tolerance*. Boston. Edt Beacon (1972)

MARX, K. *Debates sobre a liberdade de imprensa e publicação das negociações do Estado, em MEW*. Berlim. Edt. Dietz (1842)

A proibição do "Leipziger Allgemeine Zeitung", no MEW. Berlim: Dietz, (1843)

Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel, em MEW. Berlim: Dietz. Edt (1844)

SOUZA, C.A. de; JASPER, A.; KALIBERDA, A. *História da fotografia e do fotojornalismo em Ponta Grossa: por um projeto de resgate..* Ouro Preto, ed. Mg 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA

ALINE FERREIRA ANTUNES - Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade de educação São Luís. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui ampla experiência docente nos mais diversos níveis educacionais nas áreas de História, Língua estrangeira moderna (inglês) e em curso superior de Pedagogia. Tem pesquisas publicadas nas áreas de História, Comunicação, História em quadrinhos, Teorias raciais, História e gênero, História, memória e sensibilidades. Atualmente é professora de História efetiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF/GDF). Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9327358239672893>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 57, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 82, 87, 93, 154

C

Campesinato brasileiro 68, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 79

Classe camponesa 68, 76, 77

D

Desenho urbano 1

Discurso político 27, 32, 108

Ditadura civil-militar brasileira 108, 109, 112, 116, 118

E

Educação 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 45, 52, 53, 56, 81, 84, 86, 92, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 156

Educandário 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Ensino de História 34, 35, 40, 42, 45, 46, 53, 55, 56, 156

Escravidados 34, 37, 39, 40

Esfera pública 147, 148, 149, 152, 155

H

Hanseníase 11, 12, 21

história 11, 19, 21, 22, 28, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 60, 68, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 93, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 129

História 11, 12, 21, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 66, 77, 80, 85, 93, 94, 95, 97, 98, 118, 122, 127, 128, 147, 155, 156

HISTÓRIA 34, 45, 52, 111

História africana e afro brasileira 34

História da Filosofia 95

História do Direito 95

História Ibérica 95

História Pública 45, 47, 48, 56

I

Indigenismo 57, 58, 60, 61, 66

M

Memórias sociais 119

Mídias alternativas 147, 148, 150, 151, 152, 153

Mulheres 14, 16, 18, 25, 35, 38, 39, 41, 42, 62, 63, 81, 87, 89, 90, 92, 121, 127, 132, 142, 154

Múmias 128, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 74

Positivismo 80, 81, 82, 84, 93, 94

Práticas religiosas 128

R

Raízes históricas 68

Relações raciais 34, 35, 39, 42

Republicanismo 80, 81

Rituais fúnebres 128

S




Sensibilidades 48, 156

T

Terecô 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32

Trabalhadores 35, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 110, 149

Trajetória profissional 119, 124

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)